

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 25 de Janeiro de 1996 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1156 • Director: Carlos Brito

Carvalhas no Encontro de Quadros do Alentejo

A ESQUERDA NÃO ESTÁ NO GOVERNO

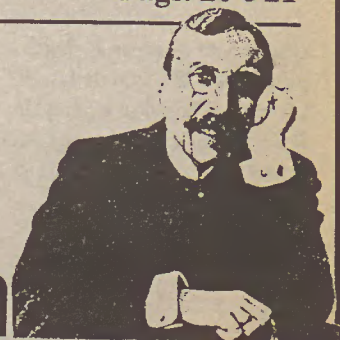
Págs. 4 e 5

Cavaquismo sem Cavaco?

• Artigo de Agostinho Lopes Págs. 18 e 19

O emprego na Europa – ficção dramática

• Anabela Fino Págs. 20 e 21



Um dia na vida de Eça de Queiroz

• Manoel de Lencastre Págs. 18 e 19



Encontro
Distrital
de Setúbal
da JCP

Romper
a indiferença
Lutar por ideais

Pág. 7

Um Centro de Trabalho à medida do Algarve

Henrique Custódio Centrais



40 horas ou a subversão do horário de trabalho



A conspiração
na Concertação
Social

Págs. 9 e 11



Álvaro Cunhal participou no Encontro Distrital de Setúbal da JCP

RESUMO

17 Quarta-feira

Na AR, o PS chumba a proposta comunista para a redução do horário de trabalho para 40 horas semanais, provocando os apupos do público ■ Inicia-se em Madrid a Cimeira Luso-Espanhola ■ Em Jericó, Mário Soares é recebido por Yasser Arafat, como presidente dos observadores europeus às eleições palestinianas ■ Silvio Berlusconi começa a ser julgado por corrupção ■ O comando tchetcheno que tinha sequestrado um barco russo aceita render-se às autoridades turcas.

18 Quinta-feira

O PCP apresenta no Parlamento um projecto de lei com vista à criação do Programa de Emergência para a Reabilitação Urbana ■ O Executivo espanhol afirma a sua concordância quanto à construção da Barragem do Alqueva ■ Costas Simitis é escolhido para primeiro-ministro grego ■ O Conselho de Segurança da ONU adverte o Governo de Luanda e a UNITA para o prosseguimento do processo de paz ■ Após 24 horas de bombardeamentos maciços, a aldeia tchetchena de Pervomaiskaia cai nas mãos do exército russo.

19 Sexta-feira

Realiza-se uma manifestação pelas 40 horas de trabalho, em Guimarães, como recepção a António Guterres ■ Os sindicatos dos professores garantem que sem o adimensionamento de dois por cento não se negociará a revalorização da carreira docente ■ A UGT aceita que a semana de 40 horas entre em vigor em Julho de 97, e não em Janeiro ■ O Governo afirma que os prejuízos do mau tempo ascenderão a 15 milhões de contos ■ O BPI lança uma OPA sobre o BFE, condicionada à aquisição de 80 por cento do banco ■ Um inquérito à RTP levado a cabo pela Inspeção-Geral das Finanças revela graves irregularidades relativamente à aquisição de filmes ■ As partes beligerantes na Bósnia-Herzegovina terminam a sua retirada das linhas de confronto.

20 Sábado

Carlos Carvalhas participa no encontro de quadros do PCP, em Santiago do Cacém ■ Os eleitos do PCP da Câmara Municipal de Lisboa promovem uma visita à cidade, mostrando os trabalhos por si realizados ■ Yasser Arafat vencer as

eleições gerais palestinianas ■ Apesar do prazo previsto já ter terminado, mais de 700 prisioneiros continuam por libertar na Bósnia-Herzegovina.

21 Domingo

Realiza-se o Encontro Distrital de Setúbal da JCP, na Cruz de Pau, com a presença de Álvaro Cunhal ■ Carlos Carvalhas inaugura um centro de trabalho em Faro ■ Os socialistas vencem as eleições autárquicas intercalares em Albufeira. A CDU elege um deputado ■ As águas do Tejo alagam Vila Franca de Xira, enquanto o Douro inunda as zonas ribeirinhas do Norte ■ O primeiro-ministro bósnio abandona o Governo ■ Desaparecem 150 pessoas no naufrágio de um «ferry», ao largo da Indonésia.

22 Segunda-feira

Segue para a ex-Jugoslávia mais um contingente de 250 militares portugueses ■ Depois das barragens espanholas abrirem as comportas, as águas do Tejo sobem provocando inúmeras inundações ■ O Exército português liberta dois mil oficiais e sargentos do serviço militar obrigatório ■ Boris Ieltsin anuncia a revisão do programa de privatizações na Rússia ■ Na África do Sul, a Comissão Verdade e Reconciliação reúne-se para analisar os dez mil casos de violação dos direitos humanos que se registaram naquele país.

23 Terça-feira

A cerimónia de abertura do novo ano judicial é marcada com declarações do Procurador Cunha Rodrigues criticando a imprensa, enquanto Mário Soares lamenta a morosidade dos tribunais ■ O antigo ministro do Interior espanhol, o socialista Barrionuevo, é formalmente acusado de envolvimento no caso GAL ■ Por seu lado, Aznar, o chefe da direita espanhola reunida no PP, promete não reabrir o processo dos GAL ■ O comandante dos rebeldes tchetchenos promete a libertação dos reféns e o seu envio para o Daguestão ■ Dhlakama, o chefe da Renamo, desmente envolvimento com rebeldes zimbabwuanos, a quem se atribuem actos terroristas no centro de Moçambique e anuncia pretender encontrar-se com o Presidente Chissano ■ Continua a recontagem dos votos que deram a vitória a Arafat nas eleições palestinianas ■ Shimon Peres é escolhido pela direcção do seu partido como candidato às eleições israelitas.

O comportamento do Governo de António Guterres e, por arrastamento, da direcção da bancada parlamentar do PS, em relação à redução da jornada semanal de trabalho para 40 horas, ultrapassa pela negativa, tanto pela forma como pelo conteúdo, o que de muito mau já tinha sido feito pelo PSD, nesta matéria.

O PS faltou à palavra dada, às promessas feitas e aos compromissos assumidos em sucessivas ocasiões, nos últimos anos, relativamente a esta sentida e justa reivindicação dos trabalhadores.

Há sete meses atrás, quando ainda era oposição, o PS votava ao lado dos comunistas a favor do mesmo projecto do PCP que agora rejeitou e até declarava enfaticamente que «para o PS, é importante que o Governo cumpra a generalização das 40 horas até ao final de 1995».

Posteriormente, no programa de governo com que se apresentou e ganhou nas eleições legislativas de 1995, o PS voltava a prometer «cumprir o compromisso constante do Acordo Económico e Social de 1991 no que se refere à redução do horário de trabalho para 40 horas semanais».

Por tudo isto, a invocação pelo PS, na passada quarta-feira, dia 17 de Janeiro, de que é «no novo acordo de concertação que a questão deve ser resolvida», feita numa tentativa de justificar a rejeição do projecto do PCP, soou como uma cínica desculpa de mau pagador.

Mas o maior escândalo ainda estava para vir. Chegou com a revelação do texto do novo acordo de concertação social preparado para ser assinado pelo Governo, as confederações patronais e a UGT, especialmente na parte relativa ao horário de trabalho.

O Governo do PS, em colaboração com o grande patronato e a cumplicidade da UGT, prepara-se para desferir um golpe extremamente grave e escandaloso contra os direitos dos trabalhadores, pois, pretextando a aprovação da gradual redução da jornada de trabalho para as 40 horas, o que pretende realmente é subverter a garantia do horário de trabalho, entregando a sua fixação à discricionariedade patronal.

Se um tal «acordo» for para a frente, as confederações patronais têm todas as razões para festejar, pois, alcançam, com o Governo PS, objectivos que pressionavam há muitos anos, nomeadamente, a «flexibilização» e a «polivalência».

Com a primeira, o patronato adquire um poder quase absoluto sobre a deter-

Um golpe escandaloso

minação do horário diário ou semanal de trabalho, pois, como diz o texto da «concertação», «a duração normal do trabalho é definida em termos médios com um período de referência de 4 meses».

Quer dizer, que pode haver dias de dez, se calhar até mais, horas de trabalho e outros de seis, se calhar até menos, e também semanas de diferente duração, desde que superior ao mínimo fixado, pois o que conta em relação ao horário semanal é o número médio de horas num horizonte de quatro meses.

O patronato ganharia, entre outras vantagens, novas formas de exploração e a possibilidade de pagar a singelo efectivas horas extraordinárias. Os trabalhadores, além deste significativo prejuízo, deixariam de saber com o que contam em matéria de horas de entra-

horário efectivo superior a 40 horas semanais, mais de metade dos quais com horários efectivos acima das 42 horas.»

Com efeito, nos termos do texto do chamado «novo acordo de concertação social», só em 1/1/98 é que será fixada a duração máxima legal das 40 horas, mas desde já todos os trabalhadores, os que desfrutam das 40 horas e os que não desfrutam, ficam abrangidos pelos novos instrumentos de exploração que são a «flexibilização» e a «polivalência».

Ao reapresentar, fazer discutir e votar na Assembleia da República o seu projecto sobre a redução do horário semanal para o máximo legal de 40 horas, o PCP cumpriu e honrou a palavra dada quando ele foi chumbado pela direita, em Junho do ano passado, e assumida depois como compromisso programático nas eleições legislativas.

A cambalhota dada pelo PS que tinha votado a favor quando era oposição e passou a votar contra, nos termos atrás registados, agora que é Governo, ilustra com brutal clareza, para quem ainda tenha dúvidas, que é a política da direita, conformada aos interesses do grande capital, a que Governo de António Guterres segue, no essencial.

Com muita oportunidade, Carlos Carvalhas desmistificou, nas suas intervenções do passado fim de semana, «a falsa ideia de que a esquerda está no poder», salientando: «Não está. Temos sim um governo do Partido Socialista que, como é reconhecido por analistas de vários quadrantes, embora com um estilo diferente, defende e pretende levar à prática todo um conjunto de orientações e medidas, nomeadamente no plano económico, que são a continuação das do PSD.»

O que é também bizarro, no momento presente, é ver o PS que se mostra tão zeloso a carregar com o peso e o custos da política de direita dos seus antecessores no Governo, tremer com a hipótese de que quer estes, a braços com a ressaca das derrotas eleitorais, quer o PP, defensor da mesma política, mas a debater-se também com divisões e dificuldades internas, não o ajudem a fazer passar o Orçamento na Assembleia. Guterres bem se multiplica em namoros, promessas e ameaças...

No seguimento da grande derrota infligida à direita nas Presidenciais e neste quadro de contradições que minam e enfraquecem os defensores da política de direita as condições não são nada desfavoráveis para se intensificar a luta contra ela.

O golpe escandaloso que está a ser preparado pelo Governo PS contra os direitos dos trabalhadores exige da parte destes uma resposta maciça e enérgica.

Não deve tardar!

O Governo do PS, em colaboração com o grande patronato e a cumplicidade da UGT, prepara-se para desferir um golpe extremamente grave e escandaloso contra os direitos dos trabalhadores, pois, pretextando a aprovação da gradual redução da jornada de trabalho para as 40 horas, o que pretende realmente é subverter a garantia do horário de trabalho, entregando a sua fixação à discricionariedade patronal.

da e de saída, sofreriam todos os consequentes transtornos na vida familiar e social e veriam subvertida uma das suas conquistas históricas - a garantia do horário de trabalho.

Com a chamada «polivalência» o patronato pretende transformar os trabalhadores em «pau para toda a obra», não respeitando nem funções, nem profissões, nem carreiras, usando-os naquilo em que cada momento lhe traga maiores vantagens.

Como salientava Octávio Teixeira, ao defender, na Assembleia da República, o projecto de lei do PCP, há uma semana atrás: «Aquilo que o Governo já mostrou pretender nada tem a ver com a redução do horário normal de trabalho enquanto benefício legítimo para os 784 mil trabalhadores portugueses ainda sujeitos a um

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socio Pereira Gomes
1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.ª A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,
1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A, 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.ª A, 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	50 números: 6 750\$00 25 números: 3 475\$50
ESPAÑA	50 números: 13 300\$00
EUROPA	50 números: 24 750\$00
GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU	50 números: 26 650\$00
EXTRA-EUROPA	50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____
Morada _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Três apontamentos

IMPERDOÁVEL ESQUECIMENTO - eis o que cometeu a última edição da «Revista» do «Expresso», ao publicar a sua já tradicional lista de «vencedores» e «vencidos» de eleições.

Na verdade, na lista dos «vencidos» das presidenciais, lá estavam, e bem, Cavaco Silva, Fernando Nogueira, Manuel Monteiro, Homem de Mello, Proença de Carvalho, Alberto João Jardim, Ramalho Eanes e Joaquim Aguiar.

Mas teria sido de inteira justiça que nela figurasse o próprio director do «Expresso», Arq. José António Saraiva que, na edição - realmente posta à venda no dia de reflexão - de um jornal que se gaba de uma tiragem de 160 mil exemplares e de ter meio milhão de leitores, fez um apelo desesperado e com argumentos terroristas ao voto em Cavaco Silva.

FALAR DE CORDA EM CASA DO ENFORCADO - eis como se poderia qualificar a inflamada catilinária do Ministro Sousa Franco a respeito das «fugas de informação» e notícias sobre o próximo Orçamento de Estado.

Com efeito, para além de toda a gente saber

que tais «fugas» só podem mesmo ter vindo de altas instâncias do seu Ministério, a verdade é que só Sousa Franco parece ainda não ter percebido que está num Governo cujo «novo estilo» também inclui uma aposta fortíssima e altamente profissional em operações de contra-informação e de subtil instrumentalização dos «media».

E não se diga que se os partidos da oposição têm o direito de explicitar algumas indicações sobre a sua provável atitude face a um Orçamento com as características que tem sido ventiladas, então também o Governo tem o direito de responder agitando eventuais iniciativas políticas de «dramatização».

Porque há aqui uma grande e substancial diferença: é que enquanto, de uma forma geral, os partidos da oposição o estão fazendo de cara descoberta com a correspondente consequência de assim assumirem a responsabilidade por aquilo que afirmam, já o Governo do PS não tem a coragem de assumir pública e frontalmente aquilo que diz ameaçar através das «fugas de informação» que organiza e dos recados que passa a jornalistas, no conforto e impunidade da sombra e do anonimato.

OPORTUNA CHAMADA DE ATENÇÃO - eis como, sobriamente, se podem qualificar as palavras do Secretário-geral do PCP, em Santiago do Cacém, sobre a falsa ideia circulante de que é a Esquerda que está no poder.

De facto, ainda há poucos dias, e apenas com a fraca atenuante de ser um entre muitos, também Miguel Sousa Tavares alinhava nesta pouco inocente mistificação ao escrever que «chegou a hora de a esquerda provar que merece o poder por si mesma e não por simples erosão da direita».

É que mesmo os queiram fazer finca-pé que o PS ou a sua política são de esquerda não têm entretanto o direito de amalgamar um partido indiscutivelmente de esquerda como o PCP com a governação e a política do PS. A ideia de que é a «esquerda que governa» é irmã-gêmea da ideia anterior de que Guterres era o «líder da oposição».

Por isso, vale a pena renovar um conselho sensato: escrevam «PS» e não «a esquerda». É inteiramente exacto e - duas letras em vez de oito - até é mais curto.

■ Vitor Dias

A «factura»

Já havia a «solidariedade» — palavra abundantemente utilizada com o objectivo de dignificar medidas e práticas governativas profundamente injustas e desumanas.

Já havia a «dignidade» — palavra utilizada a ritmo inflacionário e a propósito das mais indignas situações, género: um órgão de comunicação social revela que um ministro cometeu grave fraude fiscal; o dito ministro, descoberto e denunciado publicamente, demite-se; e essa demissão é apreciada e analticada como «um acto de grande dignidade».

Já havia a «modernidade» — palavra aplicada essencialmente na concretização de políticas altamente favoráveis aos interesses dos grandes capitalistas.

Já havia a «honestidade» — utilizadíssima oralmente por ser palavra que toda a gente compreende e que, ao pronunciar-se, pode proporcionar magistrais prestações dramáticas.

Agora, de há um mês a esta parte, passou a haver também, em quantidade a «factura». A «factura»

é uma coisa que, segundo os serveros críticos da posição do PCP nas presidenciais, o Partido haveria de apresentar, depois das eleições, a Jorge Sampaio (segundo o aviso de uns); ou ao PS (de acordo com a intuição de outros); ou a Jorge Sampaio e ao PS (na previdente e cautelosa prevenção de terceiro).

Não sei quem utilizou a «factura» em primeira mão: se o chilreante Cavaco, se o seu pipilante mandatário nacional, se qualquer outro espécimen do aviário cavaquista. A verdade é que, a partir de certa altura, não passou um só dia sem que alguém lembrasse, mais ou menos candidamente, ao eleitorado a implacável, a terrível, a sinistra «factura» que o diabólico PCP haveria de apresentar se... Jorge Sampaio fosse o vencedor e Cavaco Silva o vencido.

Como se sabe o eleitorado esteve nas tintas para a «factura»: derrotou Cavaco Silva e deu a vitória a Jorge Sampaio. E fez bem.

No entanto, ainda os votos não

estavam todos contados e já vários insígnos analistas, de lupa em riste, de narinas frementes, de olhos esbugalhados, procuravam, farejavam, buscavam indícios, sinais da «factura».

Um dirigente do PCP afirma que o Grupo Parlamentar comunista votará contra o Orçamento de Estado se este seguir as directrizes de Maastricht e for contrário aos interesses dos trabalhadores, do povo e do país?: aí está ela, a «factura», sob a forma de inqualificável pressão sobre o Governo do engenheiro Guterres e do cardeal Pina Moura — gritam, em coro, não sei quantos perspicazes analistas.

O Grupo Parlamentar do PCP apresenta na Assembleia da República o projecto-lei sobre as 40 horas de trabalho (e o PS que, em Junho de 1995, votara a favor desse mesmíssimo projecto, vota agora contra, inviabilizando-o): aí estão os comunistas novamente a apresentar a «factura» — concluem, luminares e com griti-

nhos estridentes, os sábios analistas.

Tenham calma, ó ilustríssimos analistas e tranquilizem-se: a «factura» há-de aparecer. Porque há de facto uma «factura» passada pelos comunistas ao recém eleito Presidente da República. Só que é uma «factura» tão simples, tão natural, tão óbvia que escapa à vossa visão, ao vosso entendimento, à vossa compreensão. Trata-se tão somente de uma «factura» de que são beneficiários todos os portugueses e muito particularmente os que acreditam que Jorge Sampaio, enquanto Presidente da República, terá uma prática de isenção, de independência, de respeito pelo cumprimento da Constituição.

Acham que é «facturar» muito? Se acham, dir-vos-ei que é uma factura igualzinha à que apresentaríamos a qualquer outro Presidente da República eleito ou não com os votos dos comunistas.

■ José Casanova

As horas da verdade

As actas das reuniões plenárias da Assembleia da República de 20 e 21 de Junho do ano passado, apesar da bacoquice parlamentar de muitos dos protagonistas - num estilo que o Eça tão magistralmente desnudou - transformaram-se em poucos dias num documento de vivíssima actualidade política.

Recorde-se que se discutiu então o projecto de lei nº 577/VI apresentado pela quarta vez pelo PCP, relativo à redução semanal do trabalho normal, em que era nomeadamente proposto que «sem prejuízo de regimes mais favoráveis, o período normal de trabalho não pode em caso algum ser superior a 8 horas por dia e a 40 horas por semana».

Das intervenções dos deputados comunistas nada ressalta em relação ao que é (felizmente) habitual: a justeza da iniciativa, a solidez da argumentação, a combatividade numa luta (ali) desigual.

Da Sr^a Elisa Damião, deputada do PS, retenha-se, em breve, para além da saudação à iniciativa do PCP, a referência ao projecto de lei que o PS havia apresentado em Março de 1989 que visava atingir «as 40 horas em 1993» e a declaração taxativa de que «o PS reafirma hoje esse objectivo de horário máximo semanal das 40 horas». E para que não restassem dúvidas enfatizou ainda que «para o PS é importante que o Governo cumpra a generalização das 40 horas até ao final do ano de 1995».

O Sr. João Proença, também do PS, ao reconhecer que o Acordo Económico e Social de 1991, que a sua UGT subscrevera, não fora cumprido no que respeita à redução até 1995 do horário semanal de trabalho para 40 horas, perorou igualmente com vivacidade: «hoje todos devemos assumir que, em

1995, os partidos, tal como o Governo que subscreveu um acordo, devem responsabilizar-se para que, pelo menos em finais de 1995, tenhamos instituído, por via legislativa, o horário máximo semanal de 40 horas».

Submetido pelo Sr. Presidente da AR à votação, o projecto de lei nº 577/VI do PCP «foi rejeitado, com votos contra do PSD, votos a favor do PS, do PCP e dos deputados independentes Mário Tomé e Raúl Castro e a abstenção do CDS/PP».

Como se pode compreender, pois, que reapresentado na presente legislatura o mesmo projecto de lei do PCP sobre a redução do horário máximo semanal de trabalho para as 40 horas, o PS viesse desta vez votar contra? Isto tudo ao mesmo tempo que o governo do PS, segundo a versão de há dois dias divulgada no Conselho Permanente de Concertação Social, apresenta a proposta de fixação da duração máxima legal do período normal de trabalho semanal em 42 horas, em Janeiro de 97, e em 40 horas apenas em Janeiro de 98. E em que faz acompanhar essa proposta de gravíssimas normas quanto à «adaptação do horário de trabalho» que representa a colocação dos trabalhadores numa situação de quase total discricionariedade no que respeita aos horários em que têm de cumprir o seu trabalho. E ainda, como se não bastasse, em que assume o compromisso de consagrar legalmente um «princípio de polivalência», que nem o cavaquismo teve coragem para estabelecer por via legal.

Perante esta verdadeira declaração de «guerra» aos trabalhadores portugueses, a luta (evidentemente) continua!

■ Edgar Correia

ITÁLIA

Farsa e tragédia

Um ano antes das grandes lutas sociais que abalaram a França e a Europa de Maastricht, já os trabalhadores italianos haviam derrotado nas ruas uma política profundamente anti-popular. Berlusconi, vencedor das eleições de Março de 1994 à frente duma coligação de direita que incluía os fascistas de Fini, quis que fossem as pensões de reforma dos trabalhadores italianos a pagar a crise, após as décadas de regabofe da classe dominante desse país. Os milhões de italianos que desceram à rua no Outono de 1994 provocaram a desagregação da coligação governamental e a queda de Berlusconi. Mas a política anti-social reclamada pelo polvo económico-financeiro que domina a Europa dos nossos dias sobreviveu à queda de Berlusconi. O seu Ministro das Finanças Lamberto Dini, pessoalmente responsável pela tentativa de destruir o sistema de pensões italiano, foi nomeado Primeiro Ministro. Com uma base parlamentar constituída essencialmente pelos partidos de «centro-esquerda» que haviam estado na oposição a Berlusconi, prosseguiu na aplicação das receitas anti-populares tão em voga nesta Europa de Maastricht, seja qual for a designação dos partidos no poder. No cerne desta «nova maioria» esteve o PDS, a comissão liquidatária do antigo PCI que, actualmente nas fileiras da Internacional Socialista, procura a todo o custo convencer o grande capital italiano e internacional de que é hoje um fiel defensor dos seus interesses e portanto digno de ocupar as cadeiras do poder.

A ausência duma maioria parlamentar estável acabou por também levar Dini à demissão, já no princípio deste ano e após meses de manobras de bastidores visando perpetuar-se no poder a todo o custo. Receosos de eleições, cujo desfecho é incerto, os políticos da área do poder nesta «segunda República italiana» (afinal tão semelhante à primeira), estão agora afanosamente à procura de um acordo de governo de características subversivas. É notícia corrente em todos os jornais italianos destes dias que Berlusconi e De Alema (o dirigente do PDS) procuram um acordo de governo (e talvez um novo governo chefiado por Dini). O objectivo seria permitir uma revisão de fundo do sistema constitucional italiano e das leis eleitorais com a criação dum sistema político de tipo presidencial, tão ansiado pela direita italiana. Revisão a ser feita pelo actual Parlamento, sem novo recurso às urnas e sem qualquer mandato popular.

Já rodado em matéria de *newspeak* pragmático-moderno, De Alema designa esta tentativa de acordo como o «compromisso democrático». Estranho, para quem fala de um homem (Berlusconi) que de democrático nunca teve nada; que construiu o seu império económico e mediático graças à teia de favores comprados ao antigo Primeiro Ministro socialista, o arquicorrupto (já condenado várias vezes em tribunal) Bettino Craxi, de quem era financiador, segundo revelações recentes da magistratura italiana; que se aliou aos neofascistas de Fini, retirando-os de um isolamento político que durava desde o fim da guerra; que tem duvidosas ligações aos meios criminosos italianos (vejam-se os apoios expressos por mafiosos nas últimas eleições); que acaba de se sentar no banco dos réus acusado de corrupção activa, no primeiro julgamento resultante das múltiplas investigações actualmente em curso contra as suas actividades de «empresário de sucesso». Estranho, para quem, como o PDS, defendeu até à última o governo Dini e a sua política anti-popular com o argumento de que a alternativa era Berlusconi e o seu aliado Fini, chegando mesmo a acusar o Partido da Refundação Comunista, que sempre se opôs de forma coerente a Dini, de fazer o jogo da direita.

O PDS parece assim lançado numa corrida infundável para os braços da direita. Só que estas «conversões na estrada para Maastricht», sem princípios e contrárias aos interesses dos sectores da sociedade que sempre constituíram a raiz da força do antigo PCI, não podem deixar de ter sérias consequências, não apenas para o próprio PDS, como sobretudo para a democracia italiana. Quando um partido popular troca a defesa dos interesses de quem trabalha pela convivência em políticas anti-populares e em manobras políticas que raíam o golpismo, num contexto de profunda crise económica e social, abre as portas para o avanço duma direita populista e reacçãoária. A farsa pode vir a transformar-se em tragédia.

■ Jorge Cadima

Encontro de Quadros Comunistas defende Uma Região para o Alentejo

O desenvolvimento regional e a proposta do PCP sobre a regionalização foram os temas de um importante encontro de quadros realizado no passado sábado em Santiago do Cacém, em que participaram mais de 200 camaradas e que contou com a presença de Carlos Carvalhas, secretário-geral do Partido.



Embora ressalvando que a Regionalização não é nenhuma varinha mágica que só por si venha a resolver os graves problemas do Alentejo, os participantes do Encontro foram unânimes em considerar indispensável o processo de criação de Regiões Administrativas.

Num dos documentos aprovados, afirma-se que é necessária uma nova política que «arranque

o Alentejo da profunda crise económica e social», na base da qual se elabore um plano de desenvolvimento integrado.

Este deve considerar o aproveitamento dos recursos e a diversificação dos sistemas produtivos, onde se destaca, entre outros, «o empreendimento do Alqueva e o Plano de Rega do Alentejo, a reforma das estruturas fundiárias e o desenvolvi-

mento da agricultura, a criação de um tecido industrial diversificado, que valorize os recursos próprios a promoção da valia turística, designadamente através do património histórico, natural e cultural».

valia agrícola». É esta a posição assumida pelo Encontro, deixando claro que «estudos que ainda possam ser necessários não podem servir para justificar a paragem ou o abrandamento do programa de obras estabelecido».

Os comunistas sublinham, por outro lado, que «a continuação das obras em curso e os financiamentos solicitados à União Europeia não podem depender de um novo Convénio Luso-Espanhol. Isso corresponderia ao atraso e mesmo paralisação das obras», afirmam recordando que «o convénio luso Espanhol de 1968 fornece o quadro suficiente para viabilizar o Empreendimento do Alqueva».

Condenando à partida quaisquer atrasos, o Encontro concluiu que, pelo contrário, «a situação na região aconselha a que seja estudada a hipótese de antecipar prazos previstos para a construção das barragens do sistema».

É que se estas já estivessem construídas, um Outono chuvoso como o que passou, provavelmente bastaria para as encher. Acresce que os estudos realizados garantem que mesmo em anos médios existem no Alentejo potenciais hídricos capazes de

encher e assegurar a manutenção das albufeiras. Segundo cálculos citados no Encontro, as aflúências a Alqueva situam-se em média nos 2500 hm³/ano, enquanto que as necessidades médias anuais rondam os 1700 hm³/ano.

Só por si, estes dados retiram fundamento às teorias detractoras do Empreendimento que, até há pouco tempo, esgrimiam com a impossibilidade de a albufeira encher.

Todavia, no sentido de assegurar o êxito do empreendimento, o PCP propõe a criação de um Centro de investigação, experimentação e vulgarização para o Regadio, que funcionaria em Beja em colaboração com a universidade, os institutos politécnicos de Beja e Portalegre e o Poder Local.

Uma nova agricultura

A reforma das estruturas fundiárias surge aqui com renovada actualidade. Como foi referido, é o próprio Alqueva que o exige «quer pelo significativo investimento público que significa e que deve beneficiar a região e não um pequeno grupo de grandes proprietá-

rios da terra, quer pelos objectivos de desenvolvimento económico e social que se propõe atingir, quer ainda pela necessidade de criar explorações agrícolas e cooperativas, com dimensão, gestão, técnica e tecnológica eficazes do ponto de vista económico e social e que contribuam para a fixação das populações, designadamente dos jovens».

Hoje, existem 47 mil explorações agrícolas alentejanas, que ocupam um milhão e 800 mil hectares da superfície agrícola útil. Contudo, os grandes proprietários, que representam apenas 1 por cento das explorações, detêm a posse de 80 por cento da terra, ou seja um milhão e 500 mil hectares, restando apenas 340 mil hectares para 46.500 explorações.

É esta enorme desproporção que os comunistas querem eliminar, já que é ela que está na origem do atraso da agricultura, do desemprego crónico, da pobreza, dos baixos salários e do despovoamento e envelhecimento do Alentejo.

Urge assim dar corpo a uma nova reforma agrária, que «abra o acesso à terra a milhares de pequenos e médios agricultores, rendeiros, trabalhadores agrícolas e jovens alentejanos, dispos-

Intervenção de Carlos Carvalhas - «A esquerda não

Intervindo no encerramento do Encontro, o secretário-geral do PCP começou por comentar alguns aspectos da actualidade política nacional, detendo-se em particular no que designou serem «falsas questões» para as quais se procura desviar a opinião pública. No seu discurso, Carlos Carvalhas afirmou:

Neste nosso Encontro há, também, algumas questões que devem desde já merecer a nossa atenção.

A primeira é que há quem ande muito preocupado em desviar as atenções da opinião pública para as questões superestruturais, para a segunda orfandade do PSD, para a sucessão de F. Nogueira, para o «perdo-me» de Manuel Monteiro, com as suas patéticas justificações e as suas cândidas explicações a Champalimaud, quando o que temos pela frente são os graves problemas do desenvolvimento, do desemprego, dos direitos dos trabalhadores, da desertificação e envelhecimento do interior do País.

E para eles é que é preciso concentrar as atenções.

A segunda tem a ver com o facto de a direita procurar incutir na opinião pública a falsa ideia de que a esquerda está no poder. Não está. Temos sim um governo do Partido Socialista que, como é reconhecido por analistas de vários quadrantes, embora com um estilo diferente, defende e pretende levar à prática todo um conjunto de orientações e medidas, nomeadamente no plano económico, que são a continuação das do PSD.

A terceira é a tentativa por parte do Partido Socialista de difundir a ideia de que não pode cumprir as suas promessas, nomeadamente no campo social, porque a situação é difícil, quando as razões residem no facto do PS querer continuar a ser, um bom aluno das políticas de Maastricht, de continuar, no essencial, com a política que foi em Outubro derrotada nas urnas. É a costumada cantilena: «Nós bem queríamos aumentar os vossos salários, mas vós bem sabeis que não o podemos fazer...» No entanto como se viu no Orçamento rectificativo, há milhões para entregar ao capital financeiro em benefícios fiscais!

Tal orientação já permitiu inclusivamente ao PSD afirmar, com gozo e hipocrisia, na Assembleia da República, que uma coisa é o discurso quando se está na Oposição, outra quando se está no Governo..., que o PS já enganou os trabalhadores na questão do Rendimento Mínimo Garantido, nas pensões e reformas e agora com as quarenta horas...

Até permitiu a um deputado do PSD recordar à bancada parlamentar do Partido Socialista «o direito à indignação» e mostrar as duas faces do PS.

O Governo assim vai por maus caminhos e defraudará a vontade de mudança e o capital de esperança, que foram claramente manifestados nestes dois últimos actos eleitorais.

Não à flexibilização

O caso das 40 horas é paradigmático.

Como é sabido, fiel ao seu compromisso, o PCP tinha agendado há mais de um mês o seu projecto de lei de redução do horário de trabalho semanal máximo para as 40 horas. E na Assembleia da República lembrou os compromissos do PS. Não tendo defesa, o PS procurou deixar para a opinião pública a ideia de que se fosse daqui a mais uns dias o PS votaria a favor, mas agora não, porque a questão está em concertação social. Só o que não disse é que a sua proposta de redução é para 1998 e com a desregulação dos horários de trabalho... Agora é para 1998, quando em 20 de Junho do ano passado o PS reclamava do governo do PSD que cumprisse a redução do horário de trabalho até ao fim de 1995!

De facto o PS nessa altura, pela voz do seu deputado João Proença, agora Secretário-Geral da UGT, dizia solenemente: «Hoje todos devemos assumir que, em 1995, os partidos, tal como o Governo, que subscreveu um acordo, devem responsabilizar-se para que, pelo menos em finais de 1995 tenhamos instituído, por via legislativa, o horário semanal.» E acrescentava: em 1991, foi fixado por via legislativa, o horário semanal máximo de 44 horas; em 1995 deve ser fixado por via legislativa o horário máximo semanal das 40 horas! Se devia ser votado em 1995 porque não votou agora o PS em 1996? Porque está no Governo? Em todos os Estados membros da União Europeia, por acção conjugada da lei e das convenções colectivas, a duração normal do trabalho não ultrapassa as 40 horas!

Por isso, o grupo parlamentar do PS e o seu governo, rasgando compromissos e promessas eleitorais, renegando posições de voto assumidas em legislaturas anteriores da Assembleia da República, votaram agora contra uma das mais justas e sentidas reivindicações dos trabalhadores, a redução do horário semanal de trabalho para as 40 horas.





tos a construírem uma nova agricultura».

Eleições regionais já em 1997

Defendendo a efectiva descentralização do poder central para as regiões, o Encontro mostrou-se favorável a «uma regionalização cujas atribuições devem ser exercidas sem limitação das atribuições e poderes próprios dos municípios e do associativismo intermunicipal».

O documento aprovado indica ainda que, sem prejuízo para o debate desta questão nas organizações do Partido «que deve prosseguir e alargar-se (...), o PCP pronuncia-se pela criação de uma única região Administrativa no Alentejo».

Esta região englobaria os distritos de Beja, Évora e Portalegre,

bem como os quatro concelhos alentejanos do sul do distrito de Setúbal (Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines, devendo ser «obrigatoriamente poli-nucleada», ou seja com «distribuição de serviços por vários centros urbanos e sem hegemonia de um centro à custa do eventual esvaziamento dos restantes».

O Encontro pronunciou-se pelo rápido avanço do processo e pela realização de eleições para a Região do Alentejo o mais tardar em 1997.

Neste sentido foi dada a maior relevância à aprovação da regulamentação da Lei Quadro em vigor e saudado Grupo Parlamentar do PCP por ter avançado na presente legislatura com as propostas referentes às Atribuições, Finanças e «Processo de Criação e Instituição das Regiões Administrativas».

A solução poli-nuclear

Pronunciando-se pela criação de uma só região administrativa para todo o Alentejo, o Encontro de Quadros aprovou um documento designado «Base de discussão para uma distribuição de serviços numa Região Alentejo Poli-nucleada».

Tal como texto indica, trata-se de uma proposta que «constitui um ponto de partida para um debate aberto e sereno com a participação de todos os interessados que conduza a uma solução equilibrada, que mereça o mais amplo consenso».

A proposta contempla a existência de quatro núcleos fundamentais, correspondendo aos actuais distritos de Beja, Évora e Portalegre e ao Litoral Alentejano, onde devem ser assegurados também serviços descentralizados das diferentes áreas de intervenção. Desta forma, o projecto aponta não para a concentração de serviços mas para a determinação do núcleo onde deve ficar sediada a sua direcção principal.

Na distribuição preconizada foram incluídas não só as áreas da competência da Região Administrativa, de acordo com o projecto de lei do PCP e com a lei quadro em vigor, como serviços de responsabilidade do Governo, que devem ser instalados consoante a sua vocação e visando um maior equilíbrio na distribuição regional.

O documento aprovado propõe que, em Beja, sejam instaladas as sedes da Assembleia Regional; Agricultura e Florestas; Recursos Hídricos; Educação, Ensino e Formação Profissional; Cultura Física e Desporto; e Vias de Comunicação. Em Évora, ficarão a Sede da Junta Regional; Administração Regional; Cultura e Património; Obras Públicas; e Comércio. Em Portalegre, funcionaria a Sede do Governo Regional; Indústria; Energia; Saúde; Segurança Social; Equipamento Social; e Transportes. O Litoral Alentejano receberia a Sede do Conselho Regional; Mar e Recursos Marinhos; Turismo; Ambiente e Conservação da Natureza; Protecção Civil; e Habitação.

Refira-se que a ser determinada pelo Governo a existência de vice-governadores para o Alentejo, estes deveriam ser em número de três a sediar em Beja, Évora e Litoral Alentejano, uma vez que o Governador Regional estaria em Portalegre.

Por último, o documento salienta que «esta distribuição nada tem a ver com a distribuição de pelouros pela futura Junta Regional que, contando com 5 membros (1 presidente e 4 vogais), terá que encontrar uma distribuição de responsabilidades, tendo eventualmente em conta as afinidades das áreas independentemente do local onde tenham a sua sede principal».

está no poder»

Refugiando-se no argumento das negociações que decorrem em sede de concertação social, o Governo comete um acto de menorização e desvalorização do órgão de soberania que é a Assembleia da República, a quem a Constituição atribui o poder exclusivo de legislar sobre os direitos dos trabalhadores e de consultar e considerar a opinião de todas as organizações representativas dos trabalhadores. Ao votar contra a redução legal do horário de trabalho das 40 horas, os deputados do PS e o Governo usando o estafado argumento do tempo e da oportunidade que fez escola nos tempos dos governos do PSD, tentou esconder os seus verdadeiros propósitos e objectivos.

Ponha-se os «pontos nos iis!» O governo do PS não só quer adiar para 1998, como, já afirmámos, a consagração legal das 40 horas, como quer enxertar num futuro diploma sobre o horário de trabalho a flexibilização, isto é, o poder discricionário das empresas para organizarem os tempos de trabalho e a polivalência. Ou seja, corresponder na íntegra à velha reclamação dos grandes senhores do dinheiro em flexibilizar de tal forma o horário de trabalho, que lhes permitisse pagar as horas extraordinárias a singelo, desorganizar a vida social e familiar dos trabalhadores que nunca saberiam à hora de entrada e a hora de saída; com horários que poderiam ir até às 12 horas diárias! Flexibilização que descaracterizaria a carreira profissional dos trabalhadores, transformando-os em «pau para toda a obra», pela via da polivalência...

O governo do PS, contrariando uma funda e enraizada reivindicação e aspiração de mais de 780 mil trabalhadores, **contraria a esperança dos que com a sua luta e o seu voto contribuíram para a derrota da direita e acreditaram na mudança política e na reposição da justiça social.**

Porque é de justiça e do progresso social que estamos a tratar, o PCP não baixará os braços e tudo fará para a consagração legal das 40 horas por semana, sem redução do salário, sem flexibilização e descaracterização da sua carreira profissional.

E bem pode o grupo parlamentar do PS e o seu governo, com o apoio prestimoso do salazarento CDS/PP, procurar passar de acusado a acusador, de responsável a vítima e tentar desviar as atenções que não enganam os trabalhadores. Quando o propalado «diálogo» é apenas uma via para manobras dilatatórias, quando o diálogo é apenas um moinho de palavras, então aquele não passa de um «blá, blá, blá» oco, que se tende rapidamente a desacreditar.

As instituições prestigiam-se quando os Partidos honram os seus compromissos, quando cumprem a palavra dada, quando vão ao encontro das justas e sentidas reivindicações, quando na prática entendem que os escrutínios são periódicos, mas que cidadania é permanente. E se nos demorámos nesta questão, é porque ela é um

sinal e um mau indício de que não se pode deixar passar só porque o governo agora já não é do PSD!

Com firmeza e serenidade, o PCP não deixará de denunciar estas situações e de se afirmar responsabilmente como oposição de esquerda. Oposição, porque estamos em desacordo com o essencial da política que foi anunciada no Programa do Governo, de esquerda, porque o essencial dessa política é a continuação da do PSD. De esquerda ainda, porque somos nós que sem qualquer hesitação levantamos bem alto os valores da esquerda, os valores do 25 de Abril, porque somos nós que nos sindicatos, na movimentação popular, nas autarquias e nas instituições procuramos dar corpo aos generosos ideais da solidariedade, do progresso e da justiça social. (...)

O desenvolvimento do Alentejo

E estas preocupações estiveram presentes neste Encontro de Quadros Comunistas do Alentejo.

O desenvolvimento do Alentejo, inverter a sua desertificação e envelhecimento, dar resposta aos problemas mais sentidos pelas populações, foi o que mais nos preocupou neste Encontro.

A grande responsabilidade pelo desenvolvimento da região está no Poder Central. É ao governo que cabe a responsabilidade de delinear uma política é é ele que detém os instrumentos para a concretizar.

Ao Poder Local cabe-lhe uma parcela muito pequena. E, neste plano há de facto, uma grande diferença entre o trabalho desenvolvido pelo Poder Central e pelo Poder Local e o reconhecimento geral de que os comunistas e os seus aliados se podem justamente reclamar dos atributos do trabalho, da honestidade, da competência, de fazerem mais com menos dinheiro, porque precisamente trabalham com o povo e para o povo.

Como também foi aqui afirmado, com a derrota da direita, o desenvolvimento e a regionalização do Alentejo só podem ser alcançados com uma nova política democrática e de esquerda, que também não se fique pelas medidas pontuais e pelos paliativos, mas que se encare de frente as medidas estruturais para um efectivo e urgente plano integrado de desenvolvimento do Alentejo. Uma nova política que, como se diz no documento, arranque o Alentejo da profunda crise económica, social e também ecológica, provocada por mais de 15 anos de política de direita.

Nós não aceitaremos mais adiamentos, mais protelamentos, mais manobras dilatatórias. Confrontaremos, naturalmente, o governo do PS com as suas responsabilidades. O aproveitamento dos recursos, o emprego, a gestão e planeamento dos recursos hídricos, o desenvolvimento económico e social.

Uma outra questão aqui largamente debatida, foi a **regionalização** no sentido de se defender o desenvolvimento participado, a coesão e a unidade nacional, de se combater o centralismo, a burocracia, a asfixia do Poder Local Democrático e os tentáculos do Terreiro do Paço, através das CCR's.

Por isso defendemos uma regionalização que se construa de baixo para cima, com critérios flexíveis, devidamente participado, com poderes precisos e áreas de actuação precisas, que não seja um instrumento para a divisão do país, para dar força aos caciques locais, para asfixiar o poder local, ou para ser uma mera extensão do poder central. E aquilo que hoje sai deste Encontro, aquilo que propomos não é mais do que uma base para o debate, para se desbloquear, para se ir abrindo espaços à concretização e não ideias cristalizadas, fixistas, sectárias e inamovíveis. Nada disso! Queremos ouvir e debater e dar o nosso contributo.

O que o País precisa não é de menos democracia, mas sim, de mais democracia e de verdadeira participação, de mais controle democrático sobre aqueles que exercem o poder.

A regionalização não é uma panaceia para os graves problemas que atingem o Alentejo, mas poderá constituir um importante instrumento de intervenção se for concretizado e correctamente concretizado. Mas não há também que criar ilusões.

O Alentejo necessita que se enfrente com coragem e lucidez os aspectos estruturais, a utilização racional da terra (Reforma Agrária) e da água, a modernização da agricultura e a industrialização. O Alentejo necessita do aproveitamento dos seus recursos, de aproveitar as suas potencialidades turísticas e as suas potencialidades naturais e humanas, tendo em conta as suas complexidades.

Encaremos o futuro com confiança

Temos pela frente outras importantes tarefas de que saliento entre outras as importantes batalhas eleitorais que decorrerão em 1997, mas que passam em primeiro lugar pela dinamização, pela intervenção e pelo reforço do nosso Partido, pela sua ligação aos trabalhadores e aos problemas do povo, pela continuação do seu trabalho esforçado e generoso e atento.

A nossa política funda-se numa activa solidariedade com as inquietações e aspirações populares, numa activa defesa e intervenção em relação às suas justas reivindicações, nas propostas para o desenvolvimento, para a melhoria do nível de vida dos cidadãos, para enfrentar com determinação, audácia e inovação os graves problemas com que o país está confrontado. (...)

RTP/Açores perde autonomia

Redução de pessoal e alterações orgânicas põem em causa a sobrevivência do canal regional

Depois dos recentes despedimentos de contratados da RTP/Açores, a incerteza sobre o futuro que pesa sobre os colaboradores e o convite a funcionários para recorrerem a esquemas de pré-reforma apontam claramente para a redução do número de trabalhadores da RTP/A, o que, mais tarde ou mais cedo, virá pôr em causa a sobrevivência do canal regional.

Uma nota do PCP, divulgada na passada sexta-feira, dá conta de uma ordem de serviços da Administração da RTP, com data da véspera, que «esvazia completamente a autonomia de que gozava o Centro de Produção dos Açores da RTP»,

dando-lhe um tratamento orgânico semelhante aos restantes centros da estação que não asseguram um canal próprio.

Os comunistas, observando que a estrutura organizativa do Centro de Produção Açoriano não pode ser igual à dos restantes centros da RTP, recordam que sempre se bateram pela transmissão integral e em directo de um canal público nacional de televisão, mas que também sempre lutaram e continuarão a lutar pela existência de um canal público regional, assegurado pela RTP/Açores.

Para o PCP, estes dois aspectos da questão correspondem «a um direito» que resulta «das mesmas razões profundas que

levaram à consagração, pelo Regime Democrático, do sistema constitucional da Autonomia».

Neste sentido, o PCP apresentou na Assembleia da República um projecto de lei que define os contornos do serviço público de televisão nos Açores, segundo os quais devem ser assegurados simultaneamente um canal produzido na Região pela RTP/A e um canal público nacional.

Para os comunistas «não é a nenhum título aceitável que, enquanto está a decorrer a tramitação desse projecto de lei, sejam tomadas medidas orgânicas e de pessoal que inviabilizem ou tornem mais difícil a rápida aplicação da lei».

Governo é visado

Mas mais do que criticar o Conselho de Administração da RTP, o PCP «acusa frontalmente o Governo da República e o Partido Socialista de serem os verdadeiros responsáveis por estas medidas, que ferem o espírito autonomista e que comprometem o futuro da RTP/Açores».

É que, recordam os comunistas açorianos, o Estado é o principal accionista da empresa, sendo assim normal que os conselhos de administração actuem de acordo com as orientações do Governo.

O PCP vai mais longe sublinhando que «este tipo de orientação está não só a negar as promessas feitas sobre esta matéria, como atenta gravemente quer contra as necessidades

objectivas da Região Autónoma, quer contra os interesses imediatos de muitos trabalhadores da empresa».

Nesta linha de análise, é ainda criticado o chumbo do PS ao projecto de 40 horas semanais apresentado pelo PCP na AR, no passado dia 17, o qual, juntamente com outras medidas negativas, define uma política que nada tem a ver com a mudança que os cidadãos reclamaram e que esteve na base da vitória eleitoral dos socialistas.

Pelo seu lado, o PCP mostrou-se determinado a lutar pela defesa da RTP/Açores, enquanto Centro de Produção apto a gerir um canal regional. Com este objectivo, a estrutura comunista decidiu dar conhecimento da sua posição ao Presidente da República, ao Presidente da Assembleia da República, ao Primeiro-Ministro, ao Ministro da República, ao Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores e ao Presidente do Governo açoriano.

Cheias em Santarém Falta de obras agrava prejuízos

A Direcção Regional de Santarém considera que a falta de obras de conservação e limpeza das linhas de água acentuaram os prejuízos causados pelas cheias que se registaram no distrito.

Num momento em que se procede ao levantamento dos estragos, a DORSA realça a «resposta pronta que os deputados do PCP, na Assembleia da República e no Parlamento Europeu, no acompanhamento da situação no terreno e na apresentação de propostas para a resolução dos problemas criados».

Do balanço destas últimas duas semanas, os comunistas lamentam que a falta de meios tenha limitado as diversas forças de protecção civil, cuja acção assentou no essencial no trabalho dos Bombeiros.

Na sua reunião de sexta-feira passada, a DORSA analisou igualmente a situação social, concluindo que se confirma a degradação do aparelho produtivo, mantendo-se os salários em atraso e o perigo de falência em várias empresas.

Em particular, a estrutura comunista chama a atenção para as dificuldades na «Casa Nery» e «Fábricas Mendes Godinho», solidarizando-se com a luta dos trabalhadores pela manutenção dos seus empregos.

A DORSA saudou ainda a apresentação do projecto de lei do PCP sobre as 40 horas semanais de trabalho, que «constituiu uma forte esperança para os trabalhadores do distrito na concretização de uma das suas justas aspirações», sublinhando de seguida:

«O PS ao votar contra este projecto de lei, quando em Junho de 1995 o votou favoravelmente, não só defraudou estas aspirações, como também defraudou as expectativas e a vontade de mudança que os resultados eleitorais de 1 de Outubro exprimiram».

«Tal atitude», continua a nota, «só pode ser entendida como a vontade do PS em satisfazer as pretensões do patronato em relação à polivalência e à flexibilização do horário de trabalho».

A Regional do PCP aprovou por último um calendário de iniciativas para o ano em curso, onde se destacam as comemorações do 75º aniversário do PCP, os 20 anos da Festa do «Avante!», o 15º Congresso do PCP e uma reunião distrital de quadros, anunciada para o próximo dia 30 de Março.



O PCP quer que seja reposta a capacidade da RTP/Açores

Concelhia da Covilhã promove debate sobre privatização da água

A Comissão Concelhia da Covilhã promove, no próximo sábado, um debate sobre as consequências que a privatização dos SMAS, anunciada pela Câmara Municipal, irá ter para os trabalhadores e população do concelho.

O PCP pretende com esta iniciativa chamar a atenção para os reflexos que aquele projecto terá quer no que respeita à qualidade e custo do servi-

ço, quer na estabilidade de emprego dos trabalhadores dos SAMS.

Entre os aspectos que serão abordados, destacam-se o quadro legislativo sobre os recursos hídricos e as experiências internacionais da gestão da água, bem como será relatado o caso pioneiro da privatização dos SMAS do município de Mafra.

O debate terá início pelas 15.30 horas na sala da Assembleia Municipal da Covilhã, estando anunciados os seguintes oradores: Eng.º João Bau, presidente do Conselho Fiscal da Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos, (APRH); Dr.º Albertina Pereira, membro da Assembleia Municipal de Mafra; Dr.º Isaura Reis, vereadora na CM da Covilhã; Francisco Moreira, vice-presidente do STAL; e Carlos Vale, membro da Assembleia Municipal de Castelo Branco.

Coimbra Cine-teatro Sousa Bastos pode desaparecer

O comunistas de Coimbra alertam para as intenções reveladas da Câmara e do IPPAR de transformar o velho Cine-Teatro Sousa Bastos em comércio e habitação.

O cine está situado no centro histórico da cidade e o seu possível desaparecimento está a causar «espanto e legítima indignação» entre a população da cidade que assistiu recentemente ao fim do Avenida e do Tivoli.

Construído no início do século, o Cine-teatro Sousa Bastos foi um importante centro cultural para várias gerações. Depois de 1985, com a extinção do teatro profissional Bonifrates, foram desenvolvidos vários esforços para a recuperar o edifício, e transformá-lo em teatro municipal. Contudo, este projecto esbarrou com o desinteresse da SEC e da Câmara.

Três anos mais tarde, um novo projecto de constituição de uma cooperativa cultural, ideia apoiada pelo então vereador da Cultura, Carlos Viana, eleito pela CDU, e em qual manifestaram interesse várias entidades, como a Universidade de Coimbra, viria a ser também inviabilizado pela SEC, que colocou como condição necessária a criação de uma companhia profissional de teatro.

Daí para cá, seguiram-se anos de abandono de degradação. Contudo, para o PCP «não se pode falar seriamente de revitalização do centro histórico e deixar liquidar a única sala de espectáculos que nele existe». Os

comunistas entendem que «a reabilitação urbana da alta e mesmo a promoção de alguma nova habitação a preços acessíveis pode e deve ser feita sem destruir os equipamentos de utilização colectiva e os locais de significado histórico».

O organismo de direcção da cidade de Coimbra fala ainda do espaço «Ideal Arnado», situado junto ao rio, que foi leiloado nos últimos meses por um montante muito abaixo do seu valor real, perante a apatia da Câmara Municipal, que perdeu assim uma oportunidade de reservar aquele local para utilizações colectivas. Recorde-se que o PCP propôs a negociação com o Governo com vista ao aproveitamento do espaço para instalações culturais, no quadro da tão falada ligação Cidade-Rio. Em vez disso, quem ganhou foi uma empresa imobiliária que vai ali erguer mais um hotel e um conjunto de apartamentos de luxo.

Propostas para o orçamento

Em conferência de imprensa realizada no dia 18, a DORC divulgou um documento contendo 67 propostas para o distrito de Coimbra, a inserir no Orçamento de Estado para 1996. Na próxima semana, contamos poder publicar uma peça em que abordaremos com mais pormenor este assunto.

Borba rompe com 10 anos de PSD

A Comissão Concelhia de Borba do PCP considera que os resultados eleitorais das eleições presidenciais «mostraram claramente que o povo português quis romper definitivamente com a ideologia e as orientações impostas durante 10 anos pelo PSD».

Em comunicado, a organização sublinha que a vontade de «virar uma página e enfrentar os grandes problemas da sociedade, do desenvolvimento do país e das justas aspirações dos trabalhadores» fez o povo português votar «pelos valores do humanismo, da cultura e da solidariedade social».

A Concelhia realça que os resultados obtidos por Jorge Sampaio confirmaram também que «o eleitorado do PCP e da CDU deu uma importante contribui-

ção para a derrota de Cavaco Silva e da política de direita».

«Em todo o Alentejo», prossegue a nota, «a população deu provas de que quer ver concretizados os grandes projectos para a região e para o seu progresso.» O concelho de Borba «não foi excepção», tendo mesmo reforçado a «tendência de esquerda», com 75,6 por cento dos votos para Jorge Sampaio.

Saudando os militantes e eleitores do PCP que contribuíram para o esclarecimento e mobilização do eleitorado, a Concelhia apela à continuação da luta «pela defesa intransigente dos direitos fundamentais do trabalhadores», concluindo que «continua a ser preciso mudar a política seguida durante os últimos 10 anos».

CAMARADAS FALECIDOS

Zita Maria Howel

Faleceu, no passado dia 6, Zita Maria Howel, médica psiquiatra, organizada no Sêctor da Saúde de Lisboa, que manifesta à família o seu pesar.

Armindo Loureiro dos Santos

Faleceu, no passado dia 4 de Janeiro, Armindo Loureiro dos Santos, que contava 49 anos de idade. Militante do Partido desde 1976, foi presidente da Junta de Freguesia do Pragal, de cuja Assembleia era actualmente Presidente.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Encontro distrital da JCP de Setúbal

«Romper a indiferença, Lutar por ideais»

Quase três centenas de jovens participaram no passado domingo no 4º Encontro Distrital da Organização de Setúbal da JCP. A iniciativa, que se realizou no Clube Recreativo da Cruz de Pau, no Seixal, sob o lema «Romper a indiferença, Lutar por ideais», contou com a presença de Álvaro Cunhal nas três secções que a compuseram: Ensino Secundário, Ensino Superior e Trabalho Local.

Num espaço de debate e de levantamento de questões relacionadas com o quotidiano dos jovens portugueses, foram lançadas propostas de resolução de variados problemas. Os 75 anos do PCP foram encarados como «parte integrante e fundamental da história do povo português, marcada pela repressão e pelo fascismo», como se pode ler na respectiva moção, numa visão de futuro que considera que os jovens comunistas devem assumir o legado das sementes da liberdade «com orgulho e com a força necessária para defender o presente».

Num momento marcado pela derrota da direita e de Cavaco Silva e pelas vitórias eleitorais do PS e de Jorge Sampaio, os participantes no encontro sublinharam o papel do Partido e dos jovens em particular nesta viragem do quadro político nacional. Na moção sobre as eleições presidenciais, aprovada por maioria, os jovens comunistas consideram que «os seus resultados são um elemento muito positivo que vem reafirmar a exigência de uma nova política e

de uma postura de esquerda do Governo».

O envio de tropas portuguesas para a Bósnia foi alvo da condenação unânime dos participantes, através de outra moção, em que se afirmam contra «todos os conflitos perfilhados pelas grandes potências imperialistas que contrariam os valores da paz, da solidariedade e da fraternidade entre os povos».

Funcionando também como preparativo para o V Congresso da JCP, que se efectuará nos dias 18 e 19 de Maio, este encontro viu aprovada por unanimidade uma outra moção que pretende que o congresso seja um «amplo espaço de discussão da intervenção dos jovens comunistas, e de uma grande afirmação ideológica», onde sejam alterados os Princípios Orgânicos da JCP e eleita uma nova Direcção Nacional.

Em debate esteve ainda uma carta reivindicativa que abrange áreas como a habitação, o lazer e a cultura, o ambiente, a toxicodependência e o racismo. No documento defende-se a regionalização, a adequação do crédito jovem para habitação à reali-

dade social e a formação de iniciativas de defesa dos valores multiculturais que definem a identidade do distrito, em especial o intercâmbio com os PALOPs. Foram também exigidas

medidas de compensação contra os impactos negativos da ponte Montijo/Sacavém e a defesa de diversas reservas e zonas naturais da região, a criação de uma rede pública de serviços de reabilitação e de apoio aos toxicodependentes, bem como a promoção de iniciativas multiculturais como forma de esclarecimento e conhecimento de outras culturas e a desburocratização da legalização dos emigrantes.

Depois do almoço que se efectuou na Quinta da Atalaia, os participantes do Encontro Distrital reuniram-se por sectores, discutindo os documentos que contêm as grandes linhas de orientação para o trabalho no distrito.

Ensino Secundário

Com a aproximação do Plenário Nacional do Ensino Secundário, que se realizará no fim de Março, os estudantes do Secundário analisaram a situação da Educação em Portugal, exigindo a clarificação de questões como a alteração do sistema de avaliação, as propostas governamen-

tais para a gestão escolar e acesso ao Ensino Superior.

Contra uma política elitista de «educação para alguns» e a restrição cada vez mais acentuada do acesso ao Ensino Superior, o aniquilamento da avaliação contínua e as sucessivas provas e exames, os membros da JCP defendem uma verdadeira reforma do sistema de ensino, que passe pela reestruturação curricular. A criação de condições de segurança e o fim da sobrelotação nas escolas, dotando-as ao mesmo tempo dos espaços, materiais e equipamentos necessários são medidas essenciais para que tal aconteça. Deveria ser também garantida a gratuidade total da frequência até ao 9º ano, o aumento das verbas destinadas ao apoio social aos estudantes, o que incluiria transportes, alimentação, saúde e aquisição de materiais escolares, bem como verdadeiras alternativas de formação profissional para os estudantes que não pretendam ingressar no Ensino Superior.

Ensino Superior

A revogação do sistema de pagamento de propinas, e não a sua suspensão ou a criação de taxas, foi apontada como prioridade pela distrital da JCP. «O Estado deve assumir plena responsabilidade pelo adequado



financiamento do ensino superior público, concretizando a sua progressiva gratuidade que a Constituição portuguesa consagra», declara.

Por outro lado, o Estado tem de defender e reforçar o ensino público. «O Ensino Superior Privado apenas pode ser pensado como opção dos estudantes para a sua formação e não como solução única ou de último recurso.» A criação de normas e mecanismos efectivos de controlo destes estabelecimentos, para que sejam afixadas condições mínimas de adequação e qualidade constitui outra proposta dos comunistas.

Quanto à intervenção da JCP nas escolas, deve proceder-se ao seu reforço ou implantação, com um trabalho regular e a dinamiza-

ção de materiais de propaganda próprios, como contributo para a sensibilização dos estudantes.

Trabalho Local

Perante a «ausência de propostas do Governo que respondam aos anseios dos jovens e a falta de medidas concretas para o combate à precariedade ou ao desemprego juvenil, notando que algumas iniciativas avulsas não visam erradicar os problemas, mas sim adiá-los», a distrital defende o incentivo para o trabalho sindical, como forma de intervenção.

Foi dado especial relevo à criação de colectivos de trabalhadores estudantes nas escolas nocturnas e a dinamização nas associações de estudantes nocturnas.

Álvaro Cunhal

O século em que o comunismo nasceu

O camarada Álvaro Cunhal, que participou no Encontro, proferiu duas intervenções, uma no princípio, outra na última sessão. Porque nos afirmamos comunistas? Porque continuamos a sê-lo? — foram as perguntas que colocou, e a que respondeu.

Sublinhou a necessidade de ter compreensão e conhecimento do mundo em que vivemos e das perspectivas da sua evolução. Ante a grande campanha de falsificação da história, impõem-se, particularmente no que respeita à juventude, repor a verdade. Do que foi a ditadura fascista, ditadura dos grandes grupos económicos e dos latifundiários, regime de repressão e de terror. Do que foi a luta pela liberdade. Do que foi a revolução de Abril e as suas notáveis conquistas democráticas. Do que tem sido o processo contra-revolucionário, com a política de destruição e desastre dos governos de direita. E em toda esta longa história, o que foi, o que é, o que se propõe continuar a ser a luta dos comunistas — do PCP e da JCP.

A luta dos comunistas no século XX

De particular importância é a avaliação do que foi o século XX na história da humanidade. O significado da revolução russa de 1917 que conduziu, pela primeira vez na história, a construção de uma sociedade sem explorados nem exploradores, um Estado com o poder os operários e camponeses. As suas grandes realizações económicas e sociais. A sua influência nas transformações progressistas ao longo do século. Revolução socialista. A conquista de direitos pelos trabalhadores nos países capitalistas. O surto do movimento nacional libertador. O ruir do colonialismo. O século XX não foi o século em que o comunismo morreu, mas o século em que o comunismo nasceu como empreendimento concreto para a construção de uma nova sociedade libertada da exploração, das injustiças, desigualdades e flagelos sociais. O fracasso da URSS e de outros países do leste da Europa não significou o fracasso do ideal dos comunistas mas o afastamento desse ideal no que respeita a objectivos, sempre proclama-

dos, relativos ao poder popular, à democracia socialista, a teoria revolucionária criativa, ao papel e intervenção do partido. Aprendendo com a vida, as experiências positivas e negativas, respondendo às novas situações e às mudanças da realidade com ideias novas e soluções novas, o PCP tem orgulho do património de luta e de experiência do seu passado (antes e depois do 25 de Abril) e projecta os seus valores na sua luta presente voltada para o futuro.

A derrota de Cavaco e da direita e a vontade de mudança

O camarada Álvaro Cunhal abordou o momento político actual sublinhando que o povo português e a democracia acabam de alcançar uma grande vitória derrotando e afastando do Governo Cavaco Silva, o PSD e a sua política e derrotado novamente Cavaco Silva e a sua política de direita nas eleições presidenciais. Os resultados mostram sem possibilidade de contestação que, se não fosse o PCP, Cavaco teria sido eleito Presidente da República e daí procuraria retomar a ofensiva para recuperar o poder perdido. A contribuição do PCP e a vossa, da JCP e da Juventude em geral, foi determinante para esse resultado e uma vez mais se mostrou que o PCP é um partido não só necessário mas indispensável ao povo, ao país, à democracia.

A vontade de mudança expressa pelo povo nas eleições não deve ser desiludida mas o PS no Governo não dá mostras de o compreender.

Insiste, embora com mudança de estilo e proclamando o diálogo, em continuar a política de Cavaco e do PSD em questões essenciais. Não cumpre promessas feitas como se vê na questão das 40 horas de trabalho semanais. Por isso a luta continua e continuará por uma nova política, pela solução democrática dos grandes problemas nacionais.

A JCP com a juventude, grande força social

A juventude é uma grande força social que tem um importante papel a desempenhar nesta luta. E nela a JCP, com a sua determinação, a sua convicção, o aprofundamento constante da sua ligação às massas juvenis.



Álvaro Cunhal felicitou os camaradas pelo seu «magnífico» encontro distrital, encontro de liberdade, de vontade, de determinação, de elevada consciência política, de fraternidade, de convívio, de solidariedade e de alegria. A JCP diz ser «juventude do PC» porque confia no PC. E o PCP confia na JCP, confia na juventude e apela à sua reflexão própria, à expressão livre das suas opiniões, das suas aspirações e dos seus objectivos. Há muitos motivos exaltantes para sentir alegria em viver. Os

jovens têm mil e uma opções, preferências, gostos, maneiras de viver e de intervir. Um dos motivos exaltantes que dá alegria de viver é luta por causas justas e contribuir para a transformação da sociedade para bem e felicidade do ser humano. Por isso somos comunistas.

OUTRA GESTÃO PARA A TELECOM

Derrotados nas urnas os responsáveis políticos pelo «nascimento contranatura e indesejado» da Portugal Telecom, «falta agora que os pais adoptivos (CA) sejam afastados das suas funções e se criem as condições para a recuperação», considera a Comissão de Trabalhadores da PT que, num comunicado que divulgou na semana passada, afirma a necessidade de «uma gestão moderna, com criatividade, bom senso, transparência nas decisões e que trate as questões sociais com elevação».

Hoje verifica-se «precisamente o inverso», já que a empresa é dirigida por «uma gestão ultrapassada no tempo, fechada sobre si mesma, que privilegia acima de tudo o confronto, a falta de informação, o compadrio, em suma, uma gestão velha». É particularmente criticado o facto de serem mantidos nas negociações do Acordo de Empresa os mesmos assessores que são responsáveis por decisões anteriores que, contestadas em tribunal pelos trabalhadores, levaram a PT a perder «milhões de contos». «Não faz sentido que o erário público pague rios de dinheiro a um Conselho de Administração e que este não cumpra com rigor e isenção as suas funções, deixando que sejam os tribunais a fazer a gestão da Portugal Telecom» - protesta a CT.

CASAL NÃO PAGA

Teve uma adesão de 90 por cento a greve realizada dia 18 pelos trabalhadores da Casal, revelou o sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro e Viseu. A paralisação foi levada a cabo uma semana depois de um plenário em que os operários exigiram o pagamento de mais de 40 mil contos de remunerações em dívida e protestaram contra a falta de matéria-prima sem «explicação razoável». Caso a administração não avançasse com a resolução dos problemas até terça-feira, o pessoal da Casal voltaria a entrar em greve ontem, novamente das 9 às 12 horas.

FISEL IMPEDE

Dirigentes sindicais dos Têxteis da Beira Alta foram impedidos dia 18 de entrar nas instalações da fábrica Fisel, Seia, naquela data habilitada em assembleia de credores. Os sindicalistas pretendiam esclarecer os cerca de 600 trabalhadores da empresa sobre o acordo alcançado, que o sindicato considera insatisfatório para os trabalhadores que possuem há seis meses salários em atraso. A direcção do sindicato manteve-se à porta da fábrica, enquanto os operários reuniram em plenário.

AÇORES

«Completamente ilegais» os regimes de contratação a que recorre a administração pública regional, acusa o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores. Em conferência de imprensa, dada sexta-feira em Ponta Delgada, o sindicato refere que a administração pública não dimensiona os quadros de serviço às suas necessidades reais e permanentes, recorrendo a contratos a prazo e recibos verdes. Foi citado o caso do Hospital de Ponta Delgada, onde existem cerca de 200 trabalhadores a recibo verde e contratados há seis e sete anos consecutivos.

CERÂMICA PARADA

Quarenta trabalhadores de uma empresa de cerâmica artística de Penela iniciaram segunda-feira uma greve que se deverá prolongar até amanhã e visa pressionar a administração a pagar salários em atraso. O coordenador da União dos Sindicatos de Coimbra, António Moreira, disse à Agência Lusa que dos 44 empregados da ADEL-Arte Decoração do Centro apenas quatro contratados a prazo não aderiram à paralisação. Os trabalhadores reclamam o «pagamento imediato» do salário de Dezembro, além dos subsídios de férias e de Natal de 1995 e das diferenças salariais relativas aos últimos três anos. O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Cerâmica, Cimentos e Similares do Distrito de Coimbra alertou já a Inspeção-Geral do Trabalho.

ALCÁCER DO SAL

O encerramento da Sumate e a transferência do seu equipamento fabril (concentrado de tomate) para a FIT, na Marateca, foi condenado por unanimidade pela Assembleia Municipal de Alcácer do Sal. Uma moção aprovada na semana passada considera que o encerramento «assume uma dupla gravidade, dado que fragiliza a própria posição nacional de defesa da quota de produção, arrasta desemprego e compromete a economia já extremamente debilitada do concelho e dos concelhos limítrofes».

CRUZ VERMELHA

Admitem desencadear formas de luta, que poderão culminar com o recurso à greve, os enfermeiros do Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa. Em plenário realizado na semana passada, condenaram o facto de a administração, contrariando os compromissos que assumiu, não se dispor a cumprir o AE em vigor (propondo mesmo a sua revisão) e, contrariando alegadas dificuldades e evidentes necessidades, avançar com a renovação... das suas próprias instalações - denunciou o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses.

«Tal como no Governo anterior...»

Pescadores continuam a ser discriminados

Dois meses depois de ver atendido o seu pedido de audiência com o secretário de Estado das Pescas, a quem colocou os problemas mais graves do pessoal do sector, o Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Norte afirma que «até hoje, não foi obtida nenhuma resposta que possamos considerar satisfatória».

Em conferência de imprensa dada segunda-feira em Matosinhos, o sindicato recordou que, a 27 de Novembro, o novo secretário de Estado «manifestou o seu acordo e sensibilidade, dando razão às justas reivindicações apresentadas em nome de todos os trabalhadores da pesca pelo sindicato e pela Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca, tendo mesmo declarado aos órgãos de comunicação social que não se podia aceitar que os pescadores fossem discriminados em relação aos outros

trabalhadores». Nessa audiência, recordaram os sindicalistas, Marcelo Vasconcelos «prometeu equacionar todos os problemas apontados e a dar-nos resposta sobre os mesmos, e prometeu que aquele tipo de encontros seriam uma constante da sua agenda, garantindo que, contrariamente ao PSD, os sindicatos deixariam de ser discriminados e que iria ouvir em pé de igualdade todos os intervenientes do sector».

Desde então, o sindicato «tem vindo insistentemente a

pedir resposta aos problemas colocados e a denunciar muitos outros, não só ao sr. secretário de Estado das Pescas, como também ao sr. primeiro-ministro, à direcção-geral das Pescas e ao Ministério do Emprego e Segurança Social». O sindicato denunciou o facto de, «contrariamente ao prometido, além de não nos serem dadas respostas, o que assistimos é que, tal como no Governo anterior, os sindicatos continuam a ser discriminados em relação às associações de armadores e produtores de pesca, tendo já sido assinados nas costas dos pescadores um plano de actividades para as embarcações de arrasto a trabalhar em Espanha e um acordo de licenciamento das embarcações de pesca da amêijoia», enquanto o responsável governamental se deslocou ao Norte «para encontros com

armadores e organizações de produtores, sem que passasse cavaco aos pescadores e seus legítimos representantes».

Classificando como «insustentável» esta situação, o sindicato lembra que, na anterior legislatura, uma deputada do PS afirmou, com razão, que «ninguém vive de sensibilidades e de promessas longas no tempo».

Exigindo do Governo «medidas que apontem para a mudança de política, no sentido da resolução dos problemas, da melhoria e dignificação das condições de vida e de trabalho dos pescadores e de todos os trabalhadores da pesca», o sindicato recorda as principais questões a que urge dar solução, destacando aquelas que têm a ver com a situação social e laboral: falta de regulamentação das relações de trabalho (não se aplica aos pescadores a lei geral, mas não há qualquer regulamentação específica), Segurança Social (cálculo dos descontos, problemas devidos à forma como foi feita a integração da Caixa dos Pescadores no regime geral, reformas, etc.), medidas excepcionais para acorrer aos prejuízos dos recentes temporais e definição de uma remuneração mínima para situações em que os pescadores se vêem impedidos de ir ao mar, medidas e meios de segurança, vendagem do pescado (e injusta repartição do monte de pesca), e ainda os problemas da frota de bivalves e da pequena pesca.



Os pescadores não vêem sinais de mudança, já que os seus principais problemas continuam sem solução (foto de arquivo)

Bancários comunistas dispostos a contribuir

Reivindicar em cada banco

Num comunicado desta semana, em que alerta para «as lições que importa colher» do processo de revisão salarial de 1996, a comissão coordenadora nacional dos Bancários do PCP manifesta a disposição dos comunistas «de contribuir, com o conjunto dos trabalhadores da Banca, para avançarem com reivindicações nos bancos».

Como objectivos, os bancários comunistas apontam: «defender a dignidade da classe, contra a degradação do estatuto social e profissional dos bancários e pela recuperação do poder de compra perdido; impor o cumprimento do horário normal de trabalho, contra a sua perversão; defender os direitos adquiridos e lutar por novos direitos e regalias».

No comunicado, em distribuição desde segunda-feira, sublinha-se que «lutar por estes objectivos é também lutar para que o próximo processo de revisão do ACTV não se traduza em perda de direitos e de

poder de compra» e «para que a reorganização em curso no sistema financeiro não reverta em exclusivo benefício dos banqueiros, com novos e graves prejuízos para os bancários e para o País».

No processo de revisão da tabela salarial e outras matérias de expressão pecuniária do acordo colectivo de trabalho vertical do sector, concluído recentemente, os sindicatos aceitaram aumentos de 4,5 por cento para 14 meses, o que equivale a 3,8 por cento para um ano. O PCP recorda as responsabilidades dos socialistas no Governo e nos sindicatos, e denuncia também o papel dos TSD, que «colaboraram na aceitação do acordo e, no Sul e Ilhas, apesar de anunciarem que iam votar contra, combinaram com os socialistas a utilização do voto secreto e aprovaram-no».

«A luta e a acção persistentes dos comunistas e de outros bancários que se identificam com a corrente unitária» (com repre-

sentação nos locais de trabalho, nas estruturas representativas dos três sindicatos do sector e na Direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas) «impediram que a revisão se quedasse a um nível ainda mais baixo e contribuíram para consagrar, no futuro, a aplicação de novas tabelas salariais a Janeiro de cada ano», realça o comunicado, depois de notar que «a evolução

salarial, igual ou um pouco acima da inflação, que se vinha a registar desde 1989 até 1992 — que, em muito, se ficou a dever à participação e à luta dos comunistas — se inverteu claramente com a obsessão do cumprimento acelerado dos critérios de convergência nominal do Tratado de Maastricht, que o PSD iniciou e o PS também se propõe seguir».

Seguros do Norte

O Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Norte espera que hoje, em mais uma reunião de negociação para a revisão salarial, se verifiquem «novos desenvolvimentos», que deverão traduzir-se em «ganhos palpáveis, mesmo que moderados, para os trabalhadores, pelo menos em termos da prevista inflação para 1996, que é de 3,5 a 4%, e dos ganhos de produtividade, que de facto se verificam no sector» - refere um comunicado da semana passada.

Na reunião de dia 16, a terceira deste processo, a Associação Portuguesa de Seguradores alterou a sua proposta de aumentos salariais para 3,90% (iniciou as negociações com 2,25%), ao que o STSN respondeu com a reivindicação de 5,5%, que poderá ser ajustada «em função do eventual acordo que vier a estabelecer-se sobre as cláusulas de expressão pecuniária».

Com a excepção dos professores Frente Comum viabiliza acordo na Administração Pública

A Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública decidiu terça-feira, na 5ª cimeira das 31 organizações que a integram, viabilizar a subscrição do texto final do acordo avançado pelo Governo para a Administração Pública, apesar de não aceitar os valores nele contido para a actualização salarial e demais matérias de carácter pecuniário, e relevando a importância de ser prosseguida e concretizada a negociação dos compromissos assumidos pelo Governo.

Na linha das críticas anteriores, a Frente Comum afirma que a proposta de aumentos salariais de 4,25 por cento não permite a recuperação das perdas anteriores (7 por cento, apenas em 1993

e 1994, segundo os sindicatos) e não resolve o problema da recuperação do índice 100 de todas as carreiras da função pública até ao valor do salário mínimo nacional, tal como não assegura que o adicional de dois por cento seja aplicado a todos os trabalhadores do Estado, e não apenas aos do regime geral.

«O texto final de acordo é insusceptível de ser subscrito pela Fenprof e pelos sindicatos que a integram, pelo facto de não terem sido acolhidas reivindicações fundamentais à dignificação da profissão docente e à revalorização das respectivas carreiras» - afirmou Carlos Mamede, em nome da Frente Comum, na conferência de imprensa dada ao fim da tarde de anteontem.

A decisão da cimeira de sindicatos da Administração Pública foi tomada «preservando a unidade da Frente Comum e no respeito pela diversidade de opiniões colhidas no seio dos trabalhadores», disse aquele sindicalista.

Concertação

À hora do fecho desta edição, decorria ainda a reunião bilateral entre o Governo e a CGTP, que fechava a série de contactos mantidos anteontem pelo executivo com os parceiros sociais, tendo por objecto a proposta de acordo de concertação social a curto prazo.

Tudo apontava, no entanto, para que Governo, confederações

patronais e UGT firmassem ontem, preto no branco, a sua concordância quanto a três «princípios» que deverão acompanhar a instituição legal da duração máxima de trabalho em 40 horas semanais: gradualidade, adaptabilidade e polivalência.

Mais que os indicadores para os aumentos salariais em 1996 - que ficam aquém das perdas provocadas pela inflação e não contemplam a repartição dos ganhos de produtividade nem a aproximação à média comunitária -, foi a forma como, de uma penada, a semana de 40 horas é adiada (na mesma Concertação Social foi assinado pelo Governo, CCP, CIP e UGT, em 1990, um acordo que estipulava a redução gradual de forma a chegar às 40 horas em

1995!) e são introduzidas a adaptabilidade e polivalência (há muito ambicionadas pelo patronato) a determinar a posição da *Inter*. Ao que tudo indi-

cava, a central deveria recusar a sua assinatura a este acordo, devendo agora prosseguir a negociação colectiva em cada sector e empresa.



40 horas na AR Premiado o infractor

«Ao pretender transferir-se a discussão das 40 horas para a concertação social, está-se objectivamente a beneficiar o infractor, ou seja, a tomar partido pelos empresários, na medida em que foram estes que não cumpriram os compromissos assumidos no acordo de concertação social de 1990, ao inviabilizar, por via contratual, a redução progressiva dos horários de trabalho» - afirma a CGTP, num comentário distribuído pelo seu departamento de informação no dia seguinte à votação na AR do projecto de lei do PCP que propunha a redução da semana de trabalho.

A central recorda que um projecto semelhante mereceu, em Junho passado, o voto favorável do PCP e do PS, enquanto o PSD declarou então que concordaria com as 40 horas no início de 1996. Depois de também lembrar os compromissos eleitorais publicamente assumidos, a CGTP conclui que, «sendo todo este processo já de si

lamentável, mais condenável é que o Governo pretenda agora condicionar a redução dos horários de trabalho à discussão da flexibilidade dos horários e da polivalência de funções profissionais», pelo que é «perfeitamente justa a indignação e protesto dos trabalhadores, cuja legitimidade não pode ser posta em causa por um ou outro lamentável excesso».

A posição dos deputados socialistas foi igualmente condenada pelas uniões de sindicatos de Braga (que escreveu aos deputados do PS eleitos pelo distrito e anunciou para breve a realização de uma vigília de protesto), Aveiro (que nota o facto de nenhum dos 14 deputados eleitos por este círculo ter votado favoravelmente as 40 horas) e de Setúbal (que considera falacioso o argumento de decorrerem negociações na concertação, «porque a questão não é deste processo, mas de há 5 anos atrás»).

O Sindicato dos Metalúrgicos do Porto deu conta, segunda-feira, de que «os trabalhadores, fartos de promessas que não são cumpridas, quer pelo anterior quer pelo actual Governo, iniciaram já uma luta que se vem traduzindo pelo legítimo direito do uso da greve às horas que excedem as 40 horas de trabalho semanal ou as 8 horas diárias». A greve decorria já na Fábrica de Torneiras JAS, na Fundinio (ex-Emoço), na Inapal, na Metalúrgica Central de Gondomar e na Socometal (os trabalhadores concentraram-se segunda à tarde junto às instalações desta empresa do grupo Soares da Costa).

Casino da Póvoa em greve contra suspensão

Os 16 trabalhadores recentemente suspensos no Casino da Póvoa decidiram deslocar-se anteontem a Lisboa para contactos com a Procuradoria Geral da República e Inspeção Geral de Jogos. O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria do Norte referiu à Lusa que as reuniões têm por objectivo «pedir uma intervenção para

averiguar se os trabalhadores praticaram algum acto ilícito ou irregular, como a empresa afirma na carta de suspensão».

O sindicato convocou uma greve dos funcionários do casino para terça-feira, ontem e hoje, como protesto pela suspensão, mas a Sopete, empresa concessionária do casino, «contratou trabalhadores de uma

unidade hoteleira de Lamego para substituir os possíveis grevistas», denunciou ainda o sindicato, que na sequência do anúncio da suspensão, solicitou à Polícia Judiciária a abertura de um inquérito sobre o funcionamento do sector do jogo naquele casino. Foi ainda solicitada a intervenção da Inspeção Geral de Jogos e da Inspeção de Trabalho.

Num plenário realizado dia 17, que aprovou a proposta de greve, os trabalhadores do Casino da Póvoa de Varzim consideraram que não há justificação para os despedimentos e que as cartas enviadas pela administração são «uma ofensa» aos visados.

«Esta situação é apenas um ensaio da administração da Sopete para um despedimento colectivo que deverá abranger 80 trabalhadores», alertou um dirigente do sindicato da Hotelaria do Norte, segundo o qual a decisão de suspender os 16 trabalhadores pretende

ainda desviar as atenções da opinião pública da má gestão da empresa.

Bingo do Braga

Os trabalhadores do bingo do Sporting Clube de Braga realizam uma greve a 2 e 3 de Fevereiro, pela actualização dos salários. O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria do Norte referiu à Lusa que os trabalhadores reivindicam ainda garantias quanto ao futuro dos seus postos, já que «a direcção do Braga tem demonstrado falta de interesse pelo bingo e mantém paradas as obras das suas futuras instalações».

«A direcção do clube tem-se negado ao diálogo com o sindicato, não apresentou contra-propostas nas negociações para a revisão do Acordo de Empresa e recusou uma reunião para a assinatura do texto de revisão», acrescentou a fonte sindical.

CG da Regina não cumpre

O conselho de gerência da Fábrica de Chocolates Regina não está a respeitar os compromissos assumidos perante os representantes dos trabalhadores e o Ministério do Emprego. Os sindicatos da Alimentação e dos Escritórios, a comissão sindical da Regina e a comissão de trabalhadores, em conferência de imprensa que deram anteontem, afirmaram mesmo que, «ao invés de tentar salvar a empresa, conforme foi decidido em várias reuniões, o conselho de gerência da Regina tornou-se num parceiro arrogante, prepotente, violador das mais elementares regras da sã convivência».

Os representantes dos trabalhadores acusam o CG de lhes recusar o acesso ao plano de viabilização da empresa (apesar de tal prometer desde 17 de Novembro), tal como não aceita reunir e dialogar com os trabalhadores sobre medidas concretas, como a calendarização do pagamento dos salários em dívida. O CG tem também impedido que entrem na empresa (e participem em plenários do pessoal) funcionários com o contrato suspenso ao abri-

go da lei dos salários em atraso e mesmo dirigentes sindicais que desde a primeira hora estiveram na luta pela viabilização da Regina. Entre as atitudes denunciadas anteontem são ainda apontadas a perseguição a alguns representantes dos trabalhadores (retirados da sua zona de trabalho) e a negação do gabinete da comissão sindical e da CT.

União do Porto apresenta Carta Reivindicativa

A União de Sindicatos do Porto reclama dos órgãos do Estado a adopção de uma política que «dê respostas imediatas aos problemas mais prementes dos trabalhadores».

«Nos últimos dez anos, em nome do desenvolvimento, foram impostos aos trabalhadores pesados sacrifícios que não se traduziram na resolução dos seus problemas mais prementes», salienta a Carta Reivindicativa distrital, apresentada dia 18 no Porto.

O documento, que dá uma visão da situação socioeconómica no distrito e aponta as reivindicações fundamentais do movimento sindical, foi remetido ao Governador Civil do Porto e ao Ministério da Qualificação e Emprego.

«Todos os índices económicos e sociais apontam o distrito do Porto como um dos piores do País», refere a Carta, citada pela Agência

Lusa e que refere como exemplos o número de desempregados, as remunerações salariais médias, o trabalho infantil e o índice de poder de compra, entre outros.

Na Carta Reivindicativa distrital, a USP/CGTP-IN defende o aumento do investimento produtivo na região como uma das formas de promover a criação de novos empregos e a diminuição do desemprego.

A aplicação, «com carácter prioritário», do rendimento mínimo nacional e a prorrogação, para além de 31 de Março, do prazo das medidas excepcionais previstas para o Vale do Ave, foram outras das propostas defendidas, a par do aumento significativo dos salários reais, da entrada em vigor do princípio da consagração legal do horário semanal de 40 horas e do alargamento da rede oficial do ensino pré-escolar.

Pesca nas águas portuguesas



Isabel de Castro, deputada do Partido Ecologista "Os Verdes", questionou o Governo sobre

a atribuição de licenças de pesca a outros Estados membros da União Europeia nas doze milhas da plataforma continental e nas Regiões Autónomas dos Açores e Madeira. Em requerimentos dirigidos aos Ministérios da Agricultura e Pescas e dos Negócios Estrangeiros, a deputada de "Os Verdes" manifesta a preocupação do seu partido pelo facto de a atribuição dessas licenças, do seu ponto de vista, colocar em causa não só o equilíbrio das espécies nessa zona, como também as respectivas economias locais.

Missão na Bósnia



A Assembleia da República aprovou, apenas com a abstenção do PCP, um voto de solidariedade

para com os militares portugueses que estão a partir para a zona da ex-Jugoslávia integrados numa missão de paz organizada pela NATO. "São homens e mulheres que corajosamente se voluntarizaram para uma missão que, pelos seus objectivos, dignifica o nosso país e as suas Forças Armadas e que irão dar ao nosso país uma imagem forte e positiva", refere o texto apresentado pelo PS.

No documento pode ainda ler-se que se trata de "portugueses que se dispõem a oferecer o seu melhor enquanto profissionais e a empenhar-se plenamente enquanto pessoas numa tarefa que se pretende humanitária, e em circunstâncias objectivamente difíceis que envolvem certos riscos". Sem deixar igualmente de expressar a sua solidariedade para com os soldados enviados para a Bósnia, o Grupo comunista absteve-se por considerar que o voto do PS "não distingue com suficiente clareza o plano político do plano de solidariedade".

Votações no Parlamento



A Assembleia da República aprovou, hoje oito dias, na generalidade, o projecto de lei do PS que

"determina a adopção de medidas de recuperação de bens do património arquivístico nacional". Este diploma, que merecera fortes críticas do PSD, acolheu os votos favoráveis do partido proponente (PS), bem como do PCP e PEV e os votos contra do PSD e CDS-PP.

Aprovado pelos deputados foi ainda o diploma subscrito pela bancada socialista que altera o Código de Processo Tributário, revogando a norma que obrigava os proprietários de empresas à apresentação de uma declaração de inexistência de dívidas fiscais, aquando da constituição de uma nova empresa. Na votação final global, o diploma teve os votos favoráveis do PS e CDS-PP, a abstenção do PCP e do PEV e os votos contra do PSD.

Reabilitação dos centros históricos PCP quer programa de emergência

O Grupo Parlamentar do PCP materializou em projecto de lei um conjunto de medidas destinadas a pôr cobro ao estado de degradação em que se encontram algumas áreas históricas das grandes cidades. Entregue na Mesa da Assembleia da República na semana transacta, o diploma visa a criação de um "Programa de Emergência para a Reabilitação Urbana" (PERU) orientado fundamentalmente para centros históricos como os de Lisboa, Porto, Évora, Guimarães, Coimbra, Sintra e tantos outros, onde, como observam os autores da iniciativa legislativa, "as populações residentes reclamam há muito uma solução que os municípios, com os seus escassos meios financeiros, não têm qualquer possibilidade de concretizarem sozinhos".

"Dar respostas excepcionais a situações verdadeiramente excepcionais", reequilibrando,

simultaneamente, as diversas responsabilidades dos agentes envolvidos (administração cen-

tral e local e particulares), tal é, em síntese, um dos grandes objectivos do diploma agora apresentado, de uma oportunidade inquestionável se nos lembrarmos das derrocadas de prédios que têm ocorrido em centros históricos.

Esta mesma questão veio a lume em conferência de imprensa para apresentação pública do diploma, que contou com a presença dos deputados João Amaral e Luís Sá, bem como de Vítor Costa, um dos vereadores comunistas na Câmara de Lisboa, no decorrer da qual foi sublinhada a necessidade de conferir a "maior urgência" à aprovação do PERU, ainda antes da votação final do Orçamento de Estado para 1996, de forma a que este

contemple os "financiamentos adequados".

Este aspecto é tanto mais importante quanto é certo que face à acentuada degradação de muitos centros históricos, como foi sublinhado, qualquer solução de recuperação e reabilitação exige "uma forte participação de investimento público e com meios jurídicos suficientes para permitir a efectivação das obras necessárias".

No que se refere a Lisboa, por exemplo, de acordo com Vítor Costa, o Programa envolveria uma verba de 60 milhões de contos para habitação e 18 milhões para infra-estruturas.

Na sua filosofia, ainda segundo as explicações prestadas aos jornalistas, o projecto de lei

"assenta na ideia de que as populações que tradicionalmente residem nesses centros históricos, aí devem continuar", uma vez que, foi realçado, não se quer a "descaracterização dos bairros, nem a expulsão dos seus habitantes para a periferia, nem uma reabilitação que se transforme num processo especulativo".

E face aos escassos recursos de uma grande parte da população residente nesses bairros, para a formação comunista, essa é mais uma razão para a aprovação do PERU, à semelhança, lembram, do "Programa de Erradicação de Barracas".

A este propósito, o diploma refere mesmo, no seu preâmbulo, que nos centros históricos das grandes cidades se vive "muitas vezes tão mal como nos bairros de barracas e, ainda por cima, em situação de maior perigosidade".

"Só nos bairros históricos populares de Lisboa mais de 100 edifícios podem, a qualquer momento, ruir sobre cerca de três mil pessoas que neles residem em condições inumanas", sublinha o texto, que alerta ainda para o facto de esta situação poder "agravar-se com a existência de calamidades ou catástrofes naturais".

Com esta reabilitação urbana, para além da melhoria das condições de vida destas populações, garantida fica, por outro lado, a memória histórica e cultural, "preservando e revitalizando as identidades socioculturais", a que acresce a circunstância, por último, de a reabilitação de um fogo antigo custar menos de metade do que a construção de um fogo de habitação social".



O estado de degradação em muitos centros históricos exige medidas de excepção que garantam a reabilitação urbana e a melhoria das condições de vida das populações residentes

Rede Nacional de Abate Um caso escaldante de fraudes e corrupção

A escandalosa situação que envolve os matadouros da rede nacional de abate (RNA) foi tema em debate no Parlamento, na semana transacta, na habitual sessão de perguntas ao Governo que preenche a agenda plenária das sextas-feiras. A questão foi suscitada pelo deputado comunista Lino de Carvalho que inquiriu o ministro da Agricultura sobre a posição governamental no que respeita, por um lado, ao futuro da RNA face ao estado de pré-falência em que se encontram vários matadouros, e, por outro, às inúmeras irregularidades e fraudes cometidas no âmbito deste processo.

Lino de Carvalho não hesitou mesmo em classificá-lo como o dossier porventura "mais escaldante de desperdício de dinheiros públicos, de irregularidades, corrupção e tráfico de influências", cujo balanço, ainda longe do seu final, envolve "muitos milhões de contos enterrados num pro-

jecto megalómano, completamente sobredimensionado para as necessidades do País".

Lembrados pelo deputado comunista foram concretamente as situações de pré-falência, com desaproveitamento da capacidade instalada, de muitos matadouros (as unidades regionais do Alto Alentejo e do Algarve e matadouro industrial de Beja), bem como os casos dos empreendimentos que nunca chegaram a ser construídos, mas onde foram gastos milhões de contos, como sucedeu em Santa Maria da Feira, na Guarda ou com a Carnagri.

Incrementado em simultâneo com o encerramento de dezenas de pequenos matadouros, este obscuro processo de criação da chamada Rede Nacional de Abate deu origem a que a "confusão e descoordenação" se instalassem no sector, segundo Lino de Carvalho, que criticou o actual Governo por manter um com-

prometido silêncio sobre o assunto.

E a verdade é que as respostas do ministro da Agricultura no debate não vieram acrescentar nada ao esclarecimento da situação, uma vez que as suas afirmações ficaram muito aquém do que seria desejável para uma

clarificação dos propósitos do Executivo nesta matéria de capital importância.

Com efeito, para além do anúncio da suspensão do encerramento de matadouros até final do ano, aquele membro do Governo limitou-se a concordar com o diagnóstico e com as pre-

ocupações manifestadas pela formação comunista - recorde-se vem alertando para este processo desde o seu início, mais exactamente desde 1987 -, adiando apenas que o assunto está a ser estudado, nomeadamente os casos de pré-falência, com vista a adopção de futuras propostas.



A Rede Nacional de Abate constituiu-se num projecto megalómano, sobredimensionado para as necessidades do país, onde foram enterrados muitos milhões de contos

40 horas: PS afinal não queria

O projecto de lei do PCP que visa a redução do horário normal de trabalho para 40 horas semanais voltou a ser inviabilizado no Parlamento. Desta feita, confirmando as previsões adiantadas na nossa última edição, face aos indícios então existentes, houve uma alteração dos protagonistas que assumiram a responsabilidade pelo chumbo da iniciativa comunista, com o PS a dar o dito por não, defraudando expectativas e substituindo o PSD no pouco edificante papel de impedir a concretização de uma legítima aspiração dos trabalhadores.

Pela base caíram todos os argumentos aduzidos quer pelo Governo quer pela bancada

socialista sustentados no fundamental na ideia de que a rejeição teria unicamente a ver

com o facto de esta matéria estar a ser apreciada no âmbito da Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS), e, nessa medida, não pretendem prejudicar as negociações e considerarem prematura a sua apreciação no quadro parlamentar.

Frágil argumento, diga-se, conforme tratou de demonstrar o líder do Grupo Parlamentar comunista, Octávio Teixeira, ao assinalar que esta posição do PS é reveladora, desde logo,

na esteira do fizera o PSD, da sua intenção de subalternizar o papel da Assembleia da República, deslocando para a Concertação Social uma matéria em que o Parlamento é a "sede legislativa por excelência".

O facto de a redução do horário de trabalho ter sido já objecto de amplo debate na concertação social, a ponto de em 1990 as associações patronais terem assinado um acordo em que se comprometiam, em conjunto com o Governo, a fixar o horário máximo de 40 horas até ao final de 1995, constitui outra das razões invocadas por Octávio Teixeira que atesta como é infundamentado o argumento agora invocado pelo PS e destituída de qualquer coerência a postura por si agora assumida.

Tanto mais que, foi ainda o presidente da formação comunista a lembrá-lo, as associações patronais e o Governo não fixaram o horário de 40 horas porque não quiseram, "porque actuaram de má-fé", sendo igualmente público que "muitas entidades patronais foram recusando ao longo destes anos, em sede de contratação colectiva, a redução do horário de trabalho com o pretexto de que, estando assinado o dito Acordo, o Governo se encarregaria de o fazer por via legislativa".

Lembrado por Octávio Teixeira foi ainda o facto, sem que este viesse a ser contestado pelos deputados socialistas, de o novo Acordo não estar de modo nenhum garantido, socorrendo-se a este respeito de uma afirmação do Primeiro-Ministro em que este diz publicamente não considerar dramático que o mesmo não se venha a concretizar. "Isto é, o próprio Governo começou



Trabalhadores não baixam os braços e prosseguem a luta por um objectivo mais que justo

logo por desvalorizar qualquer interesse na assinatura de um qualquer Acordo, pelo que a promessa do Governo apresentar uma proposta de lei logo após a assinatura do Acordo é equivalente a nada", concluiu Octávio Teixeira.

Inaceitável, do ponto de vista da formação comunista — e foi neste capítulo que Octávio Teixeira foi ainda mais acutilante nas críticas ao Governo —, é, por último, o conteúdo da proposta apresentada pelo Executivo em sede de Concertação Social, o qual, foi dito, difere "substancialmente" daquilo que é "exigido pelos trabalhadores portugueses, daquilo que lhes é indiscutivelmente devido, daquilo que foram as promessas múltiplas do Partido Socialista".

Octávio Teixeira considerou mesmo que se está perante um "recuo" relativamente ao

Acordo assinado pelo PSD em 1990, fazendo notar a este propósito que todos as contrapartidas negativas para os trabalhadores nele previstas já terem sido objecto de aplicação. Ainda assim, alertou, o Governo PS pretende ir mais longe e não se coibiu de "enxertar no horário de trabalho velhas reivindicações das confederações patronais", como sejam as chamadas «flexibilidade e polivalência» dos trabalhadores.

Recorde-se que o debate foi acompanhado das galerias do hemiciclo por algumas centenas de pessoas que, no momento da votação, expressaram a sua indignação com assobios e apupos pela posição assumida pela bancada socialista, o que viria a motivar a decisão do Presidente da Assembleia da República de mandar retirar o público.



As políticas de direita levaram à prática liquidação de empresas metalomecânicas que granjearam grande prestígio internacional

PCP exige nova política e acusa Privatizações e abandono liquidaram metalomecânica pesada

O Grupo Parlamentar do PCP reclamou uma mudança radical no domínio da política industrial, defendendo, nesse sentido, uma paragem no processo de privatizações e uma reponderação do futuro como condição necessária "para travar e inverter um processo suicida de desarticulação e destruição do nosso aparelho produtivo". A questão foi colocada pelo deputado Lino de Carvalho, faz hoje oito dias, em declaração política onde, de modo pormenorizado, fez o relato do processo de desindustrialização e desmembramento de sectores decisivos do aparelho produtivo, resultantes das orientações em matéria de política económica seguidas pelo PSD ao longo de dez anos de governação.

Política de direita que, para além das suas incidências no plano social e laboral - desemprego, precariedade nas relações de trabalho, violação de direitos dos trabalhadores e de direitos sindicais -, teve consequências desastrosas no nosso tecido produtivo.

O caso da metalomecânica pesada é porventura um dos testemunhos mais significativos, como tratou de fazer notar Lino de Carvalho, que se deteve a analisar a situação, sublinhando a propósito ter sido a estratégia de privatização e abandono seguida pelo governo para o sector que levou à sua prática destruição.

Empresas de reconhecido prestígio internacional e que desenvolveram tecnologia própria foram, com efeito, desmembradas ou liquidadas, não faltando a este respeito os exemplos, como assinalou Lino de Carvalho, que lembrou a Sorefame, a Mague, a Comet-

na, a Equimetal, a Mompur, a Sepsa, a SMM, entre outras.

No conjunto do sector foram despedidos mais de dez mil trabalhadores, enquanto a capacidade produtiva foi reduzida em mais de 70 por cento, frisou o deputado do PCP, para quem o abandono pelo Estado das suas posições no capital social das empresas do ramo, com a entrada em simultâneo da multinacional ABB, "acelerou o processo de desmantelamento da metalomecânica pesada".

Para a formação comunista não restam dúvidas, por outro lado, que o real propósito da multinacional ABB (Asea Brown Boveri) foi o de "apossar-se do prestígio e da capacidade técnica das empresas, reduzindo drasticamente a sua capacidade produtiva, deslocar as encomendas para as suas fábricas no estrangeiro e reduzir as empresas a simples escritórios de representação com um núcleo produtivo mínimo".

Mas se a situação da metalomecânica pesada é hoje a "expressão da falência das políticas de direita", como salientou Lino de Carvalho, não é seguro que este processo tenha chegado ao seu termo. Admitida pelo parlamentar comunista foi mesmo a existência de "perspectivas de agravamento", dando como exemplos, concretamente, as movimentações em curso no sentido de a CP adquirir equipamento à FIAT italiana, bem como a ausência de trabalho na Metalsines (que produzia vagon de mercadorias) devido ao facto de a CP preferir alugá-los em Espanha, para não falar do possível encerramento da Mague/Alverca até final do ano.

Interesses de Évora no Parlamento

Com o objectivo de proceder a uma avaliação da situação económica e social da Região e iniciar a preparação do debate do Orçamento do Estado para 1996, o deputado comunista Lino de Carvalho, acompanhado de António Foito, membro da Direcção de Organização Regional de Évora do PCP, encontraram-se com várias organizações representativas da vida económica e social do Distrito de Évora.

Recebidos na Associação Comercial por dirigentes do sector, estes expressaram a sua preocupação particularmente com a situação de concorrência desleal praticada pelas grandes superfícies e pelos horários de abertura aos domingos e feriados que a par da queda do poder de compra das populações está a provocar uma profunda crise no pequeno comércio. O deputado comunista comprometeu-se a interpellar o Governo, confrontando-o com a necessidade de políticas que protejam e dinamizem o pequeno comércio, designadamente propondo o encerramento do comércio ao domingo. A este propósito, a Associação Comercial fez entrega dos resultados de um inquérito realizado junto dos consumidores da cidade em que 87,5%

responderam não sentir necessidade de terem o comércio aberto ao domingo.

Por sua vez, os dirigentes da Associação Nacional dos Pequenos e Médios Agricultores avaliaram em cerca de 1 milhão de contos os prejuízos dos agricultores do Alentejo em resultado dos recentes temporais.

Nas reuniões com a Comissão Diocesana de Justiça e Paz e com a União dos Sindicatos foi particularmente sublinhada a gravidade da dimensão do desemprego na região enquanto a Associação de Municípios e a Junta de Freguesia da Sé expressaram à delegação comunista a necessidade de cumprimento da Lei das Finanças Locais no próximo Orçamento do Estado, bem como a criação, para as freguesias, de um novo quadro legal de competências e a possibilidade de existência de eleitos a tempo inteiro, como o PCP propõe.

O deputado comunista comprometeu-se a manter contactos regulares com este conjunto de organizações e a avançar brevemente na Assembleia da República com iniciativas que respondam a muitas das preocupações e sugestões expressas.

Metro sim, mas a longo prazo

Utentes insistem em eléctrico para Odivelas

A Comissão de Utentes dos Transportes de Odivelas (CUTO) manifestou a sua «total surpresa» pela opinião do secretário de Estado das Obras Públicas manifestada ao vespertino «A Capital» sobre a sua preferência na construção de um metropolitano que ligue Odivelas a Lisboa e o abandono do projecto de construção de vias para eléctricos rápidos. A CUTO pensa que o problema de transportes na zona passa pela construção, a médio/longo prazo, do metropolitano mas para «trazer até Odivelas o transporte que, para além de mais viável a curto prazo, é também o mais económico» é urgente, como já foi prometido por diversas entidades oficiais e pelo Governo anterior, construir em 1996 o eléctrico rápido.

A CUTO decidiu pedir uma audiência ao ministro do Equipamento Social e promover um plenário com «as forças vivas da freguesia» para debate da situação.

O jornal «A Capital», na edição de 18 passado, fazia-se eco de opiniões que defendem a inviabilidade da construção do eléctrico rápido, alegadamente pela existência de nu-

meros pilares construídos pela Junta Autónoma das Estradas para suportar os viadutos da Calçada do Carriche e Campo Grande. Nessa edição o presidente da Câmara de Loures, Demétrio Alves, lembrava que nenhum estudo dos numerosos até então feitos apontava para qualquer dificuldade desse tipo e que a construção do metro é obra para se estender por longos anos antes de poder ser utilizada pelas populações.

Câmara dá mais de um milhão para freguesias

A Câmara Municipal de

Loures anunciou que vai proceder este ano à transferência de um milhão e 78 mil contos para as 25 juntas de freguesia do concelho, verba destinada a financiar a manutenção e conservação de infra-estruturas e equipamentos públicos.

Entre os equipamentos beneficiados, contam-se estabelecimentos de ensino pré-primário e do 1º ciclo, cemitérios, mercados, zonas verdes, vias públicas, recintos desportivos, parques infantis, balneários, sanitários, lavadouros, sinalização, abrigos de paragens dos transportes públicos e transportes escolares.

JCP contra tropas portuguesas na Bósnia

A propósito da sua condenação ao envio de tropas portuguesas para a Bósnia, a Direcção da Organização Regional do Algarve da JCP reafirma as suas críticas às alterações no Serviço Militar introduzidas pelo PSD com o apoio do PS, numa nota à imprensa. Estas vêm tornar ainda «mais claro o facto de a transformação das Forças Armadas portuguesas, assentes no Serviço Militar Obrigatório, em forças armadas personalizadas não corresponder às necessidades de defesa nacional, mas sim à intenção de envolvimento do nosso país nas operações externas da NATO».

A intervenção desta organização na Bósnia, «além de ser ilegal, pois no respectivo tratado só estão previstas acções militares pacificadoras nos países membros, é principalmente uma ingerência imperialista». Os jovens comunistas prosseguem: «Não se trata de uma operação de solidariedade. O comandante francês da Forpronu considera-a «uma impostura de Clinton para fins eleitoralistas». O próprio presidente americano, quando visitou a Bósnia, não se dirigiu aos bósnios, mas sim ao seu eleitorado, lembrando aos seus soldados que «estão ali para defender os interesses dos EUA».

A DORAL da JCP considera que «ainda não é tarde para inverter este caminho belicista. A única e verdadeiramente duradoura solução para o conflito será o estabelecimento de bases sérias de cooperação entre os povos da região. Para tal, é necessário o empenhamento político da comunidade internacional, num clima imparcial, através da ONU.»

CM Montijo auxilia habitantes da Bela Vista em risco de despejo

Numa atitude de solidariedade com os moradores da Urbanização da Bela Vista, a Câmara Municipal do Montijo tem vindo a procurar as soluções mais ajustadas com a população para a questão dos aumentos incomportáveis das prestações daquelas habitações, cobrados pela Caixa Geral de Depósitos.

Os possíveis despejos de que ultimamente se tem falado constituem um agravamento desta situação que envolve cerca de mil pessoas, dividas em mais de 230 famílias.

A urbanização, construída no início dos anos 80 no âmbito de

um contrato de Desenvolvimento de Habitação, recebeu do Governo a concessão de vantagens que permitiriam a comercialização dos fogos a preços baixos. Contudo, as habitações foram comercializadas acima dos valores previstos. Uma campanha de insuficiente esclarecimento, levada a cabo pela empresa de construções Amadeu Gaudêncio, sugeria inclusivamente que os imóveis seriam pagos em função dos rendimentos de cada um.

A Câmara Municipal, que também favoreceu este empreendimento através da aquisição de terrenos e da

isenção do pagamento de algumas taxas, tem recentemente vindo a propor à CGD a renegociação das dívidas, moras, prazo de amortização e período contratual.

Falta de condições em escola de Almeirim

A deputada d'«Os Verdes» Heloísa Apolónia entregou recentemente um requerimento ao Ministério da Educação, em que questiona sobre as medidas que serão tomadas de forma a garantir a segurança e o normal funcionamento da Escola Básica 2ª e 3ª ciclo de Febo Moniz, em Almeirim, até à construção de novas instalações.

Este estabelecimento tem estado encerrado devido aos danos causados pelo temporal de dia 8 de Janeiro, que provocou a destruição de telhados, o

derrube de pilares e o arranque de instalações eléctricas. Esta situação, segundo os ecologistas, demonstra claramente a falta de segurança e as condições precárias em que se encontram os pavilhões prefabricados desta escola.

A deputada dirigiu ainda um requerimento à Câmara Municipal local, procurando conhecer as iniciativas tomadas pela autarquia junto da Administração Central para a resolução desta questão.

CDU apresenta contas de campanha

As contas relativas à campanha eleitoral da CDU para as eleições da Assembleia da República realizadas no passado dia 1 de Outubro foram entregues, dentro do prazo legal e nos termos do nº 1 do artº 20 da lei nº 72/93 de 30/11, à Comissão Nacional de Eleições. AQUI se divulgam os números relativos às receitas e despesas globais verificadas.

Receitas globais		Despesas globais	
1 - Subvenção Estatal	13 282 609,00	1 - Despesas pessoais dos candidatos	
2 - Contribuições dos componentes da Coligação Democrática Unitária:		a) alimentação e alojamento	102 745,00
a) Partido Comunista Português	132 458 865,50	b) transportes	39 450,00
b) Partido Ecologista "Os Verdes"	3 000 000,00	c) telefones	
c) Intervenção Democrática	2 000 000,00	d) outras despesas	
3 - Contribuições de Pessoas Singulares	29 814 800,10	2 - Material de propaganda eleitoral	
4 - Produto de Actividades de Campanha Eleitoral	7 926 249,50	a) Produção e/ou aquisição	78 607 625,80
TOTAL	188 482 524,10	b) distribuição	8 531 873,00
		c) outras despesas	42 053 720,00
		3 - Realização de comícios e reuniões	
		a) aluguer de recintos	3 333 160,00
		b) arranjo dos recintos	3 412 568,00
		c) outras despesas	21 944 909,20
		4 - Despesas de secretariado	
		a) pessoal	8 559 220,00
		b) consumos de secretaria	863 753,10
		c) telefones	2 003 473,00
		d) outras despesas	1 021 084,00
		5 - Despesas gerais	
		a) instalações para uso exclusivo durante a campanha eleitoral	
		b) equipamentos	1 250 788,40
		c) viaturas	16 656 204,60
		d) aquisição de serviços	
		e) outras despesas	101 950,00
		TOTAL	188 482 524,10

Cuba O aniversário

Verdadeira festa foi o que aconteceu nas instalações da cooperativa «Benvinda a Liberdade», no Faralhão, Setúbal, no passado domingo, comemorando mais um aniversário da Revolução Cubana.

Com a presença do embaixador cubano, Hermano Blanco, que se encontrava na mesa acompanhado de dirigentes da Associação de Amizade Portugal-Cuba e de outras personalidades - general Vasco Gonçalves e Miguel Urbano Rodrigues, nomeadamente - ao almoço comemorativo, em que participaram centenas de amigos, seguiram-se discursos. Tomaram a palavra a deputada comunista Odete Santos, Vasco Gonçalves, Miguel Urbano - nosso colaborador que muito justamente foi homenageado no momento em que nos vai deixar para seguir para o Brasil - e o embaixador de Cuba. No final, comodamente, interveio Sebastião Areias, dirigente da cooperativa.

Depois foi a festa, que começou com o coral da cooperativa, «Os Unidos do Alentejo», seguindo-se-lhe a alegria e o ritmo do Grupo Musical Cubano, que pôs toda a gente a cantar e a dançar.

Cuba Mais um passo contra o bloqueio

■ Honório Novo

Cuba e todo um enorme movimento de opinião e solidariedade internacionais têm motivos para estar satisfeitos.

Um pequeno (ou grande?) mas seguro passo foi dado pelo Parlamento Europeu no sentido de vir a viabilizar o estabelecimento de um acordo de cooperação económica e comercial entre a União Europeia e Cuba. Na sessão de Estrasburgo do dia 18 de Janeiro, o plenário deu luz verde a um documento da Comissão Europeia com vista a elaborar as bases para um acordo com Cuba.

Para se avaliar a enorme importância política deste pequeno-grande passo, basta lembrar que Cuba é, ainda neste momento, o único país da América Latina com o qual Bruxelas nunca teve qualquer acordo de cooperação económica e comercial. As razões que justificam tal «esquecimento» nada têm a ver, obviamente, com questões económicas ou comerciais, mas sim com as longas (de mais de trinta anos), inadmissíveis e (diria) criminosas pressões que o Governo Americano tem exercido sobre toda a comunidade internacional para impedir relações normais com Cuba e, assim, tentar vergar pela fome a dignidade de um Povo que não conseguiu submeter pelas armas.

Não satisfeito com o feroz bloqueio com que há décadas cerca a ilha caribenha que um dia ousou seguir um rumo não subserviente, o Governo Americano pressionou e pressiona para que se mantenha Cuba isolada, para que não se estabeleçam relações normais, ou se coopere com Cuba. E não são, nem foram, apenas pressões; foram (são) represálias sobre pessoas, empresas e governos; foram (são) leis - as «torricelli», as «helmes», por aí fora - que fazendo tábua rasa do Direito Internacional pretendem condenar e castigar economicamente seja quem for, americano ou não, caso lhes desobedeçam...

Daí o tal «esquecimento» da União Europeia...

Daí também a fundamental e dupla importância política deste pequeno-grande passo do PE. Por um lado, pode vir a permitir o estabelecimento de relações decisivas para um rearranque da economia cubana e a sua imprescindível diversificação; por outro lado, contribui desde já para um crescente isolamento internacional da política americana para com Cuba, criando, com a explícita condenação do bloqueio, melhores condições para o prosseguimento da sua denúncia e para a continuação da luta para o seu desaparecimento.

Não se fique, porém, com a ideia de que tudo foram rosas no Plenário de Estrasburgo.

O relatório do PE que o documento da Comissão suscitou foi elaborado pelo deputado trabalhista inglês Stanley Newens, no âmbito da Comissão Parlamentar dos Negócios Estrangeiros. Redigido de uma forma equilibrada e eticamente irrepreensível, foi desde logo objecto de um ataque concertado por parte de todos os sectores da direita e extrema direita representadas no PE. Desde o francês «lepinista» Antony, ao ex-censor do franquismo espanhol Robles Piquer,

eleito nas listas do PP espanhol, passando pelos sectores ditos liberais onde se alberga o PSD (ver caixa).

Por isso não é de estranhar que a versão final do Relatório Newens tenha alguns reflexos destas «preciosas» colaborações...

No entanto, apesar dos esforços de toda a direita, apesar desses poucos elementos de provocação, e mesmo mentira, que conseguiram introduzir na Proposta de Resolução aprovada pelo PE a versão final do Relatório Newens, aliás aprovado por larga maioria, garante plenamente as duas ideias centrais atrás referidas, tendo eliminado as tentativas de completa adulteração que eram essenciais no espírito e na letra de muitas das emendas propostas pelos diferentes sectores revanchistas e/ou trauliteiros do PE.

O essencial passou incólume. E o essencial, repito, é a condenação clara do bloqueio americano e a possibilidade de estabelecer programas de cooperação e relações comerciais normais entre a UE e Cuba.

Como o povo cubano precisa e vem reclamando, há muito.

Eurico de Melo, Cuba e a Comunicação Social

Foi «renhida» a votação do Relatório Newens na comissão parlamentar (ainda em Dezembro). No final, uma espécie de «acordo de cavalheiros» desaconselhava a apresentação de emendas polémicas na sessão plenária de Janeiro.

Surpresa geral (?): o Grupo Liberal apresenta 11 emendas, todas assinadas por Eurico de Melo.

Que interesse especial, para além do muito mal disfarçada aversão ao sistema político, económico e social cubano, fazia correr o novel deputado (que nunca por lá passou, não conhece, nem quer conhecer)?

Quem assistira à votação de Dezembro tinha uma eventual explicação. Eurico de Melo irritara-se com a perspectiva da derrota das emendas apresentadas pelos diversos sectores da direita. Vai daí, não espera pelo final. Reclama, protesta e anuncia a sua saída da sala... deixando a direita ainda mais debilitada e os seus colegas de grupo a criticar o seu abandono do campo.

promover a causa da paz. Entretanto, no Bailundo, Savimbi dizia aos 700 participantes na conferência anual do seu partido: «a paz não pode ser a destruição da UNITA. Sem esse objectivo, não queremos a paz, não queremos a estabilidade.»



Soldado se

Parlamento Europeu pressiona Cuba

O PARLAMENTO Europeu aprovou ontem uma resolução em que manifesta o desejo de condicionar a conclusão de um acordo de cooperação com Cuba à realização de eleições livres na ilha. O documento lembra ainda às autoridades cubanas que devem libertar os presos políticos, calculando-os em cerca de 500. Mas os eurodeputados apoiaram também a proposta de Conselho Europeu para uma aproximação com o regime castrista sem referendos prévios.

Eurico de Melo é o autor de 11 das 18 propostas de emenda da resolução parlamentar saída do relatório, das quais apenas duas e parte de outra não foram aceites pelo plenário. Nas alterações introduzidas por iniciativa do deputado português em nome do Grupo Liberal, recorda-se a...

Índia, comunicação e mi

O ESCÂNDALO de corrup...

Acção Social, mas pouco

O Parlamento Europeu aprovou na sua sessão plenária deste mês o relatório Hughes, dedicado ao «Programa de Acção Social 1995/97».

O documento, que define uma série de orientações para sectores tão importantes como os do emprego, educação e formação, legislação e normas laborais, igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, protecção social e integração de imigrantes e minorias étnicas, pobreza e exclusão social, aplicação da legislação social na União Europeia, entre outros, mereceu da parte dos eurodeputados portugueses um tratamento diferenciado: enquanto os representantes do PCP, PS e PSD votaram a favor, os deputados do PP abstiveram-se.

As opiniões portuguesas divergiram no entanto mais do que possa parecer, quando se tratou de medidas concretas. Os deputados comunistas propuseram, designadamente, a realização de um debate sobre as repercussões da exclusão social para as crianças, particularmente na sua alimentação diária, tendo em vista oferecer, onde necessário, refeições grátis ou a preços acessíveis subsidiados pelo Estado. Pedida a votação nominal, verificou-se que todos os portugueses estavam a favor da primeira parte, mas discordavam da

segunda, pelo que votaram contra (excepção feita a Girão Pereira, que se absteve). Debatê-lo, ainda vá que não vá, mas agora tomar medidas...

Também a proposta de inclusão, nas directivas a adoptar, de uma cláusula de não regressão para os Estados-membros que já estejam mais avançados em relação às medidas agora aprovadas, a votação foi dispar: PS e

PSD votaram contra, o PP absteve-se. Afinal, em matéria social, voltar para trás pode sempre dar jeito quando se está no Poder, com a vantagem de remeter as responsabilidades para os parceiros europeus.

Por outro lado, se a proposta de regozijo pela adopção do IV Programa para a igualdade, embora criticando a tentativa de redução das verbas atribuí-

das, mereceu consenso, já o mesmo não sucedeu à proposta dos deputados comunistas para que o relatório a elaborar sobre o fenómeno da «deslocalização» de empresas para fora da União incluisse, também, as «deslocalizações» dentro da UE, que veio a ser derrotada.

As votações, quer das propostas de alteração quer do relatório final, são significativas. A demagogia para consumo interno não perturba o sentido dos votos.



Sim ao Euro, seja lá o que for?

A maioria dos portugueses, a exemplo dos seus parceiros da União Europeia, não está informada sobre a moeda única - Euro - que deverá estar em circulação no ano 2002, mas aceita a ideia.

O absurdo da situação é revelado na sondagem divulgada esta semana pela Comissão Europeia, em Bruxelas, quando se prepara uma mega «euro-campanha» destinada a «esclarecer» os cidadãos da União sobre as «vantagens» da moeda única.

Segundo os dados agora divulgados, 49 por cento contra 31 por cento dos portugueses aceitaram a futura moeda única, mas só 7,0 por cento

das pessoas se considera bem informada sobre o assunto. Os que acusam um défice de informação totalizam 92 por cento da população.

A escala europeia, o panorama é idêntico: a favor pronunciam-se 54 por cento, mas o número dos «bem informados» fica-se pelos 20 por cento, enquanto os «mal informados» ascendem a 78 por cento.

É caso para perguntar qual será opinião dominante quando os mal informados perceberem que para chegar à moeda única é preciso respeitar os critérios de convergência, o que passa, na maioria dos casos, pelo apertar - ainda mais - do cinto. E isso, já todos os cidadãos da UE vão sabendo o que é.

Brasil

Cerca de 400 famílias do Movimento dos camponeses sem terra (MST) invadiram uma fazenda da região do Pontal do Paranapanema (700 quilômetros a oeste de São Paulo), 48 horas depois de ocuparem outra propriedade agrícola na mesma região.

"Continuaremos a invadir as fazendas pois esta é a única linguagem que as autoridades entendem", afirmou José Rainha, 33 anos, líder do MST local. "O governo comprometeu-se a resolver a situação dos acampamentos provisórios antes de 31 de Dezembro e faltou à sua promessa", acrescentou.

A região do Paranapanema foi teatro em 1995 de numerosas ocupações de propriedades agrícolas. O Movimento dos sem terra luta pela reforma agrária no Brasil.

Tchetchénia

A comissão internacional de juristas, CIJ, preconizou que a admissão da Rússia no Conselho da Europa seja adiada e que a ONU envie observadores à Tchetchénia. A CIJ, uma organização de defesa dos direitos do homem, tomou esta posição na sequência da sangrenta repressão de uma tomada de reféns no Daguestão por independentistas tchetchénos.

A organização, sediada em Genebra, denunciou a tomada de reféns mas acusou a Rússia de ter violado as convenções internacionais ao utilizar uma força desproporcionada e ao atacar não-combatentes.

A CIJ propõe que os estados membros da comissão dos direitos humanos da ONU exijam a nomeação de um relator especial para investigar as violações dos direitos humanos na Tchetchénia e o envio de observadores "in loco". Os juristas reclamam igualmente que a admissão da Rússia no Conselho da Europa, prevista para o próximo mês, seja adiada "sine die".

Palestina

As eleições "históricas" do sábado passado nos territórios palestinos constituem "uma base sólida para a autodeterminação" e "a realização dos direitos legítimos do povo palestino", disse Butros Ghali.

Numa declaração oficial lida pelo seu porta-voz, o secretário-geral da ONU sublinhou esperar que "estas eleições reforcem o empenhamento das partes em obter progressos nas suas negociações" e em "chegar a um acordo" sobre as questões relativas ao estatuto final.

"A realização destas eleições históricas e a forte participação de eleitores palestinos na faixa de Gaza, Cisjordânia e Jerusalém oriental constituem um passo importante na via para a realização dos direitos legítimos do povo palestino, fornecendo uma base sólida para a sua autodeterminação", disse ainda Ghali.

Alemanha

Crime racista em Lubeck

Um incêndio criminoso destruiu, a semana passada, em Lubeck, na Alemanha, mais um lar de imigrantes. Pelo menos dez pessoas, entre as quais três crianças, morreram no incêndio. Um atentado que é considerado como um dos piores crimes racistas cometidos no país nestes últimos anos.

O edifício servia de abrigo a cerca de cinquenta pessoas originárias da Ásia, do Médio Oriente (Líbano e Síria), e da Polónia.

As primeiras declarações da polícia apontavam para um eventual acidente, apesar do sinistro se ter declarado simultaneamente em todos os quatro andares, e como de costume em atentados desta natureza, de madrugada. Mas no próprio dia, realizaram-se concentrações em Lubeck, contra o "racismo e o fascismo", por "justiça para as vítimas".

Numa destas concentrações, um representante da comunidade africana salientou: "Estamos contentes de ver que não estamos sós. E dizemos àqueles que gostariam de nos ver partir: não partiremos, somos uma parte de Lubeck, uma parte da Alemanha".

Não é a primeira vez que se registam acções racistas de violência em Lubeck. Em

Março de 1994, ocorre um primeiro atentado anti-semita numa sinagoga da cidade. Em Maio de 1995, novo atentado contra uma sinagoga.

Agora, já depois deste atentado contra o lar de imigrantes, novo fogo posto numa casa de imigrantes em Grossburgwedel, perto de Hanover. Felizmente sem que se tenham registado vítimas.

O actual crime de Lubeck não pode deixar de lembrar os cometidos em Molln, em Novembro de 1992, e em Solingen, em Maio de 1993. Oito mulheres e meninas turcas morreram nos incêndios de Molln e Solingen.

Mesmo segundo os dados oficiais, os números referentes aos actos de violência racista são impressionantes. Segundo o ministro alemão do Interior, em resposta a uma questão colocada por um deputado do Partido do Socialismo Democrático (PDS), em 1994 terá havido 7.952 crimes e delitos neonazis, dos quais 3.500 de carácter racista e 1.370 anti-semitas.

Entretanto, a repressão a estes crimes assume um carácter praticamente simbólico. A repressão está orientada para sectores bem diversos. Após a vaga de interdições profissionais que atingiu os pacifistas da Alemanha oci-



Frente aos destroços do lar de imigrantes, uma cruz e flores, em homenagem às vítimas do crime racista

dental, seguiu-se, com a re-unição, as destituições e os despedimentos em massa na ex-RDA. Pelo menos 50.000

inquéritos policiais foram abertos contra pessoas suspeitas de ser comunistas ou simpatizantes.

Na prática, a política de Bona deixa caminho aberto ao prosseguimento dos criminosos atentados racistas.

Berlinenses homenageiam Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht

Todos os anos, num domingo próximo de 15 de Janeiro, no cemitério de Friedrichsfelde, em Berlim-Leste, os berlinenses homenageiam a memória dos revolucionários alemães, Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, assassinados há setenta e sete anos.

A semana passada, foram dezenas de milhar que vieram depor cravos vermelhos nas campas, depois de terem desfilado pelas ruas da cidade, com palavras de ordem que reflectem preocupações muito actuais: a retirada das tropas alemãs da ex-Jugoslávia ou a semana de 30 horas sem redução salarial.

Entretanto, numa lógica bem diversa, o Partido social-democrata (SPD) concluiu um acordo com a União Democrata Cristã (CDU), no sentido da continuação de uma adminis-

tração conjunta da cidade de Berlim, apesar das pesadas perdas registadas por ambos estes partidos nas eleições municipais de Outubro passado.

Ignorando a possibilidade de concretizar uma administração com forças de esquerda - os eleitos sociais-democratas, verdes e do Partido do Socialismo Democrático - o SPD optou por uma aliança com a direita.

Em perspectiva uma política claramente antipopular. Está prevista uma série de medidas de "economia", que passam pela redução das despesas sociais, diminuição do número de professores do ensino superior, limitação da construção de habitação, aumento de pagamento nas creches, supressão de 17.300 postos de trabalho de funcionários.

Itália

Em tempos de crise

Recomeça amanhã, em Milão, um dos processos contra Silvio Berlusconi, antigo presidente do Conselho italiano, acusado de tentativa de corrupção.

Berlusconi, que dirigiu o governo de Itália ao longo de sete meses, é neste processo acusado de ter tentado corromper a brigada financeira, por uma soma de 380 milhões de liras, para evitar os controlos fiscais na grande empresa de que é proprietário, a Fininvest.

Uma vez mais tentou apresentar o seu caso como um processo político de que, naturalmente, seria a vítima.

Berlusconi tem inúmeros processos a correr contra si nos tribunais, sendo o caso mais comprometedor o do financiamento ao ex-dirigente socialista Craxi, quando este ainda era primeiro-ministro, e que a magistratura de Milão descobriu após a inspecção das contas bancárias secretas de Craxi na Suíça.

A vida política italiana tem vindo aliás a ser marcada por uma sucessão ininterrupta de escândalos, que na prática precipitou o fim do domínio político da Democracia Cristã, e que prossegue actualmente. Andreotti, símbolo da governação democrata-cristã, continua a ser julgado por associação mafiosa em Palermo.

Uma realidade que se insere na instabilidade política do país - hoje a braços com mais uma crise, com o fim do governo pro-

visório de Dini - testemunho de que não se verificou um novo arranjo político estável que substitua as quase cinco décadas de domínio democrata-cristão.

A vitória eleitoral da direita italiana (com Berlusconi), em Março de 1994, foi de imediato posta em causa pelo grande movimento popular de contestação de uma política que punha em causa direitos fundamentais dos trabalhadores no domínio da segurança social e em particular das reformas.

Na verdade, a política de Maastricht. A mesma que hoje se intenta impor em França e levantou um imenso movimento de protesto.

Com a queda de Berlusconi, é o seu ministro das Finanças, Lamberto Dini, responsável directo pelos planos frontalmente contestados pelos trabalhadores, que é nomeado primeiro-ministro, com uma única oposição - a do partido da Refundação Comunista.

Apresentado como um governo de técnicos, que iria aprovar apenas algumas leis indispensáveis para a realização de eleições, o governo de Dini acaba por avançar de facto com as políticas antipopulares do grande capital italiano e internacional, impostas pelos critérios de Maastricht.

Em causa estão, no fundamental, os mesmos problemas e realidades que marcaram o fim da dominância da democracia cristã, como o da breve governação de Berlusconi.

Palestina

Eleições marcam nova fase no processo de paz

Os resultados parciais das eleições na Palestina deram a esperada vitória a Yasser Arafat, agora eleito presidente, e reflectiram, pela significativa participação do eleitorado (a afluência às urnas foi de cerca de 75%), o apoio e a esperança dos palestinianos no processo de paz em curso, apesar dos profundos problemas e ambiguidades de que está eivado.

O Conselho Nacional Palestino agora eleito terá pela frente tarefas decisivas. Antes do mais será responsável pela fase final das negociações com Israel sobre os problemas protelados em Oslo: o estatuto de Jerusalém, as fronteiras da Palestina, a questão da água, os colonatos israelitas, o regresso dos refugiados.

No plano económico - de par de uma política de desenvolvimento e de implementação de novas actividades - deverá tomar medidas para dar resposta ao dramático problema do desemprego, que actualmente atinge cerca de metade dos trabalhadores, aumentar os salários e controlar os preços.

A campanha que decorreu ao longo de 17 dias, reflecte bem a dimensão dos problemas e as contradições em causa.

O Hamas, o FDLP (Frente Democrática de Libertação da Palestina) e a FPLP (Frente Popular de Libertação da Palestina) não

participaram no processo eleitoral, de alguma forma isolando-se entretanto do sentir da maioria da população, como indica a significativa participação no acto eleitoral.

O Partido do Povo Palestino (PPP, actual denominação do partido dos comunistas) e o Movimento para a Construção da Democracia (de Abdel Chafi), assumem-se como oposição construtiva, aprovando o processo de paz com Israel, mas contestando-lhe os resultados e a forma como Yasser Arafat tem vindo a conduzir as negociações.

A campanha eleitoral foi marcada, em particular em Jerusalém-leste, por conflitos e ingerências por parte das autoridades israelitas.

A parte árabe da cidade está ocupada por Israel desde 1967 e foi anexada a partir de 1981. Nas negociações de Taba sobre a autonomia da Cisjordânia, as autoridades israelitas tudo fizeram para



Hebron, no sul da Cisjordânia, continua sob controle do exército israelita

tentar privar a população da cidade árabe do direito ao voto. Forçados a recuar nesse seu intento, apostaram em tornar o voto o mais difícil possível, por um lado, e por outro equipará-lo na prática a um voto de imigrantes.

Antes do mais tudo foi feito para dissuadir os eleitores de se inscrever nas listas (das ameaças, à intimidação ou ao lançar de boatos de que quem se inscrevesse poderia, por exemplo, perder o direito à segurança social). Com algum resultado prático - das 140.000 pessoas com idade de votar, apenas se inscreveram 80.000.

Por outro lado obrigou-se cerca de metade do eleitorado a ir votar

aos territórios autónomos nas circunscrições de Ramallah e de Belém.

A realização do acto eleitoral nos postos de Correios, numa espécie de simulação de voto por correspondência, é também significativa das intenções de Israel em relação ao futuro de Jerusalém-leste, tal como o multiplicar de incidentes com os candidatos.

Como pano de fundo de toda a campanha e do quadro político em que se desenvolveu, a manutenção de milhares de presos políticos palestinianos nas prisões israelitas.

Dois mil e novecentos presos políticos continuam encarcerados nas prisões israelitas, a despeito dos acordos de Taba que previam a sua total libertação antes da realização de eleições.

Em véspera do acto eleitoral, os candidatos interromperam a campanha para uma manifestação de solidariedade com os presos. O presidente da Associação de defesa dos presos, Selim Salam, lançou um apelo, em Jerusalém, no sentido de que esta questão seja uma das prioridades do Conselho palestino agora eleito. Também para fechar portas a outras

violações dos acordos estabelecidos e para que a população palestiniana não acabe por perder toda a confiança no processo de paz.

Neste momento significativo do processo de paz, importa entretanto lembrar factos fundamentais do caminho percorrido, em condições particularmente difíceis.

O projecto inicial de Israel e dos EUA era concluir acordos separados entre Tel-Aviv e as diferentes capitais árabes, ignorando a questão palestiniana.

Em Junho de 1990, Washington tinha rompido quaisquer contactos com a OLP, qualificada então de organização terrorista.

Mas a força da Intifada, que mobilizava os palestinianos na sua contestação à ocupação desde 1987, não podia ser indefinidamente ignorada. Os acordos de Washington, de Setembro de 1993, ao afirmar o reconhecimento, por Israel, da existência do povo palestiniano, marcam uma nova etapa neste processo.

Dois anos passados, entretanto, a criação de um Estado palestiniano, com viabilidade política e económica, e até geográfica, continua a ser um problema não resolvido.

Argélia

Associações femininas contra Código de família

As mulheres argelinas - um dos alvos preferidos dos fundamentalistas islâmicos - decidiram mobilizar-se em defesa dos seus interesses, e chamam a atenção para o facto de a luta pela democracia ainda estar longe do seu fim.

Várias associações femininas reuniram-se recentemente e divulgaram um comunicado em que denunciam as reservas do Conselho nacional de transição e do Parlamento de transição, quanto à ratificação da Convenção da ONU sobre a eliminação da discriminação das mulheres.

Este texto, adoptado pela Assembleia Geral da ONU em Dezembro de 1979, nunca foi ratificado pela Argélia.

O Parlamento transitório adoptou a Convenção da ONU, mas com tais limitações, que a esvazia de facto de todo o sentido, mantendo as argelinas num estatuto de menoridade.

Em causa está o Código da família, adoptado pelo Parlamento em 1984, e que de facto submete as mulheres a disposições inspiradas no fundamentalismo islâmico.

Ao recusar ratificar a Convenção da ONU, o Conselho de transição mantém em vigor este Código de família, rejeitado pelas mulheres argelinas e pelo conjunto das forças democráticas.

As associações femininas lançaram uma petição, dirigida ao presidente Zeroual, em que protestam contra as reservas do Conselho de transição quanto à ratificação da Convenção da ONU e pedem a abolição do Código da família, que qualificam de anti-constitucional.

Na verdade, o artigo 28 da Constituição argelino estipula que "os cidadãos são iguais perante a lei, não podendo prevalecer qualquer discriminação em função do nascimento, raça ou sexo".

As associações femininas salientam ainda que, num momento em que o povo argelino, quando das eleições presidenciais, exprimiu de forma inequívoca o seu desejo de paz e democracia, não se poderá excluir deste processo metade da população, sem que o próprio processo em curso seja posto em causa.

As associações femininas decidiram igualmente desencadear

uma campanha de sensibilização da opinião pública argelina e empenhar-se numa batalha jurídica contra o carácter inconstitucional do Código de família.



Carlos Carvalhas encontrou-se, na Soeiro Pereira Gomes, no passado dia 19 do corrente mês, com Manuel Tomé, Secretário-Geral do Partido FRELIMO. Durante o encontro, em que participou também Domingos Lopes, membro do CC e da Secção Internacional, procedeu-se a uma ampla troca de impressões sobre a situação em Moçambique e no nosso país, bem como sobre a actividade dos dois partidos e onde foi manifestada a vontade recíproca de desenvolver as relações de amizade entre o PCP e o Partido FRELIMO

Bósnia

O Presidente do parlamento servo-bósnio, Momcilo Krajisnik, instou a população dos bairros servo-bósnios de Sarajevo a permanecer nas suas casas, depois da administração daqueles ser entregue ao governo bósnio de maioria muçulmana, conforme o plano de paz. "Apelo ao povo sérvio a permanecer nas respectivas habitações e peço aos que já se foram embora que regressem para, juntos, construirmos a nossa Sarajevo", disse Krajisnik na reunião do comando servo-bósnio para a aplicação do plano de paz para a Bósnia. Segundo a agência independente sérvia "Beta" está a ser estudada a possibilidade dos bairros sérvios de Sarajevo manterem o "poder local" até meados de Setembro, altura em que se prevê a realização de eleições municipais.

MIR

A primeira francesa a seguir para o espaço parte para a estação orbital russa Mir em Julho, juntamente com dois cosmonautas.

Claudie Andre-Deshays, 39 anos, tomará parte numa missão científica com os cosmonautas Guennadi Mikhailovitch Manakov e Pavel Vladimirovitch Vinogradov.

Durante duas semanas, os três viverão a bordo da MIR juntamente com outros três cosmonautas russos que já lá estão há seis meses e regressarão com Andre-Deshays, a 22 de Julho. Os dois russos que acompanham Claudie até à MIR, a 6 de Julho, ficarão na estação orbital.

As suas quatro experiências científicas incluem adaptações neurológicas e cardiovasculares no espaço e a capacidade dos caracóis marinhos em pôr ovos na ausência da gravidade. Seis franceses participaram já em missões à órbita da Terra no programa espacial russo, ou a bordo dos vaivém da NASA.

As 15 nações da Agência Espacial Europeia meteram na gaveta planos para construir a sua própria nave espacial, mas estão a trabalhar em planos para um laboratório espacial europeu e esperam desenvolver os seus próprios voos tripulados.

México

As autoridades da Cidade do México, onde habitam 20 milhões de pessoas, levantaram a emergência ambiental, em vigor durante três dias, devido à melhoria do tempo, que favorece a dispersão da contaminação do ar.

A comissão metropolitana decidiu o regresso à normalidade por considerar que as condições climatéricas favorecem a dispersão dos contaminantes e, por isso, levantaram as restrições de circulação rodoviária e da actividade industrial.

Durante a emergência, foi ordenada uma redução de 30 por cento na actividade industrial da capital e em cada dia foi retirada das ruas metade dos 3,6 milhões de veículos existentes na Cidade

■ Henrique Custódio

Inaugurado em Faro por Carlos Carvalhas

Um Centro de Trabalho à medida do Algarve

Faro tem um novo Centro de Trabalho do PCP, inaugurado no passado domingo pelo Secretário-Geral Carlos, Carvalhas em ambiente de grande festa, prolongando-se o acto num almoço-volante e num convívio que entrou pela tarde fora. O orgulho e a satisfação patenteados pelos numerosos camaradas algarvios presentes justifica-se plenamente: a nova sede localiza-se em plena baixa de Faro, está instalada num amplo e belo edifício dos anos 30 meticulosamente restaurado pelos comunistas e é propriedade plena do PCP.

Começemos pelo edifício. Localizado perto do histórico Teatro Lethes - «o S. Carlos de Faro», como é conhecido na cidade - o novo Centro de Trabalho do PCP está instalado num belo edifício dos anos 30 que, nas palavras do arquitecto Lopes da Costa, que concebeu toda a recuperação e adaptação do imóvel para as novas funções, «é um edifício que traduz de certa maneira uma época de desenvolvimento económico do Algarve a que chamo "da conserva e do fruto seco", sendo este um dos que, na época, foram construídos para a função mista de habitação e comércio ligado aos frutos secos. Localiza-se na área de protecção do Teatro Lethes, que é classificado, e nós consideramo-lo igualmente um edifício merecedor de classificação patrimonial, como expressão de uma época histórica da cidade».

Esse facto mereceu a devida atenção por parte do PCP, como igualmente deu nota o camarada Lopes da Costa, na conversa que teve connosco juntamente com o camarada Eurico Antunes, o engenheiro que supervisou todas as obras realizadas no edifício. «O projecto», disse-nos, «teve isso como condicionante importante na adaptação às novas funções, onde se incluí uma área comercial a ser gerida pelo Partido, localizada no rés-do-chão e independente do resto do edifício.»

O novo Centro de Trabalho usufrui de uma área bruta de 750 m², dos quais 155 m² foram obtidos por ampliação, tem três pisos e uma cave e divide-se em três áreas: uma de Centro de Trabalho propriamente dito, outra de carácter social e de convívio e uma terceira destinada ao apoio dos serviços.

«Nas obras de recuperação», esclareceu-nos Lopes da Costa, «houve especial cuidado com a preservação dos elementos construtivos e de acabamentos considerados de importância, nomeadamente carpintarias, soalhos, tectos, escadarias, etc., que foram meticulosamente recuperados. Houve necessidade de redução de pé direitos demasiadamente elevados, o que permitiu a instalação no tecto de sistemas de renovação de ar, das redes eléctricas, telefones, etc., evitando o mínimo de roços nas paredes originais. Assinala-se, também, que a ampliação foi concebida de forma a não comprometer a traça original do edifício.»

Todavia todos saíram no momento de içar as bandeiras na varanda do edifício, aglomerando-se no passeio fronteiriço em alegre expectativa. Foi de lá que a emoção explodiu quando Carlos Carvalhas e Carlos Costa içaram a bandeira nacional e a do PCP. Estava inaugurado o novo Centro de Trabalho, numa perfeita síntese de intervenção política e sensibilidade cultural.

Seguiram-se as interven-



Da esquerda para a direita: Carlos Carvalhas, Eurico Antunes, Lopes da Costa e Carlos Luís Figueira. Na altura, o arquitecto Lopes da Costa dava pormenores ao Secretário-Geral do PCP sobre a recuperação do edifício, que mostrou em pormenor

O içar da bandeira e da alegria

E a festa de inauguração chegou. Ao meio-dia de domingo a multidão começou a afluir, vendo-se gente a cingir por todo o lado: uns mirando com gosto a fachada meticulosamente restaurada, outros subindo e descendo escadas numa primeira descoberta das numerosas instalações, a maioria concentrando-se na ampla zona de convívio alargada em dois elegantes patamares, o mais baixo dos quais dá para um largo pátio nas traseiras, com acesso aos dois grandes terraços que os dois andares superiores proporcionam.



Apesar de amplas, as instalações da zona de convívio ficaram a abarrotar de convivas



Um extraordinário grupo de camaradas voluntários garantiu um serviço à festa pleno de qualidade e simpatia



Pormenor da entrada no salão de convívio onde decorreu o almoço de confraternização

ções, que resumimos ao lado, uma de Carlos Luís Figueira, membro da Comissão Política e responsável da DORAL do PCP, outra do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas. Nelas se soube que o novo Centro de Trabalho do PCP é propriedade do Partido e resultou de uma permuta feita com os proprietários do antigo Centro de Trabalho de Faro, onde o PCP era arrendatário, aproveitando-se a oportunidade para anunciar uma campanha de fundos de 3.000 contos para completar o equipamento necessário na nova sede do Partido.

Seguiu-se um excelente almoço-volante onde não faltou o arroz de marisco como só no Algarve, estendendo-se o convívio pela tarde fora onde não faltou a animação musical, tudo servido por um extraordinário grupo de camaradas voluntários cuja diligência, qualidade de serviço e simpatia bem podiam servir de exemplo a muita hotelaria às três pancadas que se vê por aí...



Momento do içar das bandeiras, com uma multidão entusiasmada a aplaudir no passeio em frente



O que se disse na festa

Carlos Luís Figueira, membro da Comissão Política e responsável da DORAL do PCP, foi o primeiro a usar da palavra na inauguração do novo CT de Faro, considerando que «este é um dia histórico para a vida do nosso Partido na região. Finalmente concretizamos um velho sonho. Dotar o Partido com uma sede própria na capital desta região servida por instalações que pelo melhor aproveitamento e racionalização do espaço permitissem melhores condições de trabalho». E acrescentou:

«Sendo esta uma casa do PCP, ela será também, e tudo faremos para que tal aconteça, um local de convívio, de debate para todos aqueles que, sem preconceitos, connosco se dispõem abertos e participadamente a discutir e a encontrar os melhores caminhos, as mais justas soluções para os problemas do nosso povo, da nossa região, do nosso país.»

Após sublinhar diversos aspectos da crescente intervenção do PCP na Região e do papel dos comunistas na luta emancipadora dos trabalhadores, Carlos Luís Figueira assinalou que «com a abertura do novo Centro iniciamos neste espaço, muito em breve, um largo conjunto de iniciativas através de exposições e debates sobre diversos e actuais temas da vida política, económica, social e cultural do País. Para eles deixo desde já aqui o apelo à vossa participação».

Terminou saudando todos que «de uma forma ou de outra permitiram estarmos aqui hoje a inaugurar este novo Centro do PCP, destacando os camaradas Lopes da Costa, responsável pelo projecto de arquitectura, Eurico Antunes, o engenheiro que acompanhou todos os trabalhos, Manuel Dias, pela decoração e montagem e todos os trabalhadores da Cooperativa COOPTAR, saudados na pessoa de João Luís».

Carlos Carvalhas:
Será mais fácil mostrar quem é efectivamente de esquerda

Carlos Carvalhas encerrou a inauguração com um discurso de que destacamos algumas passagens.

Com a inauguração deste magnífico Centro de Trabalho, aberto à população e a todos os democratas, o Partido testemunha também por este meio, o seu cuidado na defesa e valorização do património do centro histórico de Faro e a sua vitalidade e dinamismo, a sua determinação e confiança na luta e nos seus objectivos.

E nesta inauguração, neste início de 1996, ano em que comemoramos o 75º aniversário, permitam-me que as minhas primeiras palavras de reconhecimento vão para todos aqueles que dão corpo a este Partido, para todos vós, para todos os comunistas e militantes e para todos os amigos que nos têm acompanhado nas mais diferentes jornadas.

(...)

Mas esta inauguração decorre também num quadro político novo, que nos abre perspectivas de alargamento de influência, nos facilita a marcação das nossas diferenças e nos permite uma maior intervenção em defesa dos interesses do povo e do país.

E agora mais fácil mostrar à opinião pública, aos trabalhadores, aos cidadãos, com verdade, quem cumpre, o que promete, quem tem medidas e orientações para relançar o desenvolvimento com uma efectiva dimensão social, quem tem de facto um projecto alternativo, quem defende uma nova política, uma política humanista, de justiça social, de tolerância, de equilíbrio ambiental e regional, de melhoria de distribuição do Rendimento Nacional, de aproveitamento dos nossos recursos, de defesa do nosso aparelho produtivo e quem na prática e no essencial pretende seguir a velha política, de concentração de riqueza, de entrega do riquíssimo património público e de avanços fundamentais da economia aos grandes senhores do dinheiro, quem quer continuar a seguir a marcha forçada para a

moeda única, os critérios de Maastricht e a aumentar assim o desemprego, a vulnerabilidade da economia e a liquidação de importantes subsectores e sectores do aparelho produtivo nacional. Será agora mais fácil mostrar à opinião pública quem é efectivamente de esquerda e defende uma nova política e quem lhe quer vestir a pele, mudando o acessório para que tudo o que é essencial continue na mesma.

(...)

Nós continuaremos a lutar pela defesa dos direitos dos trabalhadores e das populações, pelas suas justas reivindicações por um forte Poder Local democrático.

Nós continuaremos a levantar a bandeira da regionalização, reivindicação profundamente sentida no Algarve, bem como a defesa das nossas pescas e da nossa agricultura.

Nós continuaremos a defender o nosso aparelho produtivo e a produção nacional e o aproveitamento dos nossos recursos.

A defesa do emprego, o combate ao desemprego, o desenvolvimento económico e social, a criação de perspectivas para a juventude, a melhoria das reformas e do poder de compra das popula-

ções, são para nós objectivos fundamentais. Nós continuaremos a trabalhar com confiança e a manter-nos firmes, combativos, determinados, tolerantes, abertos para a vida e voltados para o futuro, capazes de uma visão rasgada e inovadora, destacados protagonistas de um incomparável empenhamento democrático, sabendo que o PCP é uma grande criação da classe operária e dos trabalhadores portugueses, PCP, Partido do nosso tempo, Partido necessário e insubstituível, projecto de futuro numa democracia avançada, simultaneamente política, económica, social e cultural. (...)



Carlos Carvalhas, no momento da sua intervenção

Cavaquismo sem Cavaco?



AGOSTINHO LOPES
Membro
da Comissão Política

● 14 de Janeiro confirmou 1 de Outubro

«É exagerado falar-se em enterro
do cavaquismo.»

A. Pinto Leite, Antena 1, 15 de Janeiro de 1995.

«Os socialistas ganharam as eleições,
o povo votou pela mudança, mas
o pensamento em voga continua
dominado pelo arcaísmo neoliberal e pós-
modernista.»

Manuel Alegre, Expresso, 1 de Dezembro de 1995.

O povo português rejeitou segunda vez, massiva e expressivamente, a política de direita. A política do PSD/Cavaco Silva. Exigiu uma viragem, outra política. O voto de rejeição de uma política, verificada em 1 de Outubro, é sublinhada a 14 de Janeiro, pela clara derrota do candidato presidencial Cavaco Silva, principal intérprete e primeiro responsável por essa política, pese embora a natureza diferente das eleições. A política do agravamento das desigualdades sociais e assimetrias regionais. De ruína do sector produtivo e do desemprego. Da delapidação de fundos comunitários e nacionais, da corrupção e do clientelismo. Da ofensiva contra os direitos constitucionais dos portugueses em matéria de saúde e ensino. De completo enfeudamento e subserviência perante a União Europeia. A política do quero, posso e mando, do autoritarismo, arrogância e prepotência.

A ligação entre as escolhas estratégicas do cavaquismo (as causas) e a situação a que essa política conduziu o País (as consequências), não é tão visível. Encontra-se mesmo, em geral, oculta por uma convergente teia de análises (a alternância, a bipolarização) e de propaganda política, quando não pura e simplesmente por linhas de diversão, manipulação política e demagogia.

É uma ligação que não é directa nem imediata. Exige a intervenção, o debate e o esclarecimento políticos. Exigiria e exige outro comportamento da generalidade dos órgãos de comunicação social portugueses.

Mas é uma ligação irrecusável. Entre o estado do País e a política económica orientada pelo cumprimento dos critérios de convergência de Maastricht; pela política de privatizações, de liberalização e desregulamentação económicas; pela completa liberalização da circulação de capitais; pelas facilidades à expansão do capital privado nas esferas da saúde, da educação, da segurança social; pela permanente e completa subordinação dos interesses dos trabalhadores aos interesses do capital, dos interesses do «pequeno» capital aos interesses do grande capital nacional e multinacional, dos interesses do capital produtivo aos interesses do capital financeiro; pelas desastrosas políticas comunitárias comuns: agricultura, pescas e outras.

Ninguém de bom senso, a não ser que queira enganar-se a si próprio, ou então queira enganar os outros - será isso que aconteceu durante a campanha eleitoral, dr. Sousa Franco? - acreditará que o problema do cavaquismo foi apenas um problema de diálogo, de concórdia (bem a procurou o professor), de estilo..., o que não significa qualquer desvalorização, subestimação, das formas de relacionamento e comportamento dos governos com os cidadãos e a sociedade. Ou dos posicionamentos anti-democráticos do Governo de Cavaco Silva.

Só ingenuamente se poderá pretender, como defendem alguns indefectíveis cavaquistas, ou quem tenta lançar poeira aos olhos dos outros, que o problema foi/é uma questão de informação (1), de falta de explicação aos trabalhadores e ao povo das razões nacionais e internacionais para tais escolhas estratégicas. É convicção profunda desses senhores que, tudo explicado, tudo seria aceite: o desemprego, os baixos salários, a miséria das pensões e reformas, a produção agrícola por escoar, o encerramento de empresas viáveis, etc.

Há ainda os que julgam, crentes nos milagres das biotecnologias, da manipulação genética, que é possível que o pilriteiro, em vez de pilritos, produza bananas...

● O que se anuncia não é a mudança, é a continuidade «Há alguma dificuldade em distinguir as políticas económicas do PS e do PSD.»

Luis Campos e Cunha, in Diário Económico, 19 de Julho de 1995, recém-nomeado vice-governador do Banco de Portugal e conselheiro de António Guterres.

O Programa do XIII Governo, na concretização do Programa Eleitoral, confirmou a identificação da «nova» política socioeconómica do PS, com a velha política cavaquista, na opção pelas mesmas orientações estratégicas.

O papel de embrulho das preocupações e propostas sociais funcionará, mais uma vez, como o alibi e a miragem, em contraposição aos «estragos» que vão ser produzidos pelo «natural funcionamento da economia», pelas imposições do mercado e da globalização, pela inelutabilidade do mal menor negociado em Bruxelas.

As declarações e entrevistas em que os ministros e outros responsáveis governamentais, deputados e dirigentes do PS se têm multiplicado, no limbo político em que se encontrou o Governo até 14 de Janeiro, reafirmam uma sólida e ortodoxa identidade na defesa de velhíssimas receitas cavaquistas e comunitárias.

As poucas e «fímidas» medidas concretas que foram tomadas (pensões e reformas, propinas, portagens), o recente comportamento da maioria socialista na Assembleia da República sobre o projecto comunista das 40 horas de horário semanal, são já sintomáticas. A multiplicação dos chavões «rigor», «contenção/moderação salarial», «despesismo do Estado», «competitividade», o «pessimismo», «sacrifícios», a propósito do Orçamento do Estado que aí vem, mostram este completamente espartilhado pelas baías monetaristas da União Económica e Monetária (UEM) e de Maastricht, prisioneiro da lógica neoliberal do pensamento único.

Algumas políticas sectoriais são já também uma anunciada promessa de continuidade. Mesmo quando identificam com algum rigor a herança cavaquista, o que propõe é a continuação da política responsável pelo «património» de destruição herdado.

É lermos as entrevistas do ministro Daniel Bessa e dos seus secretários de Estado (cada vez mais contraditórios entre si), onde se fala da «nova» política industrial e comercial: privatizações, acrescida selectividade no acesso aos fundos comunitários, e a angustiante dúvida sobre se as grandes superfícies devem encerrar na manhã ou na tarde de domingo! Como se vê, radicalmente distinto do que era proposto por Cavaco Silva.

É verificarmos, espantados, que as soluções da ministra do Emprego, Maria João Rodrigues, para o desemprego, são as mesmas receitas que Cavaco Silva várias vezes anunciou. São as soluções que, detalhadas em dezenas de medidas, constituem o núcleo dos «Planos» de milhares de novos postos de trabalho com que Cavaco Silva sempre brindava o País em (vésperas de) anos eleitorais: «os planos sociais e programas de reconversão profissional» para a «reestruturação de empresas», o «mercado social de emprego», os incentivos «à iniciativa local», as «políticas activas de emprego!» As soluções que constam da cartilha de Delors, o Livro Branco do Crescimento, Competitividade e Emprego.

É constatararmos que também em matéria de Segurança Social, depois dos aumentos à Cavaco das pensões e reformas, o ministro da Solidariedade Social Ferro Rodrigues, insiste em conhecidas e estafadas linhas de argumentação - teses do cavaquismo e da Comunidade Europeia, do grande capital transnacional e do Banco Mundial. (2)

E a culminar tudo isto, como chapéu ideológico que abriga toda a «nova maioria», a espantosa paráfrase de António Guterres comentando a decisão do Conselho de Madrid, de baptizar como «euro» a futura moeda única: «Euro, tu és euro e sobre este euro edificaremos o futuro da construção europeia». Para além do ridículo que encerra, é esclarecedora de todo um projecto político para a construção comunitária. Denunciadora da «conserva-

ção» do fio condutor da política realizada em Portugal por Cavaco Silva. Projecto político da social democracia e da direita europeias. Projecto político do capital transnacional. A Associação para a União Monetária Europeia (AUEM), uma organização que reúne grandes capitalistas de dez países da União Europeia (em que participa Belmiro de Azevedo), apelou aos governos presentes na Cimeira de Madrid para que «criem urgentemente um cenário claro de transição» para a futura UEM. E sublinhou o seu «apoio integral à ideia da moeda única (...)».

Estará António Guterres muito longe de Braga de

O Programa do XIII Governo, na concretização do Programa Eleitoral, confirmou a identificação da «nova» política socioeconómica do PS, com a velha política cavaquista, na opção pelas mesmas orientações estratégicas.



Macedo para quem «a liberdade financeira é o cume das liberdades políticas e económicas: permitir ao cidadão trocar a sua moeda livremente por qualquer outra moeda!»?

● As interrogações que António Guterres e os seus pares não querem fazer, nem responder...

«Quem sabe se um velho e renovado
fantasma não vem outra vez visitar a

Europa? E se Hamlet não vai de novo interrogar-se e interrogar-nos em Elsenor.»

Manuel Alegre, Expresso, 8 de Dezembro de 1995.

É difícil resistir à comparação. A França é ali ao virar da esquina e a simetria é notável, pensem embora as especificidades de cada país. A um longo domínio socialista dos principais órgãos de poder político franceses, maioria na Assembleia Nacional, Governo, Presidente da República, sucedeu uma maioria, um Governo, um Presidente de direita.

O que derrotou tão categoricamente o «socialismo», «a esquerda» em França? Uma derrota tão clara e nítida como a que em Portugal a 1 de Outubro e a 14 de Janeiro varreu o PSD e Cavaco Silva do poder?

Porque vai o «socialismo» do PSOE e de F. González ser provavelmente derrotado em Março pela direita do PP de Aznar?

Porque se avizinha o fim de Major no Reino Unido, provável terminus de um longo período de governos de direita e de como o thatcherismo pode continuar com o «novo trabalhismo» de Tony Blair, cujo objectivo confessado (...) é construir «uma nação de empresários»!?



Que faz crescer a extrema-direita, o racismo, a xenofobia, os fundamentalismos, na Europa e noutros espaços?

Porque não resultaram, nem resultam, as «receitas» do Livro Branco de Delors para o combate ao desemprego? (Será, Maria João Rodrigues, que os sociais-democratas franceses, espanhóis, austríacos, e a direita inglesa, belga, alemã, italiana, não descobriram - como, segundo afirma, o Governo do Prof. Cavaco Silva não descobriu - as «fórmulas eficazes» para o ataque ao desemprego de longa duração?)

O que foram em Dezembro as magníficas lutas dos trabalhadores e das massas populares franceses, na resistência às medidas do Governo Juppé e do novel Presidente Chirac, de reforma do regime da segurança social e de (continuar a) destruição de grandes empresas de serviço público (energia eléctrica, telecomunicações, caminhos-de-ferro, ...)?

As espantosas elocubrações e metafísicas reflexões produzidas sobre o brutal sobressalto que sacudiu a sociedade francesa, com ondas de choque (e de simpatia) em muitos outros países, são em si mesmo uma significativa resposta. A resposta dos que não querem ver na luta do povo e dos trabalhadores franceses um alti-sonante NÃO à política de direita, à política ditada pelo grande capital, à política de Maastricht!

As interrogações não são difíceis de fazer. Não precisamos mesmo de Hamlet a interrogar-nos. Mas há quem não as queira fazer. Para não ter de dar resposta. Porque as respostas diriam que a responsabilidade pelas derrotas eleitorais dos partidos socialistas e sociais democratas na Europa, e também dos partidos de direita, como sucedeu em Portugal, é da política do grande capital, do agravamento das desigualdades sociais, de degradação e precarização do trabalho, de ofensiva contra os interesses e direitos de todos os que trabalham ou trabalharam, praticados por essas forças políticas. Porque as respostas esclareceriam perante a «grande questão», de Manuel Alegre, «ser ou não ser (socialista)» que em cima da mesa do Governo de António Guterres, está O NÃO SER.

É para iludir (mas não só) as respostas que deveriam dar ao povo português, para escamotear as respostas às promessas que não vão ser cumpridas, que o último Conselho de Ministros do Governo PS retoma, pela voz de António Vitorino, o que ainda no período pré-eleitoral afirmava António Guterres: o grande problema do país é a reforma do sistema político, e em particular a reforma do sistema eleitoral, para responder ao magno problema, à farsa do argumento «maior proximidade entre eleitores e eleitos» e, coisa nova no PS embora velhíssima em Cavaco Silva, «o voto dos emigrantes em eleições presidenciais». Não é. Os principais problemas dos portugueses hoje são, o que já dizia a canção, educação e cultura, saúde, habitação, segurança social, salários, emprego e estabilidade de emprego, uma reforma capaz de assegurar uma velhice digna.

● O busílis da questão: a divisão do bolo...

«Porque, enfrente-se a realidade, somos ainda um país que sofre de grandes atrasos e onde a modernização implica sacrifícios para muitos portugueses...»

Henrique Neto, Deputado do PS, Público, 4 de Janeiro de 1996

«E os carros, senhor, e os carros que os patrões continuam a comprar.»

Trabalhadores dirigindo-se a António Guterres, em Guimarães, in Diário de Notícias, 20 de Janeiro de 1996

Em todas as resmas de papel e horas de discursos sobre estes temas há um sistemático esquecimento. Um tabu de que comentaristas políticos e os *media* não falam. Uma variável económica intocável. É a intangível leveza da taxa de lucro. Fala-se dos salários e das pensões. Do horário de trabalho. Da legislação laboral. Dos défices públicos. Da inflação. Da taxa de câmbio. Da taxa de juro. Da produtividade. Da competitividade. Só a taxa de lucro do capital não parece fazer parte desta guerra. Será porque 60% das empresas portuguesas não dão lucro, não pagando o correspondente IRC?!

Ora o bolo que é o Rendimento Nacional pode, *grosso modo*, dividir-se em duas fatias, a fatia dos salários e pensões (a remuneração do trabalho) e a fatia dos lucros (a remuneração do capital - juros, rendas, lucros propriamente ditos). O sistema público de segurança social funciona como um mecanismo de redistribuição de parte desse bolo.

Como a taxa de lucro é intocável, é tabu, resulta incontornável que se mexa na fatia dos que trabalham (salários), ou dos que já trabalharam (reformas).

nável que se mexa na fatia dos que trabalham (salários), ou dos que já trabalharam (reformas).

E o grande capital pensa que o momento é azado para impor uma redistribuição do bolo ainda mais a seu favor. Ou, pelo menos, pensa tentar ultrapassar a crise em que se mantém mergulhado, com o mínimo de custos possíveis, descarregando o «fardo» para cima dos trabalhadores e dos reformados.

Esta ofensiva contra os rendimentos do trabalho é hoje particularmente visível nos países capitalistas desenvolvidos. Em períodos de crise mais aguda, o desemprego massivo é, em si mesmo, uma brutal forma de redistribuir o bolo, mantendo a fatia do capital e eliminando do direito a partilhar o bolo, milhões de trabalhadores desempregados, sem salário, portanto.

O que os trabalhadores franceses fizeram em Dezembro, para indignação de muitos espíritos bem pensantes, foi tentar impedir que essa divisão lhes fosse ainda mais desfavorável. Em França, a parte dos rendimentos do trabalho era 68,8% do valor acrescentado em 1982, e hoje não atinge senão 60%! A tese dos bem pensantes, dos que se manifestaram contra os «privilégios» dos trabalhadores da Função Pública, dos trabalhadores das empresas públicas, era que estes não permitiam a partilha da sua fatia do bolo («não eram solidários») com os desempregados, os excluídos, os jovens à procura do primeiro emprego. É claro, mexer na fatia do capital, nem pensar! Mexer nos lucros, uma blasfémia!

É sabido (apesar das ocultações estatísticas do INE e do Banco de Portugal), que em Portugal os rendimentos do trabalho, em consequência da política de direita, vêm perdendo peso no Rendimento Nacional, e desceram abaixo dos 50% no ano de 1994, segundo dados da CGTP.

Quando Henrique Neto fala com toda a propriedade dos «sacrifícios para muitos portugueses» está, evidentemente, a falar dos sacrifícios dos que trabalham ou já trabalharam e a isentar desses sacrifícios o capital.

Quando o Governo de António Guterres, com o apoio da CIP/CAP/CCP, negocia aumentos salariais na Função Pública de 4,25% e deixa antever no Conselho de Concertação Social, 4,5%, mantém a desigual e injusta partilha do Rendimento Nacional provocada por Cavaco Silva. Quando permite ao grande capital chantagear as «40 horas de trabalho» (ao impedir a sua aprovação na Assembleia da República), trocando-as na Concertação Social por «flexibilização» e «polivalência» (com o amén da UGT), garante-lhes, assim, que a redução do horário de trabalho será compatível com a manutenção da taxa de lucro, graças a uma acrescida intensificação do trabalho, a uma acrescida exploração dos trabalhadores.

Quando António Guterres propõe «moderação salarial, de forma a não comprometer o emprego e o desenvolvimento económico», quando o seu secretário de Estado adjunto advoga a contenção salarial para assim se «libertar recursos para o investimento e a criação de emprego, e baixar o custo do crédito», sabem que estão a vender gato por lebre. Sabem que é uma completa fraude a tese vendida pelo grande patronato de que menos salários (e também menos impostos, menos contribuições para a segurança social, etc., etc.) significa uma manutenção de lucros necessários para mais investimentos e, portanto, mais emprego.

Nada como a insuspeita «realidade» e os insuspeitíssimos estudos da Comunidade Europeia para o demonstrar:

«Verifica, no entanto, que a moderação salarial no período transacto (1991/1994) se traduziu exclusivamente num aumento do lucro das empresas, o qual não deu origem a mais investimentos nem a mais trabalho.»

Verificação do Relatório «Anne E. M. Van Lancker», do Parlamento Europeu, de 16 de Novembro de 1995, com base nos dados do Relatório Anual da Comissão sobre «O Emprego na Europa - 1995». Lapidar.

(1) Miguel Sousa Tavares, no Público de 22 de Dezembro de 1995, justifica as incompreensões face à União Europeia e a Maastricht pela falta de explicação aos europeus, por deficiências de informação!

(2) Ver, sobre esta matéria, o artigo «A privatização da velhice», de Edgar Correia, nos «Avante!» de 4 e 11 de Janeiro de 1996.

Emprego na UE

Uma ficção dramática também em português

No conjunto da União Europeia, o número de desempregados continua superior a 18 milhões, o que representa cerca de 11 por cento da população activa e, ainda que se preveja um crescimento mais forte do emprego para este ano ou para os próximos dois anos, parece pouco provável que o número de desempregados diminua rapidamente num futuro próximo - esta a conclusão do estudo da Comissão Europeia sobre o "Emprego na Europa", divulgado em finais do ano passado.

O diagnóstico da situação, embora sublinhando que «a retoma da produção económica registada na maior parte das regiões da Europa a partir de meados de 1993 começou a melhorar a criação líquida de empregos», já que «na maioria dos Estados-membros, as taxas de desemprego estabilizaram ou diminuíram ligeiramente ao longo do primeiro semestre de 1995», não deixa espaço para optimismos. O estudo é a prova mais cabal da falência das políticas de emprego seguidas até agora, e revela como se impõe mudar de rumo na construção de uma Europa que está cada vez mais longe dos interesses dos cidadãos.

O relatório da Comissão Europeia sobre o emprego revela que os efectivos empregados no conjunto da União Europeia baixou 4 por cento ao longo dos três anos compreendidos entre 1991 e 1994, ou seja duas vezes mais do que qualquer outro período comparável desde a guerra. Assim, seis milhões de empregos - 60 por cento dos 10 milhões de empregos líquidos criados ao longo do período da expansão máxima de emprego entre 1985 e 1990 - perderam-se efectivamente neste período.

Cerca de 800.000 desses

empregos perderam-se nos dois novos Estados-membros, a Finlândia e a Suécia, onde a recessão começou mais cedo e onde os empregos tinham já diminuído de 350.000 entre 1990 e 1991, e um milhão de postos de trabalho desapareceu na ex-Alemanha de Leste.

Os Estados-membros mais antigos sofreram igualmente perdas importantes: a Itália perdeu mais de 1,7 milhões de empregos entre 1991 e 1994; o Reino Unido perdeu cerca de 900.000, após uma diminuição equivalente no ano anterior; a Espanha perdeu mais de 800.000 e a ex-RFA cerca de 600.000.

Se bem que nenhum dos Estados-membros tenha registado uma diminuição absoluta de emprego, a verdade é que em nenhum o aumento foi tão significativo que conseguisse empedir um aumento do desemprego.

A baixa generalizada do emprego provocou, portanto, um forte aumento do desemprego na União. A taxa média de desemprego, que em 1990 caíra para 7,5 por cento após ter rasado os 10 por cento em 1985, atingiu um novo recorde em 1994, ligeiramente superior a 11 por cento.

O aumento do desemprego foi particularmente acentuado na Finlândia, onde a taxa passou de 3,5 por cento para 18,5 por cento, e na Suécia, onde passou de menos de dois por cento para cerca de 10 por cento, quando, durante muitos anos, nos dois países, tinha sido inferior à média da União. Na ex-Alemanha de Leste, a taxa de desemprego passou de menos de 11 por cento em 1991 para cerca de 16 por cento em 1994. No mesmo período, em Espanha, onde a baixa do desemprego tinha sido particularmente acentuada no final dos anos 80, a taxa passou de pouco mais de 16 por cento para mais de 24 por cento.

Depois do valor recorde alcançado na Primavera de 1994, o desemprego só diminuiu

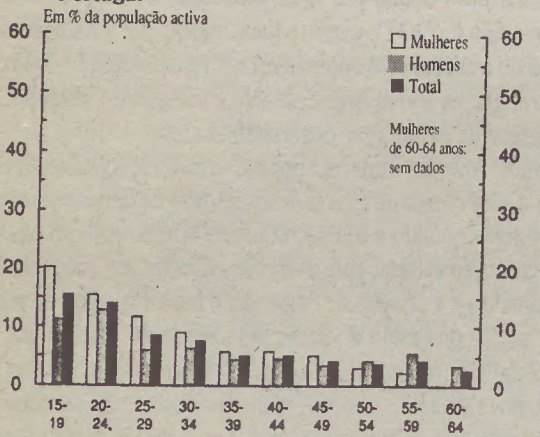
Indicadores-chave do emprego em Portugal

Total	1975	1985	1990	1991	1992	1993	1994
População total (milhões)	9308	10011	9896	9867	9862	9876	9899
População em idade de trabalhar (15-64 anos) (milhões)	5738	6457	6549	6570	6603	6640	6679
Emprego total (milhões)	3724	4196	4541	4665	4587	4493	4475
Evolução anual do emprego (%)*		1.2	1.6	2.7	-1.7	-2.0	-0.4
Taxa de emprego (em % da população em idade de trabalhar)	64.9	65.0	69.3	71.0	69.5	67.7	67.0
Emprego não assalariado (em % do emprego total)	15.8	26.2*	25.8	26.4	23.9	24.1	25.2
Emprego a tempo parcial (em % do emprego total)	nd	6.0*	6.0	7.0	7.3	7.4	8.0
Emprego com contrato a termo certo (%)	nd	14.7*	18.6	16.5	10.8	9.6	9.3
Parte do emprego na agricultura (%)	33.9	21.5*	18.1	17.4	11.5	11.6	11.8
Parte do emprego na indústria (%)	33.8	33.9*	34.1	34.0	32.6	32.9	32.5
Parte do emprego nos serviços (%)	32.3	44.5*	47.8	48.6	56.0	55.6	55.8
Taxa de actividade (em % da população em idade de trabalhar)	68.0	71.1	72.6	73.9	72.5	71.7	72.0
Desemprego total (milhões)	179.1	394.0	213.2	190.9	199.2	270.3	333.1
Taxa de desemprego (%)	4.4	8.7	4.6	4.0	4.2	5.7	7.0
Taxa de desemprego juvenil (%)	nd	20.0	10.0	8.8	10.1	12.9	15.2
Desemprego de longa duração (em % do total)	nd	54.5*	45.0	37.2	29.9	36.4	41.7

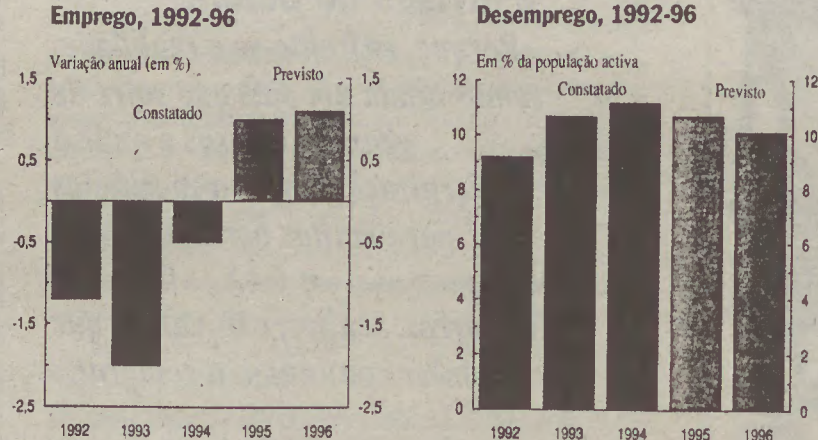
Fontes: Dados demográficos: Eurostat, estatísticas demográficas; Emprego total: Inquérito sobre as forças de trabalho da Comunidade (EFT) — média dos números trimestrais — e contas nacionais para 1975; Outros detalhes de emprego: EFT; Desemprego total e desemprego juvenil: números do Eurostat; Desemprego de longa duração: EFT; Os números respeitantes à estrutura do emprego e do desemprego em 1975 provêm de dados da OCDE.

* Variação anual média desde o ano anterior especificado. * 1986

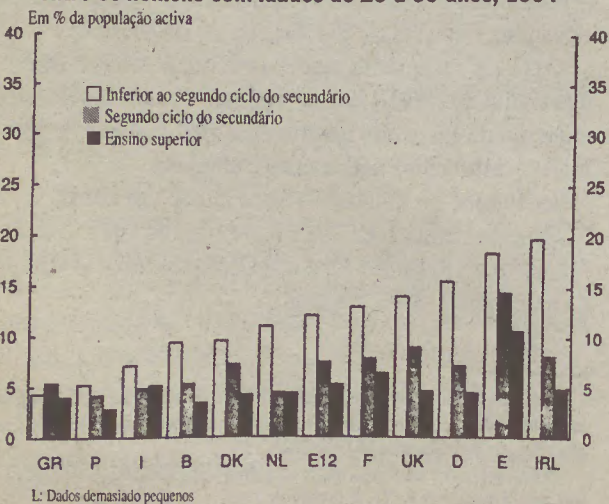
Taxa de desemprego por idades, 1994



Previsões para o período 1992/1996 (União Europeia)

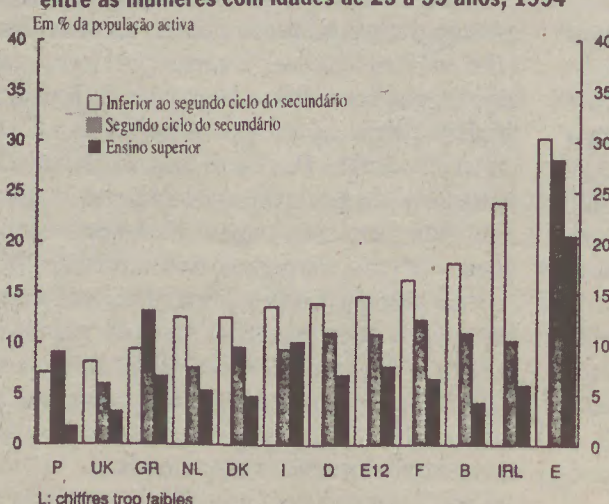


Taxa de desemprego segundo o nível de instrução entre os homens com idades de 25 a 59 anos, 1994



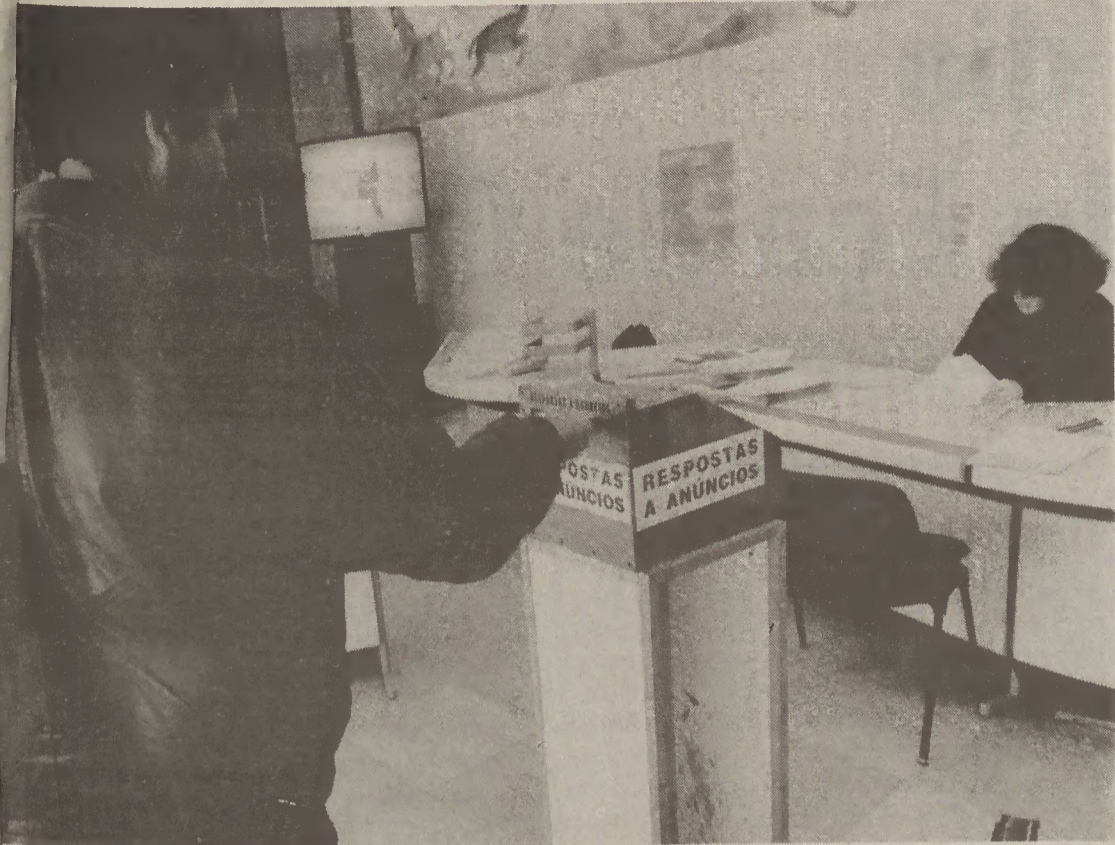
L: Dados demasiado pequenos

Taxa de desemprego segundo o nível de instrução entre as mulheres com idades de 25 a 59 anos, 1994



L: chiffres trop faibles





muito lentamente na UE. Aquando do último recenseamento mensal (Maio de 1995), a sua taxa média estava ainda próxima dos 11 por cento. Ainda que o crescimento do Produto Interno Bruto na UE pareça ter recuperado em meados de 1993, até ao momento isso teve um impacto mínimo no número dos desempregados.

Apenas em cinco Estados-membros (Dinamarca, Espanha, Holanda, Finlândia e Suécia) o desemprego (corrigido das variações sazonais) diminuiu mais de 0,1 por cento em relação à população activa ao longo dos primeiros quatro meses de 1995. Nos outros, manteve-se inalterado ou aumentou, como é o caso de Portugal (mais 0,6 por cento).

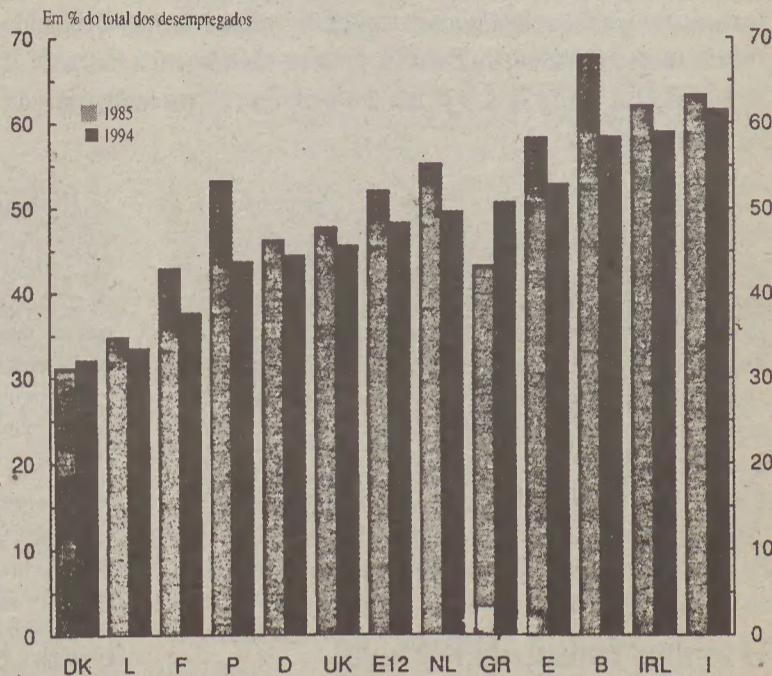
Os gráficos que a seguir se reproduzem falam por si. As ditas políticas do consulado cavaquista de "apoio" à juventude, às mulheres, à formação profissional, ao emprego, têm a sua tradução crua nos dados oficiais divulgados pela Comissão Europeia. Os resultados de dez anos de mentira estão à vista.

O novo Governo, a persistir na mesma política de convergência nominal, condena-se a si próprio e ao país ao mesmo fracasso.

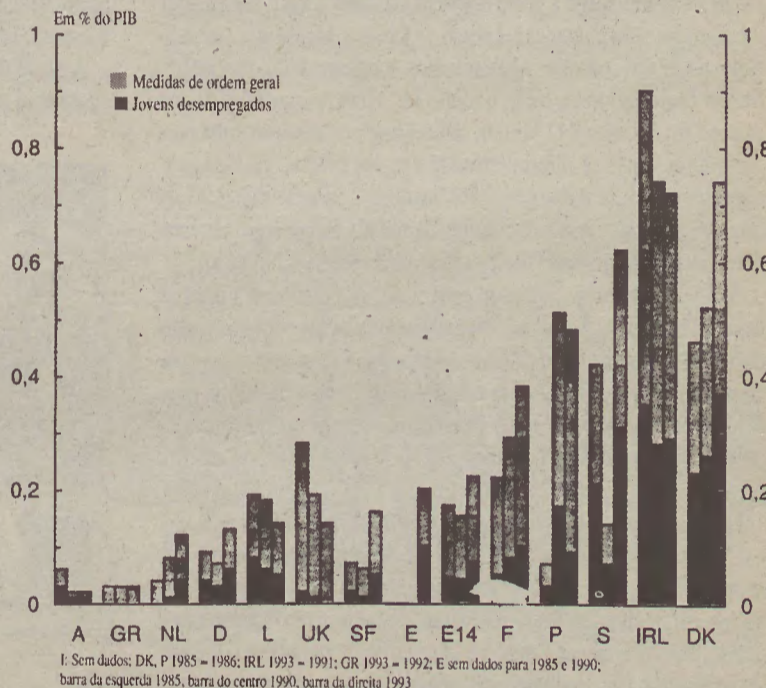
Abreviaturas dos países

A - Áustria	B - Bélgica	DK - Dinamarca	D - Alemanha
E - Espanha	F - França	GR - Grécia	I - Itália
IRL - Irlanda	L - Luxemburgo	NL - Holanda	P - Portugal
SF - Finlândia	S - Suécia	UK - Reino Unido	

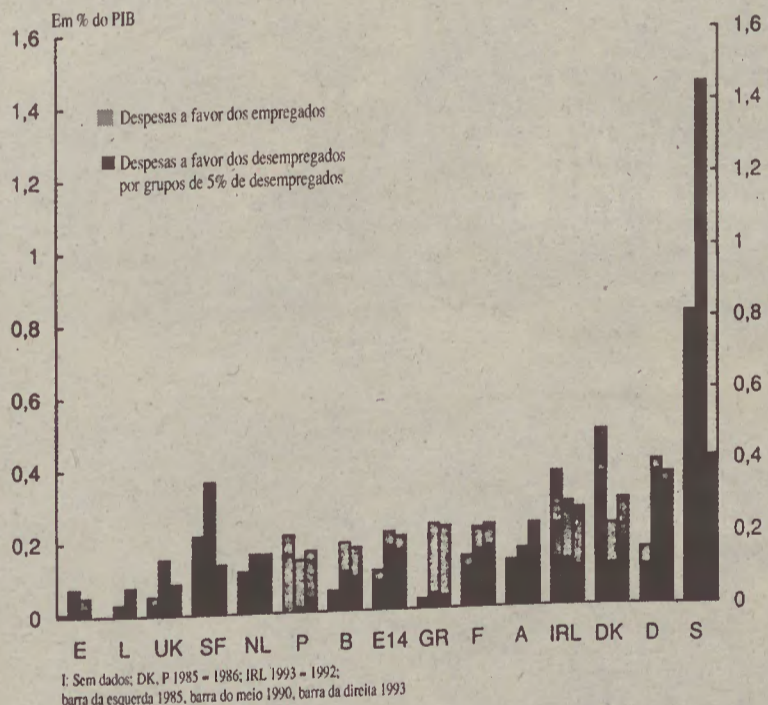
Desemprego de longa duração (superior a 1 ano) nos Estados-membros, 1985 e 1994



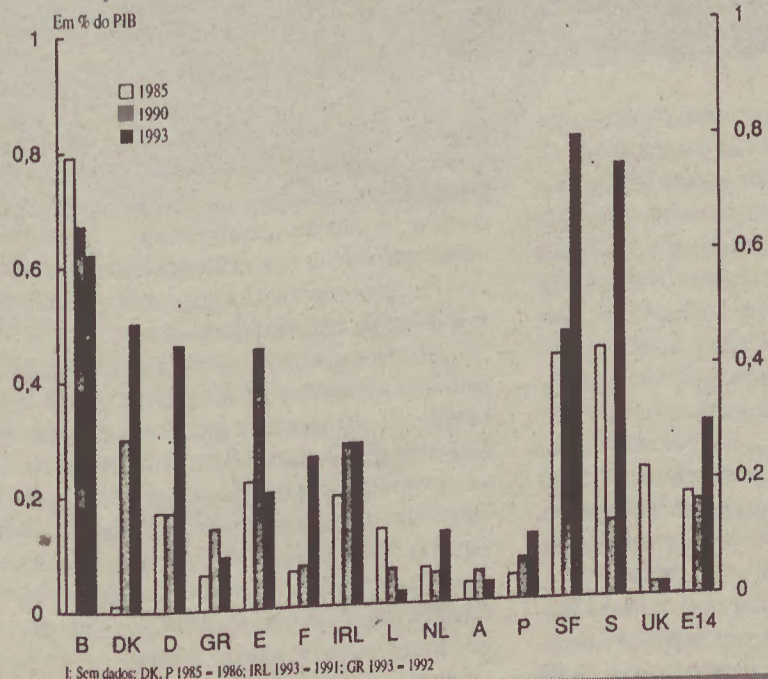
Despesas públicas consagradas a medidas a favor dos jovens nos Estados-membros, 1985, 1990 e 1993



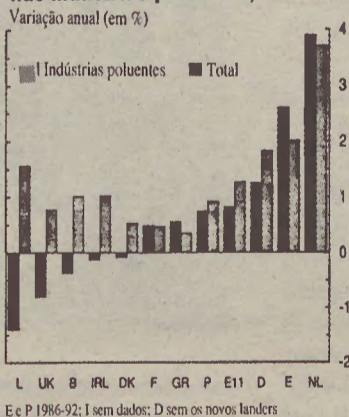
Despesas públicas consagradas à formação dos desempregados e dos empregados nos Estados-membros, 1985, 1990 e 1995



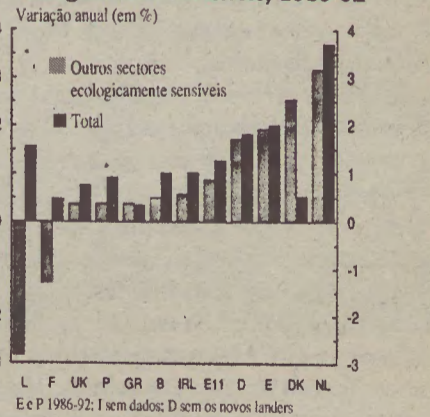
Despesas públicas consagradas às ajudas ao emprego nos Estados-membros, 1985, 1990 e 1993



Variação do emprego nas indústrias poluentes, 1985-92

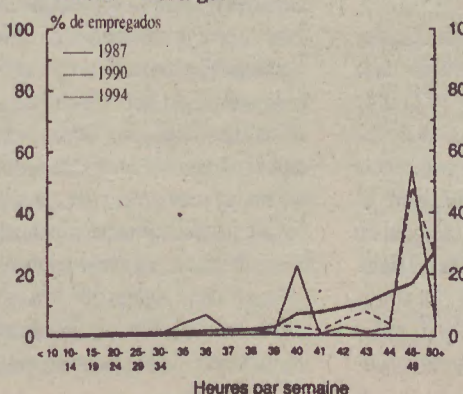


Variação do emprego nos outros sectores ecologicamente sensíveis, 1985-92



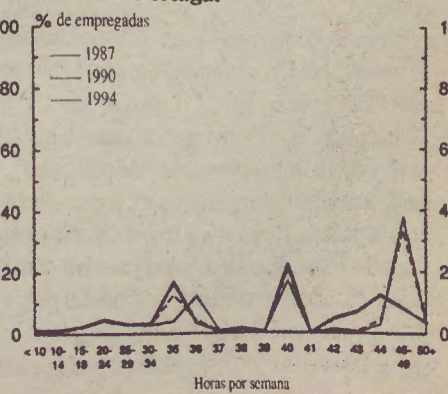
Repartição das horas habituais de trabalho por semana na indústria e serviços, 1987, 1990 e 1994

Homens - Portugal



Repartição das horas habituais de trabalho por semana na indústria e serviços, 1987, 1990 e 1994

Mulheres - Portugal



Um dia na vida de Eça de Queiroz

■ Manoel
de Lencastre

Newcastle. Ano de 1878. Chovera toda a manhã, naquele dia que não sendo já de pleno Inverno, não era ainda de Primavera. E a cidade, coração do nordeste britânico e capital da antiga Northumbria onde Edwin reinou e Balliol, da Escócia, prestou vassalagem a Eduardo III de Inglaterra, em 1334, era já um dos maiores centros industriais da Grã-Bretanha.

Aliás, o seu povo «goordie» (1), enérgico e empreendedor, às vezes um tanto rude e agressivo, mas quase sempre romântico, sentimental, não é gente que deixe passar-lhe o tempo de lado. Consequentemente, vêmo-lo, em 1878, erguer-se aos píncaros do êxito económico quando o segundo império britânico conhece a glória. Regista-se acção febril ao longo das margens do orgulhoso rio Tyne, em todos os espaços de acostagem. São às dúzias os navios de pequeno e grande porte em operações de carga e descarga, tudo produzindo espectáculo e vida desde a foz do rio, onde se ergue a estátua colossal do almirante Cllingwood (2), até a zona ribeirinha da cidade. Mas a chuva abranda e, do lado de Gateshead, surge o sol, timidamente.

O senhor cônsul de Portugal

É neste momento que um senhor de distinto aspecto mas de jeitos indiferentes surge à porta do nº 53, de Grey Street, onde reside em apartamentos conhecidos como as Reid's Chambers – e no edifício, além dos referidos apartamentos, existem ainda o escritório de um importador de cafés e chás, Mr. Kerr, e o estúdio de um arquitecto, Mr. Reay. O senhor, indiferente mas distinto, olha para a esquerda e para a direita, estende um dos braços, verifica que, efectivamente, já não chove. Há bastante gente na rua. A Grey Street é uma das mais importantes da cidade e o número de estabelecimentos comerciais é elevado sendo o potencial imenso.

Senhoras elegantes, algumas com crianças, percorrem a popular artéria em ambos os sentidos. Usam vestidos largos e longos, capas de veludo sobre o dorso. Todas, de chapéu. Burgueses, viajam de carruagem. E, de quando em vez, «trolley-buses» de forma quadrada e puxados por corpulentos machos, passam a certa velocidade. Mas tudo se desenvolve com relativa tranquilidade, quase com gentileza.

Na Grey Street de 1878 existem dois Bancos, o Lambton & Co. e o Northern Eastern Banking Co. – o senhor a que nos referimos, teria hesitado entre um e outro, mas resolveu-se, depois, e não entrou em nenhum deles. Subiu a rua, pela esquerda, atravessou a junção com a Grainger Street à vista da estátua imponente de Lord Grey Howick (3) e, calmamente, sempre estranhamente imperturbável, rompeu na Eldon Square (4), uma ampla e bonita praça ajardinada em cujo centro se ergue a estátua de St. George, o santo patrono dos ingleses. É aí que, no prédio nº 1, está situado o consulado de Portugal, e o senhor alto, quase elegante, de olhos perdidos em viagens por distantes paragens, é o cônsul. Chama-se José Maria de Eça de Queiroz.

Têm-no ali, na chuvosa e dura, longínqua e estranha Newcastle. Mas só pensa em Lisboa, nos seus amigos, em coisas da cultura dos portugueses, tal como nos jornais e nas revistas que se publicam no nosso país cuja leitura realiza, quase vorazmente, quando o correio chega. Só vive para a Lisboa pequeno-burguesa que tão intimamente conhece e da qual não poucas vezes desdenha; a Lisboa paroquial e pequena, a provinciana, a dos mexericos constantes e dos grandes mas irrisórios escândalos políticos. Tem montes de cartas para escrever. Imensos apontamentos para incluir e desenvolver nas obras em que está a trabalhar. Mas Lisboa está longe. Portugal parece-lhe inacessível. E aquela elegante mulher de luvas de seda preta que encontrara nas escadas a sair do escritório do importador de cafés e chás, Mr. Kerr, surge-lhe, de repente, na imaginação – uma inglesa como as outras, é certo, mas quem seria? Resolutamente entrou no edifício do consulado e o dia, enfim, ia começar.

Ouve-se, do lado da Estação Central, o silvar longo da máquina de um comboio, constituindo um som agradável numa cidade onde os ruídos escasseiam. Comboios são testemunhas do grande Mundo, mas há trabalho no consulado a que não é possível deixar de atender. Chegou um navio. Vai partir outro. Houvera desordem numa das tabernas ribeirinhas e um marinheiro português aparecera esfaqueado. É preciso, portanto, mandar alguém ao Hospital do Sagrado Jesus de onde o marítimo será transferido para a Trinity House (5). Tudo organizado pelo cônsul que, entretanto, dá consigo a pensar em Oliveira Martins quando se anuncia um portador que acaba de chegar de Sunderland com a caixa de charutos enco-

mendada há várias semanas. Como estaria o dia em Lisboa, naquela manhã? A pingonhice do costume. Só sabem falar. Ninguém faz nada.

De tédio, de profunda monotonia, é a vida de um cônsul, em Newcastle. Quando chegará o navio com a cortiça enviada de Lisboa para os N. Doughty & Co.? O correio anda atfada-

do. Há cargas diversas embarcando com destino a Portugal – mas estarão prontos os respectivos certificados? Messrs. Lambton & Co., onde os importadores portugueses abriram créditos, não poderão pagar aos Fowens, de North Shields, a factura dessas mercadorias sem que os certificados lhes sejam apresentados com o carimbo do consulado de Portugal e a assinatura do cônsul.

Vinhos do Porto. Eis o grande negócio que os ingleses desenvolveram em Portugal. As grandes firmas do «Port Wine», são conhecidas no mundo simultaneamente, como exportadoras e importadoras. Quase diariamente, chegam carregamentos a Newcastle dirigidos aos Oxford & Co., aos Fairman & Son, ao NePher-son, de Pilgrim Street, aos Cutters. Mas por onde andarão os respectivos conhecimentos de embarque? O atraso não é, certamente, dos correios ingleses. Aquilo é em Lisboa que as coisas emperram. E o vinho, entretanto, já está a fazer despesas desnecessárias na «Customs House» (6), nosso pavoroso edifício, gigantesco, cujas múltiplas janelinhas gradeadas fazem lembrar o Limoeiro. Passaportes? Há que emitir um para o marinheiro hospitalizado a fim de que possa, depois, ser recambiado para Lisboa:

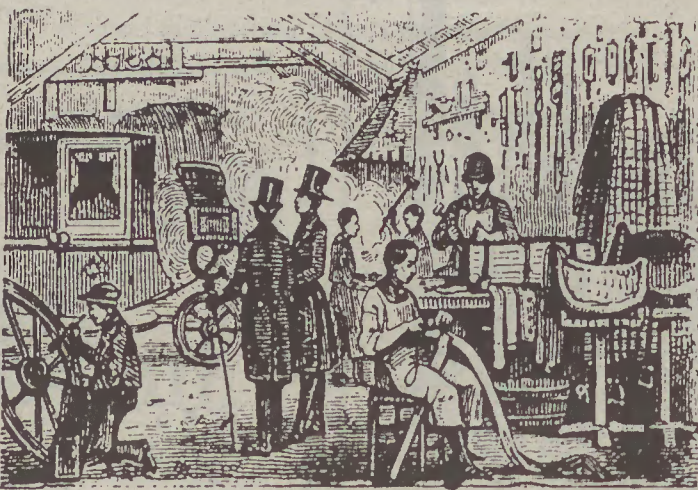
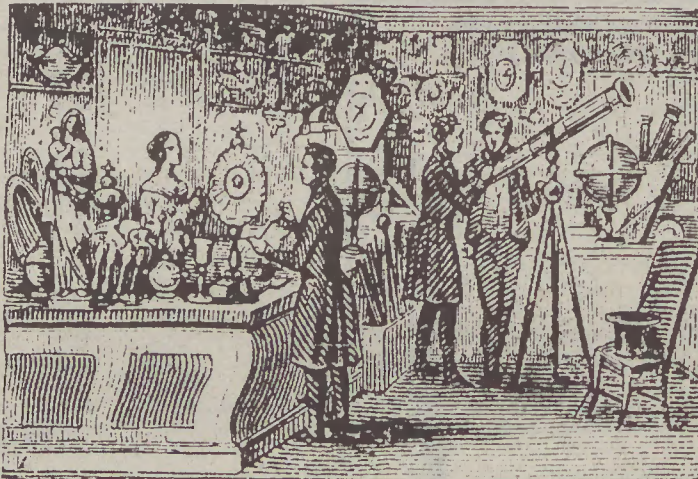
A tarde de Newcastle vai ser um martírio. A chuva regressa, agora com muito mais intensidade. O céu parece de ferro. Aliás, é

roubavam tempo para o despacho dos assuntos políticos do país. Mas os negócios da Inglaterra, não é o primeiro-ministro quem os dirige. Beaconsfield (Disraeli) como todos os outros primeiros-ministros britânicos, apenas assegura o desenvolvimento favorável das decisões de outros. O cônsul de Portugal lê os jornais. E lá está: Cecil Rhodes, em África, pretende abrir caminho e ocupar tudo desde o Cabo até ao Cairo. Quem manda, afinal é ele, Cecil Rhodes, dono do ouro e dos diamantes de toda a África do Sul. Mas surgir-lhe-ão territórios portugueses no caminho. O que farão as autoridades nacionais em tal circunstância? É nesta altura que o cônsul de Portugal atira o jornal fora e, dando um murro na mesa, exclama:

«Intrujões! Querem convencer o país de que lhes será possível fazer frente aos ingleses! Cambada de intrujões! Uma vez mais, seremos roubados pelos nossos próprios aliados!» Chega o correio. O cônsul precipita-se para a porta do gabinete e não pode deixar de evitar um grito: «Os documentos! Enfim, os documentos!» Mas trata-se de uma carta, uma simples carta de Batalha Reis. «Ah! este Batalha Reis, pelo menos, não me esquece...» E cai sobre a cadeira de braços para ler a carta enquanto um envolvente e rápido pensamento lhe atfava o espírito: quem será aquela inglesa de olhos verdes, tão perfumada e tão misteriosa?

A alma de Newcastle

A Newcastle que Eça de Queiroz conheceu, não obstante a sua considerável indiferença quanto ao mundo novo, o industrial, que se lhe erguia diante dos olhos, era, todavia, uma das grandes forças



tudo de ferro, em Inglaterra. Menos, talvez, certas inglesas e, particularmente, a que encontrou saindo da casa dos chás e cafés de Mr. Kerr. Parecia de fogo. O que dizem os jornais? Sobre a mesa de trabalho, o cônsul de Portugal dispõe do «Newcastle Daily Journal» e do «Newcastle Chronicle» cujo proprietário não é outro senão Joseph Cowen, figura dominante na cidade e deputado de ideias quase revolucionárias, ao parlamento de Westminster. Mandara suspender a assinatura do «North of England Advertiser». Mas o correio não chega. Está sem notícias de Portugal e os telegramas de Londres e do Ministério não passam de insípidas comunicações de serviço. Estará acontecendo alguma coisa em Lisboa? Mas a capital portuguesa é terra branda onde as ocorrências significativas só têm lugar uma vez em cada século. Aquela Lisboa é um atraso. Cidade pacóvia, pedestre, e, ainda assim, vaidosa, mexeriqueira, beata, prene de desproporcionados sonhos de grandeza.

A realidade inglesa absorve-o, por um instante. A rainha Vitória não sairá de Windsor devido ao temporal e do primeiro-ministro, Disraeli, dizia-se que os problemas financeiros pessoais lhe

das quais o império inglês procedia. Não possuía, evidentemente, os fascínios de Paris ou a graça estridente, brava e colorida mas, ao mesmo tempo, decadente de uma cidade como Lisboa. Newcastle, contudo, era uma das capitais a que se convencionou chamar do trabalho, terra de desenvolvimentos únicos que o grande romancista português compreendeu mas, talvez, porque o seu pensamento se desviava, comendo a distância, para Portugal.

Ainda assim, durante o seu tempo na cidade, terá passado pela livraria da senhora Howard, na Huddleston Street, ter-se-á horrorizado à vista dos balneários públicos (Northumberland Baths, na Bath Road, Corporation of Baths & Washhouses, na Gallowgate) e terá, possivelmente, em noites amenas quando os dias não eram tão melancólicos como o que estamos tentando descrever, conhecidos alguns dos famosos «music-halls» que tornaram universal o espírito do povo «geordie» nordestino: o «Oxford Music-Hall», no Cloth Market, o «Victoria Music-Hall», na sua própria Grey Street, e o mais popular de todos, o «Grainger Market Music-Hall» no rés-do-chão do qual se localizava a «Lecture Room». (7)

O cônsul de Portugal jantava quase sempre em casa. Mas, em ocasiões raras, terá espreitado os hotéis brejeiros da referida Grainger Street, o «Douglas Hotel» ou o próprio «Royal» – existiam outros, na cidade, como o «Bridge», de Mrs. Hunter, no cais, o «Park Road Hotel», além de toda uma variedade de «pubs» com acomodações para a noite como eram os casos do «Central Exchange», do «Chesterfield Arms», do «Durham Ox», entre muitos mais.

Mas a Newcastle tão incompletamente descoberta pelo nosso grande Eça, era uma cidade com vida. Aquilo não tinha só fábricas, minas de carvão, comboios roncando languidamente, rolos de fumo negro nos ares, navios manobrando à boca do Tyne. A «Red House», casa de cafés e chás, no nº 32 de Sandhill, era o que é costume chamar-se o «talk of the town» (*) de Newcastle afluente. Jogava-se «cricket», no Verão, e desde 1721 que se realizavam corridas de cavalos nos terrenos conhecidos como «Town Moor» onde, em 1800, se ergueram as principais bancadas para o público. Os fanáticos do «golf», que já os havia, iam jogar no campo de Murrayfield, na Escócia. Mineiros, políticos reformistas, «chartistas» (**), realizavam comícios no mesmo «Town Moor» e algumas dessas reuniões públicas já atraíam milhares de pessoas. O teatro, o «Theatre Royal», também na Grey Street, estava sempre cheio.

No 66 da mesmíssima Grey Street, existia uma firma de editores-livreiros, os «Douglas & Welford» cuja placa, à porta, não pode ter passado despercebida ao cônsul de Portugal, figura já engrandecida e famosa, mas desconhecida em Newcastle. E por toda a cidade surgiam, a par de grandes indústrias, múltiplos pequenos negócios – uma escola de dança, música e línguas estrangeiras; uma tipografia que imprimia convites para casamentos e baptizados, festas e funerais, anúncios de sopas públicas; as lojas de penhores de Mr. Tay-

palestrar, discutir, na «Library of the Literary and Philosophical Society» (11), onde, desde 1775, se realizavam debates.

Luvras pretas, de seda

Estamos em 1878, como se disse. A Grã-Bretanha possui o controlo do Canal do Suez. Victoria é imperatriz da Índia. Disraeli discursa no Congresso de Berlim, Porfirio Diaz é presidente do México. O cônsul de Portugal em Newcastle é José Maria de Eça de Queiroz e no seu e nosso país erguem-se irreprimíveis vozes republicanas contra a passividade e a corrupção de um regime que se aproxima do fim porque as suas possibilidades se acham historicamente extintas. Eça de Queiroz trabalha em «O Primo Basílio», esquematiza «Os Maias», não tem tempo para a grande cidade onde o fazem viver nem para o império de que ela é um dos sustentáculos industriais.

Entardece. Ao sair do consulado certifica-se de haver fechado bem a porta e, cá fora, respira o ar fresco do Northumberland às quatro e meia da tarde. Não chove. Os transeuntes já são raros. A noite cairá em breve. A cidade começa a esquecer um dia que viveu. A atmosfera pacífica convida a que se observem as coisas mais desapoiadamente. Eça desde a Dean Street, Sanhill. Os «carts» (12) são raros, uma mulher aplica um par de tabeões num rapazote que não quer dar-lhe a mão, a então igreja e hoje Catedral de St. Nicholas aparece-lhe na frente, cheia de evocações históricas. Depois, o célebre, o inevitável castelo da cidade e o seu famoso «Blach Gate». (13)

Penetra a zona ribeirinha onde as velhas casas tradicionais de frontarias trabalhadas em madeira, talvez por Thomas Bowick (14)

Destaca-se o importante edifício dos agentes de fretamentos de navios, A. J. Dance & Co., nº 44, Quayside; surge uma carroça com víveres que os «skipchangers» (15) Forstar & Co., de Sunderland, vão descarregar para bordo de um navio de transporte de carvão.

Sobe em direcção ao centro de novo por Sandhill e pela Dean Street. O gás das iluminações públicas é ténue. Regressa ao 53, da Grey Street. É hora do jantar, parte das condições do arrendamento das «Reid's Chambers». Antes, passa os olhos sobre diversos papéis e detém-se, por minutos, na «Voyage aux Eaux des Pyrennées» (16) que folheia, não se sabe com que especial interesse, mas afasta o volume de «Les Philosophes français du dix-neuvième siècle» (17), obras de Taine, um dos seus mestres – escritor ambicioso, aliás, que pretendeu conhecer a Inglaterra (Notes sur l'Angleterre – 1871) na base de apenas duas semanas de permanência no país.

Mas Eça, nesse dia monótono, chuvoso, igual a tantos outros em Newcastle, descobriu que nascera em si um inesperado interesse que já lhe não abandonava o pensamento; quem seria aquela inglesa, aquela imperatriz de pele imensamente branca, cabelos quase ruivos, de estilo distante, firme, luvas de seda preta, sombrinha na mão, de olhos verdes, profundos, anunciando paixões estranguladas, mistérios aferrolhados no tempo – quem seria? Jamais a tinha encontrado e agora, desde essa manhã, não era capaz de esquecê-la. Quem seria?

Nós explicamos: não era inglesa, era escocesa e chamava-se Laura Robertson – viera negociar abastecimentos de chá e café, na casa de Kerr, com vista à nova temporada de «golf» que se aproximava. Era a estalajadeira do «Queen's», em Gulane, uma pequena povoação junto a North Bervick, a dois passos do campo de Muirfield.



lor, nos 19 e 20 da Broadshore; e dos Wilson, no nº 12 da Bilgrim Street.

À noite, no «Balmbr's», a Newcastle popular cantava, mergulhando em oceanos de cerveja, as suas melhores baladas tradicionais. Geordie Bidley, cançonetista da terra, tornava «The Blaydon Races» famosa para todo o sempre e o mundo nordestino cantava em coros profundos e, às vezes, raivosos, canções como a «Fourpence a Day», a «Dorham Jail», «Canny Newcastle», «The Washing Day», «Come Geordie haw the Bairn». (10) Mas os senhores da cidade tomavam «whisky» e liam jornais no «Liberal Club», o comboio de Londres chegava às 19 horas e a alta burguesia, aquela que tomava decisões, reunia-se nos «Assembly Rooms» para discutir política, as guerras imperiais, na questão da Índia e, inevitavelmente, os grandes negócios. Os intelectuais de Newcastle iam

que era filho da terra, ameaçam ruína. Os burgueses seus proprietários, moram agora em Newgate Street e em Nosley Street, zonas mais modernas que o cônsul de Portugal conhece bem. Há muitos navios no cais. Num deles, um marinheiro toca acordeon e as águas castanhas do Tyne parece que o acompanham, mansamente. As pontes que ligam Newcastle Gateshead fazem Eça de Queiroz pensar no pequeno Portugal, e a imponência daquela sobre a qual os comboios de e para Londres se deslocam não deixa de impressioná-lo.

Agências de navegação trabalham até tarde. Despacham navios em todas as direcções do mundo, mas as que mais sensibilizam Eça são as que trabalham para a sua Europa – Anvers e Roterdão, Bremen e Hamburgo, e Londres, sobretudo. Nem sempre aparecem navios portugueses. Não há carreiras regulares de ou para Lisboa e as mercadorias, na maior parte dos casos, são transbordadas em Londres ou em Hull. Há cervejarias e depósitos de carvão, ao longo do cais. Cavalariças, também. Mas a música de acordeon do marinheiro põe em tudo aquilo uma nota lânguida, saudosa e romântica, bonita, tranquila, e as águas do rio dançam ao ritmo lento sugerido.

(*) Nome por que são conhecidos os habitantes do nordeste de Inglaterra e, particularmente, os de Newcastle;

(**) Segundo, no comando em Trafalgar, tendo assumido a direcção da grande batalha após a morte de Nelson durante a mesma;

(*) Charles Grey, primeiro-ministro e autor das leis de reformas políticas inglesas de 1831-32;

(*) Praça dedicada à figura de John Scott Eldon (1751-1838), advogado e político que se opôs, vivamente, às reformas políticas e religiosas;

(*) Um dos mais interessantes edifícios da cidade, casa de Mestres e de marinheiros com objectivos sociais e humanistas;

(*) Alfândega;

(*) Sala de conferências;

(*) Coisa que está na moda, de que toda a gente fala;

(*) Partidários das reformas (1838-1848);

(*) «Quatro pence por dia»; A Prisão de Durham»; «Bela Newcastle»; «Dia de lavar a roupa»; «Vamos, Geordie, segura o bebé»;

(*) Biblioteca da Sociedade Filosófica e Literária;

(*) Carruagens puxadas por cavalos;

(*) Entrada do castelo dando acesso à prisão medieval;

(*) Artista famoso pelos seus trabalhos em madeira;

(*) Abastecedores de navios;

(*) «Viagem às Termas dos Pirinés»;

(*) «Os Filósofos franceses do Séc. 19».

■ Jorge André

Nos bastidores da «Nova Reconquista»

(conclusão)

Interessa verificar que, tanto para a Opus Dei — a verdadeira condutora da Nova Reconquista — como para as outras poderosas formações católicas empenhadas nesta grande cruzada, os comportamentos das massas, religiosas ou laicas, são perfeitamente irrelevantes. Uma seca e impaciente resposta dada por João Paulo II a alguns bispos norte-americanos — «A Igreja não é uma democracia!» — poderá representar a chave que permite entender a verdadeira filosofia social do fundamentalismo católico. Em suma, presente e futuro pertencem às elites...

Deste modo, nas suas práticas normais, os fundamentalistas de João Paulo II quase sempre optam pela via indirecta que os leva a caminhar, anónimos, por dentro das próprias instituições democráticas. Recentemente, apenas no caso da Polónia a igreja institucional não soube resistir às tentações da acção directa, apoiada na mobilização das bases populares.

A verdade, porém, é que a contra-revolução polaca representa um caso à parte na Nova Reconquista. A situação social e religiosa prestava-se ao avanço fulminante das formações clericais mais conservadoras. Por outro lado, nessa mesma altura, João Paulo II tinha uma urgente necessidade de beneficiar o seu prestígio mundial, maculado pelos terríveis escândalos que atingiram a Santa Sé.

Apesar de tudo, poucos anos passados, constata-se que a «Nova Reconquista» polaca sa saldou por aparente fracasso. A Opus Dei paga assim o preço por ter transgredido a sua própria regra de caminhar, invariavelmente, a partir dos segmentos médios da sociedade.

Uma leitura mais atenta do «caso polaco» permite, todavia, compreender que o Vaticano, embora dando «luz verde» à demagogia de Walesa, não descurou garantir o êxito do projecto fundamentalista. O que então se passou revela estar-se em presença de duas estratégias da igreja, simultaneamente complementares e alternativas: a acção directa e a infiltração institucional. Se uma falhasse, a outra, despercebida, continuaria a progredir para os seus objectivos.

Ao olhar para a Polónia de então, a opinião pública apenas via a agitação nos estaleiros de Gdansk, os templos transformados em locais de agitação, as velas tremeluzindo nas janelas ou os padres conduzindo imponentes manifestações.

Mas a informação era muito mais avara no que se referia às mudanças que iam tendo lugar nas direcções sindicais, na hierarquia da própria igreja polaca, na composição dos poderosos grupos económicos recém-instalados no país ou no acelerado processo de transferências, já então verificado, de competências sociais do Estado para organizações privadas de «inspiração cristã».

Foi quando o Vaticano investiu biliões na Polónia. Subitamente, centenas de formações confessionais surgiram, aos olhos das populações, com um enorme poder de realização, dando a ideia de poderem vir a substituir-se ao Estado socialista em áreas como as da saúde, da educação, da segurança social, da defesa da vida e da família, da garantia dos direitos humanos, etc. Simultaneamente, o clero polaco reafirmava a posição da igreja institucional proclamando que nenhuma ideologia política é capaz de satisfazer os povos e que estes só podem encontrar a paz no seio de uma «nova igreja».

Esta combinação de estratégias fez com que o regime oscilasse nas suas bases e perdesse grande parte do apoio popular. Homens, directa ou indirectamente ligados à Opus Dei e à tec-

nocracia entraram para as estruturas do governo. Por outro lado, foram surgindo novos rostos nos aparelhos administrativo, económico, militar, etc. Tratava-se, frequentemente, de homens e mulheres com formação tecnológica que preparavam a transformação das instituições no sentido do mercado de consumo. Muitas vezes formados em universidades católicas, mal ocupavam um cargo lançavam uma rede de chefias intermédias e logo eram transferidos para outro lugar onde passavam a proceder da mesma forma. «Caminhavam!...», na linguagem do padre Escrivá de Balaguer.

Este processo foi alastrando por toda a sociedade polaca, particularmente ao longo do consulado de Walesa. E é à luz desta realidade que devemos saudar, com alguma reserva, a derrota eleitoral recentemente sofrida pelos fundamentalistas polacos.

Estes métodos de acção integram-se naquilo a que o Vaticano chama, genericamente, «revoluções de veludo». Embora tenham sido introduzidos nos campos experimentais da Polónia, a sua prática, fora da Europa, é bem anterior e começou a ser ensaiada, na América Latina, quando do início da impiedosa perseguição movida pela Santa Sé aos adeptos da Teologia da Libertação. É interessante recordar o que Jean-Pierre Bastian refere a este propósito, na já citada obra «Os políticos de Deus». Dada a extensão do texto, melhor será tentar resumir-lo.

Nas décadas de 60 e 70, toda a América Latina, com excepção de Cuba, constituía um imenso feudo dominado pelos militares e pela igreja. No plano religioso, a hegemonia das hierarquias católicas era incontestável. Só elas, aliás, se permitiam ter uma intervenção política activa, sempre em função da defesa dos interesses das forças no poder. As restantes confissões existentes, altamente minoritárias, abastinham-se sistematicamente da tomada de qualquer posição no plano civil.

Nos anos 80 e nos de 90 que agora decorrem, tudo começou a mudar nos países latino-americanos. Os militares, assumindo atitudes de inesperada passividade, foram transmitindo o poder a governos populistas e neocorporativos que instalaram, nos respectivos Estados, sistemas de «pluralismo limitado» que implicavam reformas profundas das relações políticas do poder com o movimento religioso.

A partilha que então se verificou teve consequências importantes.

Por um lado, a igreja católica institucional manteve as suas ligações preferenciais com as forças mais autoritárias. A sombra da protecção compreensiva dos militares, o Vaticano destruiu a organização das comunidades de base da Teologia da Libertação, destituiu, impôs silêncio ou transferiu para longe os seus teólogos e sacerdotes. Este estreitamento de relações que nessa altura se verificou, entre a igreja de João Paulo II e os sistemas autoritários da América Latina pode ser exemplificado, refere o autor,

com as honrarias concedidas a Pinochet por ter posto o Chile «ao abrigo do comunismo e do ateísmo», ou com as inesperadas decisões pró-católicas promulgadas no México cujo Estado, como se sabe, é tradicionalmente anticlerical.

Por outro lado, a partir da década de 80, o crescimento revelado pelas seitas religiosas, pelas igrejas protestantes e, sobretudo, pelos pentecostais, tem sido verdadeiramente espectacular. Em muitas regiões do subcontinente, a igreja católica passou a confissão minoritária, tão grande foi a transferência de crentes para outras congregações. E nesta área, também as relações Estado/igrejas funcionam plenamente.

Na América Latina, a facção populista tem-se apoiado largamente nas novas formações religiosas, tal como aconteceu nos casos, que frequentemente se citam, da vitória eleitoral de Fujimori, no Peru, graças à intervenção partidária de protestantes conservadores e de pentecostais; da eleição do Pasto Jorge Dias Serrano, como presidente da Guatemala, devido aos dinâmicos apoios de baptistas e de comunidades das igrejas reformadas; e da inesperada derrota do trabalhista «Lula», no Brasil, quando se sabia ter ele o apoio de largos sectores da igreja católica.

«Se tudo isto continuar assim» — declara Jean-Pierre Bastian — «e se todos estes sectores religiosos ocuparem um lugar estável no tablado político do subcontinente, estaremos a assistir a uma redistribuição dos poderes nacionais sem que isso seja, por-muito que nos pese, sinal de um processo de democratização e de reforço da autonomia da sociedade civil.»

Os recuos numéricos registados pelo catolicismo, na América Latina como noutras partes do mundo, não parecem alarmar particularmente João Paulo II. É que ninguém melhor do que ele tem a consciência de que a «nova igreja», na qual tudo apostou, só poderá ser erguida sobre os escombros da igreja velha. A partir de agora, é já perfeitamente irrelevante contarem-se os crentes que frequentam as missas dominicais, os padres rurais que vão morrendo ou os leigos católicos que definham enquanto

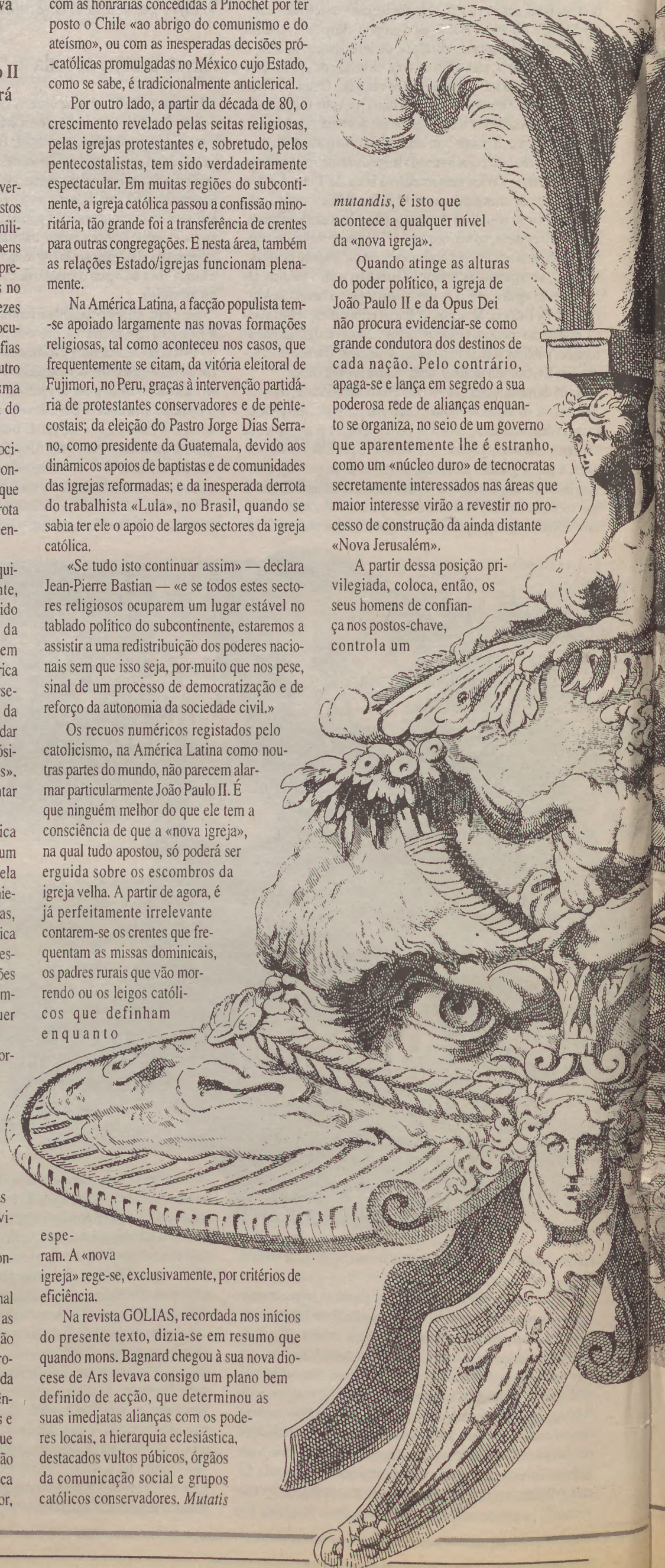
esperam. A «nova igreja» rege-se, exclusivamente, por critérios de eficiência.

Na revista GOLIAT, recordada nos inícios do presente texto, dizia-se em resumo que quando mons. Bagnard chegou à sua nova diocese de Ars levava consigo um plano bem definido de acção, que determinou as suas imediatas alianças com os poderes locais, a hierarquia eclesiástica, destacados vultos públicos, órgãos da comunicação social e grupos católicos conservadores. *Mutatis*

mutandis, é isto que acontece a qualquer nível da «nova igreja».

Quando atinge as alturas do poder político, a igreja de João Paulo II e da Opus Dei não procura evidenciar-se como grande condutora dos destinos de cada nação. Pelo contrário, apaga-se e lança em segredo a sua poderosa rede de alianças enquanto se organiza, no seio de um governo que aparentemente lhe é estranho, como um «núcleo duro» de tecnocratas secretamente interessados nas áreas que maior interesse virão a revestir no processo de construção da ainda distante «Nova Jerusalém».

A partir dessa posição privilegiada, coloca, então, os seus homens de confiança nos postos-chave, controla um



Os judeus não judeus

■ Miguel Urbano Rodrigues

internacionais dominadas pelo Vaticano e utiliza racionalmente os astronómicos fundos financeiros entretanto acumulados pelas «holdings» dirigidas pela Opus Dei.

Quando atingir esta fase avançada do processo, a «nova igreja» já terá eliminado os seus opositores, desacreditado aos olhos das populações partidos políticos e sindicatos, e surgirá aos olhos dos trabalhadores como única alternativa possível para a construção de uma nova ordem mundial mais justa. A chegada à «Nova Jerusalém» distará, então, apenas um pequeno passo.

Não admira, portanto, que os tecnocratas católicos procurem caminhar sobre as ruínas do próprio catolicismo. Eles têm plena consciência de que com uma igreja pesada, com milhões de crentes devotos e um corpo eclesialístico caduco, jamais a mensagem fundamentalista poderá alcançar o mundo moderno, dominando-o com as suas próprias técnicas e voltando a dominá-lo, por fim. Para tanto, será necessário transformar-se a igreja tradicional num verdadeiro grupo de choque, pequeno, flexível, senhor das mais avançadas tecnologias, despido de preconceitos ou preocupações morais, apenas preocupado em atingir as metas estabelecidas pelo Papa e pela Opus Dei.

Como se viu na fase inicial do caso da Polónia, a igreja institucional, sempre que tal é possível, avança em campo aberto.

Também o mesmo aconteceu na América Latina, enquanto a estratégia global do capitalismo não implantou aí governos populistas. O movimento, porém, prefere o alastramento ao ataque frontal.

Na Europa, por exemplo, nem por sombras é apenas na Polónia que este processo avança. Nos Estados mais avançados da Comunidade Europeia — em Itália, em França, na Alemanha — os cruzados de João Paulo II já se encontram fortemente implantados nos governos e estruturas políticas, no mundo económico, nas áreas da cultura e do ensino, na segurança social e na saúde, etc. Em Espanha, a mais doirada esperança de João Paulo II, as ligações entre a Opus Dei e a sociedade espanhola são de tal modo intrincadas que já se torna difícil distingui-las. Em Itália e em França ou na expansionista Alemanha, nada se passa já de importante que não traga em si mesmo o cunho das forças fundamentalistas da igreja.

E não se diga que, em Portugal, elas ainda não atravessaram os umbrais das nossas portas...

Um dos argumentos mais comuns utilizados pelos historiadores sionistas para justificar a criação do Estado de Israel é a reivindicação da descendência do povo de David e Salomão.

Estamos perante uma inverdade histórica. Somente uma pequena percentagem dos actuais cidadãos de Israel tem antepassados nas antigas tribos judaicas que povoavam a Palestina há 3000 anos. O vínculo judaico com a «mãe pátria» não é ético; as suas raízes mergulham na religião.

Na Antiguidade, povo algum foi tão perseguido pela sua religião. O preço, naturalmente, foi altíssimo. A primeira grande diáspora ocorreu quando Sargão II deportou para a Assíria mais de 27 000 judeus da Samaria. Posteriormente, no ano 587 antes da Nossa Era, Nabucodonosor foi mais drástico. Aniquilou Jerusalém e levou consigo para Babilónia toda a população da cidade. Transcorrido menos de um século, o imperador persa Ciro libertou os judeus. Mas o fim do famoso Cativo de que nos fala a Bíblia não trouxe a independência à nação judaica. Continuou a ser colónia.

O macedónio Alexandre também receava a paixão do povo judaico. Durante a dominação grega (período dos Lágidas e Seleucidas) as relações entre as comunidades helénica e hebraica não deixaram de ser de mútua desconfiança. Isso não impediu que muitos hebreus optassem pela língua da potência dominante.

O hebraico, aliás, era há muito no país um idioma secundário. A maioria da população preferia-lhe o aramaico, a língua em que Jesus e os seus discípulos pregaram mais tarde. Um Livro inteiro da Bíblia, o de Daniel, foi também redigido em aramaico.

Não há estatísticas sobre a percentagem de judeus descendentes das tribos de Israel e da Judeia quando a Palestina passou para o domínio romano. Mas o número de judeus, por simples opção religiosa, já era muito elevado.

A revolta de Jerusalém no ano 66 da Nossa Era teve um desfecho trágico. Tito, o futuro imperador, que comandou pessoalmente o cerco, mandou destruir o Templo. Os livros sagrados e crónicas da época referem um milhão de mortos. A estimativa é obviamente muito exagerada. Mas para a posteridade ficou memória da hecatombe. A nação hebraica foi dizimada. Centenas de judeus de raiz foram sacrificados em espectáculos no Coliseu de Roma e nos anfiteatros da Síria.

Adriano ordenou que Jerusalém fosse reconstruída. Passaria a chamar-se Elia Capitolina e o seu Templo principal seria dedicado a Júpiter. A decisão provocou nova e mais violenta revolta contra o poder do Império. Quem a dirigiu foi Simão Bar Koshiba, o resistente que segundo o sábio Aquiva seria uma reencarnação do Messias.

A insurreição durou quatro anos (132-135). Uma legião foi destruída, mas o exército romano arrasou 50 fortalezas e 985 aldeias. A mortandade entre os judeus assumiu proporções assustadoras. Alguns autores falam de centenas de milhares de vítimas.

Quantos sobreviveram? Ignora-se. Mas sabe-se que todos foram banidos. Jerusalém desapareceu do mapa e o imperador proibiu os judeus de voltarem a residir na sua terra de origem.

Jerusalém não aparece como excepção. Em Alexandria, o imperador Trajano, no início do século, ordenaria tais massacres que, segundo o cronista Apiano, «acabou com a raça judaica no Egipto».

Depois de Adriano, os judeus desapareceram durante séculos da Palestina. Mas não a sua religião que, tal como a cristã, já contava com multidões de fiéis espalhados pelo Império Romano, mas também, no Irão, na Índia, na própria China.



Os pioneiros judaicos, de múltiplas origens étnicas, somente começaram a voltar em força à Palestina no início do século XX quando a região era uma terra árabe dominada pelos turcos. A iniciativa partiu do movimento sionista de regresso à Terra Santa que, ainda durante o Império Otomano, adquiriu as terras onde mais tarde apareceram os primeiros kibutzim. Era o prólogo de Israel e de inenarráveis sofrimentos para o povo palestiniano. Mas os judeus autênticos já eram minoria. Os casamentos mistos tinham gerado uma comunidade judaica etnicamente mestiça.

Os pogroms anti-semitas e sobretudo os monstruosos crimes praticados contra os judeus pelo III Reich contribuíram para aumentarem a desinformação histórica relativamente ao binómio nação hebraica e religião judaica. Nos justos movimentos de solidariedade, de âmbito mundial, às vítimas da barbárie nazi não apareceu também nunca com nitidez mínima a fronteira entre a origem étnica dos judeus perseguidos e a sua fé religiosa.

A questão está hoje ultrapassada porque o Estado de Israel é uma realidade. Mas na perspectiva da história tem significado o facto de que poucos dos actuais cidadãos de Israel e dos judeus da diáspora descendem dos primitivos habitantes da Palestina hebraica. A força do sionismo vem da religião, geradora de tradição e de mitos que deformam a história.

número crescente de fontes financeiras e estreita alianças com os principais grupos capitalistas. Apoiar-se nas grandes redes

PONTOS CARTEAIS

Discurso cavacal

Afastado Cavaco da ribalta política e remetido o PSD para um sombrio saco de encontrões em que os barões se debatem acusando-se mutuamente de não serem os herdeiros melhores para continuar à frente dos destinos do partido, enquanto alguns ordenam silêncio, o certo é que o discurso cavaquista não abandonou a cena. Apenas... mudou de dono. Com o PS no poder e findo o estado de graça que a expectativa popular nas mudanças prometidas lhe concedera, concluindo as gentes - e

sobretudo os trabalhadores - que o diálogo era afinal conversa, e as medidas não vêm introduzir nada de realmente novo na política de direita seguida até Outubro, as palavras arrogantes começaram já a aparecer nas bocas dos governantes e de quem os apoia. Servem como pretexto para «explicar» a acção e também para desculpá-la. O primeiro-ministro já franze o nariz aos protestos populares e acusa de comunista quem protesta. Só falta, da parte de Guterres, erigir o PCP como «força de bloqueio». Mas há mais. O ministro das

Finanças, que sabe bem que orçamento prepara, queixa-se de fugas de informação. E, ao mesmo tempo e contraditoriamente, acusa a comunicação social - que publica as «fugas» - de não falar verdade. Chega ao ponto de dizer que «90 por cento das notícias publicadas são puras falsidades». Quanto aos restantes dez por cento, o ministro não lhes confere crédito absoluto. Tal percentagem tem apenas, quanto a Sousa Franco, «fragmentos de verdade que dão uma aparência mais enganosa ao erro e à mentira». Cavaco, por seu lado, ia até

aos 95 por cento. Sousa Franco anda lá perto...

Uma boa guerra

Quase todos os dias temos Bósnia. Nos jornais, na rádio, na TV. Recentemente, tendo chegado mais uma boa parte do contingente português à zona de guerra, correram as televisões a mostrar como os portugueses se encontravam bem, obrigado, adeus até ao meu regresso. Dormiam aquecidos, comiam *lasanha* da cozinha dos italianos e tinham direito a duche, sumos e café. E ainda aos elogios dos chefes italia-

nos. Uma boa guerra. Ainda por cima gabam os chefes de sermos «os melhores no relacionamento». Toda a gente a pensar que ia para a guerra e afinal trata-se apenas de uma operação de relações públicas, tipo estágio de escola hoteleira com passeios na neve. Quanto à guerra, que lá se foi fazer para defender uma certa ideia americana de paz, não faltarão as surpresas.

Cavaco Silva e a apoteose do Couço

Uma das originalidades da campanha eleitoral de Cavaco Silva foi ter-se gabado de haver sido «recebido em apoteose» no Couço, a freguesia ribatejana do Concelho de Coruche conhecida por «aldeia vermelha» e célebre tanto pelo seu histórico de resistência ao fascismo como pelas suas sempre esmagadoras votações no PCP. Cavaco passou por lá (provavelmente à espera das tão desejadas «provocações» que, mais tarde, procurou coreografar no Barreiro e tentou na Marinha Grande) e o que se viu, na altura, foi meia dúzia de pessoas apanhadas na rua a ser cumprimentadas pelo solícito candidato, vendo-se essas pessoas, de sorriso irónico mas irrepreensivelmente

educado, a retribuir os apertos de mão do ex-primeiro-ministro. Foi o suficiente para Cavaco Silva ver no caso uma «boa recepção». Curiosamente não «viu» uma monumental frase escrita num muro à entrada do Couço, já lá vão uns bons sete ou oito anos, a gritar para a estrada esta simples e clara ideia: «Cavaco Aldrabão e Ladrão»... Entretanto chegou o dia das eleições. Como todos os seus compatriotas, os cidadãos do Couço foram votar com uma participação que rondou os 80%. Mas bonito, bonito, foram os resultados: Sampaio recebeu 88% dos votos e Cavaco foi mimoseado com 11%, havendo aldeias da Freguesia como a de Santa Justa, que deram 95% a Sampaio e menos de 5% a Cavaco. Para «apoteose» não está nada mal...

FRASES da SEMANA

«O Vá-Vá ganhou»

☛ (Fernando Lopes, cineasta - «Semanário», 20.01.96)

«É evidente que, se não fôssemos Governo, podíamos estar à vontade para dizer e fazer, hoje, aqui, na Assembleia, o que bem nos apetece-se.»

☛ (António Costa, Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, a propósito da discussão sobre as 40 horas na AR - «Último Jornal / SIC», 17.01.96)

«Há tempos para tudo.»

☛ (Durão Barroso, citado em «Público», 21.01.96)

«Esperemos que passado o debate do Orçamento estejam criadas as condições para rever a Constituição, um instrumento fundamental para avançar com as reformas de que o país precisa neste novo ciclo político.»

☛ (António Vitorino, porta-voz do Governo, citado em «Público», 21.01.96)

«Independentemente das peripécias políticas que o novo ciclo inevitavelmente trará, a questão crucial residirá em saber se o «centro» resistirá a essas peripécias. Por outras palavras, interessa garantir que um novo consenso político, um novo «centro vital» - para usar a expressão dos liberais americanos dos anos 40 e 50 - possa emergir e constituir-se como o cimento sobre o qual terá lugar o saudável conflito político.»

☛ (João Carlos Espada - «Público», 22.01.96)

«A construção da Europa é importante para Portugal e para a democracia portuguesa. Neste projecto revêem-se PS e PSD. O aperfeiçoamento da democracia portuguesa exige uma longa permanência do PS no poder. Que servirá também para que o PSD caminhe para se assumir como o grande partido de alternância democrática. Corrigindo, entretanto, defeitos do passado.»

☛ (Eurico de Figueiredo, «Conta e Risco» - «Expresso», 20.01.96)

«Está toda a gente a fazer «bluff». Nem o PSD nem o PP estão verdadeiramente interessados (na reconstrução da AD). Mas não é negativo passarem isso para os eleitores. Assim sempre podem assacar responsabilidades ao outro por não se fazer a AD.»

☛ (dirigente anónimo do CDS/PP contactado pelo «Semanário», 20.01.96)

«Da direita ao centro: quem vai liderar esse espaço?»

☛ (título de artigo de Henrique Chaves - «Semanário», 20.01.96)

«Beleza seria o ideal, mas Jardim é hipótese.»

☛ (Álvaro Barreto, PSD - «O Diabo», 23.01.96)

«Há quem ande muito preocupado em desviar as atenções da opinião pública para a segunda orfandade do PSD, para a sucessão de Fernando Nogueira, para o «Perdoa-me» de Manuel Monteiro, quando o que temos pela frente são os graves problemas de desenvolvimento, de desemprego, dos direitos dos trabalhadores e envelhecimento do interior do país.»

☛ (Carlos Carvalhas, no encontro de quadros em Santiago do Cacém, citado em «Público», 21.01.96)

«Não espero ver bandeiras negras.»

☛ (Maria João Rodrigues, Ministra do Emprego - «O Diabo», 23.01.96)

«Aliás, é bom que se recorde: o PCP diz sempre antes o que vai fazer. O que é preciso é ouvir.»

☛ (António Barreto, «Retrato da Semana» - «Público», 21.01.96)

PONTOS NATURAIS

O «gang» do Batata

Repórter - A cidade já tinha mergulhado na noite havia algum tempo, mas à hora do costume, no local do costume começam a aparecer os personagens do costume. À volta do líder, conhecido por «Batata», recebem as coordenadas para a noite. São todos eles miúdos com idades entre os seis e os catorze anos. Andam à solta por Lisboa, a viver à custa de pequenos assaltos e de mendicância. O que sobra, depois de acertadas as contas com o líder do bando, gastam em roupa, tabaco, drogas, comida e salas de jogo. E é mesmo numa delas, na Baixa Lisboeta, que mais tarde se voltam a encontrar alguns membros do bando do Batata. Terá sido o local escolhido para organizar a surtida da noite. Esta foi também a rotina nocturna do João durante meses a fio até ser detido pela polícia.

João - Eu andava a vadiar, a minha mãe queixou-se ao tribunal de menores, depois mandaram-me para a Judiciária, da Judiciária mandaram-me para aqui.

Repórter - No início, para o João, vadiar por Lisboa em grupo era uma espécie de passatempo, mas depressa começou a assaltar supermercados e cafés de noite, e mercados durante o dia.

Um dos passatempos preferidos do bando sempre foi apedrejar homossexuais no Parque Eduardo VII.

No Parque, talvez o João se tenha cruzado várias vezes com o Carlos que era, durante o dia, antes de ser preso, assaltante de vivendas nas zonas ricas da capital, à noite, prostituto. Recorda que na primeira vez fugiu com medo, mas depois tudo se começou a passar de forma diferente.

Cada noite rendia ao Carlos uma dezena de contos, mas assaltar vivendas sempre deu muito mais dinheiro, mais ou menos oitenta contos diários, a repartir só com o irmão.

Este café do Pragal marcou o fim da carreira do António como assaltante e vagabundo. Estava com o primo, quando foi apanhado em flagrante pela polícia.

António - Ainda nos fomos esconder num sótão. Mas depois apareceu a bófia e caçou-nos.

Repórter - O António nunca gostou de estudar. Fugia da escola. Começou com dez anos a abrir portas de automóveis em parques de estacionamento e apesar de agora estar internado num colégio do Instituto de Reinserção Social, ainda não acredita na sua total recuperação, quando sair de novo em liberdade.

António - Eu até gostava de andar a roubar.

Repórter - Porquê?

António - Não sei. Andava contente. De vez em quando apanhávamos uns sustos e tal, mas mesmo sem

dinheiro, a gente...

Repórter - Em Portugal existem catorze colégios espalhados entre o Alentejo e o Minho. Os últimos números indicam que estão internados cerca de 800 delinquentes menores.

A noite para os miúdos da rua acaba quase sempre de manhã. Depois de terem vadiado pela cidade inteira, adormecem escondidos da polícia e do frio. Uns, até estão perto de casa, outros, a muitos quilómetros de distância. Este estaleiro em Algés e este andar abandonado em Lisboa, de vez em quando ainda servem de abrigo para vários bandos de miúdos. Mas também há quem adormeça pelos jardins da cidade. Foi lá que me cruzei de novo com alguns membros do «gang» do Batata, já a noite se preparava para dar lugar ao dia.

(Reportagem de Helder Antunes, no Telejornal)

Mário Castrius





Carlos Carvalhas em entrevistas na TVI e na Renascença

O Secretário-geral do PCP será entrevistado amanhã, sexta-feira, cerca das 23h30, por Fernanda Mestrinho no programa "Grande Plano" da TVI.

Sábado, a partir das 12h, estará na Rádio Renascença para a primeira de uma série de entrevistas programadas por aquela estação aos líderes partidários.



Espaço-convívio

NOITES DO VITÓRIA

A partir de 2 de Fevereiro, todas as sextas-feiras, por iniciativa dos Novos Quadros do Sector Intelectual de Lisboa irá funcionar no bar do C.T. Vitória, entre as 21h30 e as 02h, um Espaço-convívio para o qual todos estamos convidados.

A noite da inauguração será assinalada pela exibição do filme "Ardente Paciência", de 1983. O filme é baseado no livro homónimo de António Skarmeta que também serviu de base ao mais recente "O Carteiro de Pablo Neruda" e foi filmado em Portugal e por uma equipa portuguesa, sob direcção do autor. Foram-lhe atribuídos os prémios "George Sadoul" e "Adolf Grimme" e o "Colon de Oro" do Festival de Cinema de Huelva; além de um 1º prémio no Festival de Biarritz.

Viana do Castelo

Aterros sanitários em debate

A problemática dos aterros sanitários e a análise de soluções integradas para o tratamento dos lixos e sua reciclagem, assim como de estudos sobre a influência no meio e causas e efeitos no impacto ambiental são temas anunciados do debate que sexta-feira à noite decorre no Auditório do Centro Social e Paroquial de Santa Maria Maior, em Viana do Castelo, por iniciativa da Comissão Concelhia de Viana do Castelo do PCP.

Participam Luís dos Santos, engenheiro, Técnico de Ambiente da CM do Seixal, Manuela Cunha, assessora do Grupo Parlamentar de "Os Verdes" na AR, Luís Pimenta Dias, vereador do Ambiente na CM de Gondomar, assim como eleitos da CDU nas autarquias locais.

LISBOA

CT Vitória
Hoje, dia 25, às 18h30

Reunião de Quadros dos Organismos de Direcção das Zonas e Sectores da Cidade de Lisboa sobre a situação internacional com a participação do camarada Aboim Inglez

Plenários de militantes

LISBOA

Plenário de militantes das freguesias de Alvalade, Campo Grande, S. João de Deus, S. João de Brito e S. Sebastião: sábado, 27, às 16h, no Centro de Trabalho Vitória, com a participação da camarada Antónia Dimas.

LOURES

Plenário de militantes da freguesia de Loures sobre a situação política e a próxima Assembleia da ORL: sexta-feira, às 21h30, no CT de Loures.

SINTRA

Plenário de militantes da freguesia de Mucifal, com a participação de Jaime da Mata: sexta-feira, 26, às 21h30, no CT de Mucifal.

QUELUZ

Ciclo de colóquios
integrado no
75.º Aniversário do PCP

1. INTEGRAÇÃO EUROPEIA Moderador:

Joaquim Miranda, deputado do PE
No CT do PCP, dia 26, às 21h

CDU Peniche

Dia 28, às 13h45

Almoço-convívio no restaurante "Cantinho Saloio"





Portugal-Cuba

O Núcleo jovem da Delegação de Setúbal da Associação de Amizade Portugal-Cuba promove no próximo sábado, 27 de Janeiro, a partir das 21.30 horas, um café-concerto, música ao vivo, poemas, cocktails cubanos, animação e, principalmente, solidariedade. O convívio terá lugar na sede do Núcleo de Setúbal - na Rua Dr. António Joaquim Granjo, 72, ao Largo de Santa Maria.

TEATRO

COMUNA
Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7271818. De 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **AQUI!**, de Michael Frayn, encenação de Alfredo Brissos.

ESTRELA 60
Lisboa, R. Sto. António à Estrela, 60. Tel. 3953289. 6ª e sáb. às 22.00, dom. às 17.00. **MÃO CHEIA DE NADA**, de Irene Lisboa, encenação de João Brites.

TEATRO ABC
Lisboa, Pç. Mayer. Tel. 3462001. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **AMAR LISBOA** (Revista à Portuguesa)

TEATRO ABERTO
Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7970669. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O ENSAIO**, de Jean Anouilh, encenação de João Lourenço.

TEATRO DO BAIRRO ALTO
Lisboa, R. Ten. Raúl Cascas, 1-A. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **SPLENDID'S**, de Jean Genet, encenação de Luís Miguel Cintra.

TEATRO CINEARTE
Lisboa, Lg. de Santos. Tel. 3965360. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17h. **PARABÉNS A VOCÊ**, texto e encenação de Helder Costa, por A Barraca; De 5ª a sáb. às 23h. **MARLY - A VAMPIRA DE OURINHOS**, de Carlos Queiroles Teles, encenação e interpretação de Maria do Céu Guerra.

TEATRO DA MALAPOSTA
Odivelas, R. de Angola (Olival Basto). Ter. 9388407. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **UMA LIÇÃO DOS ALOÉS**, de Athol Fugard, encenação de José Peixoto

TEATRO MARIA MATOS
Lisboa, Av. Frei Miguel Contreiras. Tel. 8497007. De 5ª a dom. às 22.00:

SALAZAR - DEUS, PÁTRIA, MARIA, de Maria do Céu Ricardo, encenação de Miguel Abreu. - Sábados, domingos e feriados, às 16.00. **ALI-BABÁ E OS QUARENTA LADRÕES**, encenação de Fernando Gomes, pelo TIL.

TEATRO MIRITA CASIMIRO
Monte Estoril. Tel. 4670320. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **INVENTÁRIOS**, de Philippe Minyana, encenação de Carlos Avilez.

TEATRO MUNICIPAL SÁ DE MIRANDA
Viana do Castelo, R. Sá de Miranda. Tel. 823259. De 3ª a sáb. às 21.30. **A ILUSTRE CASA DE RAMIRES**, de António Torrado, inspirado no romance de Eça de Queirós, encenação de Jorge Castro Guedes, pelo Teatro do Nordeste

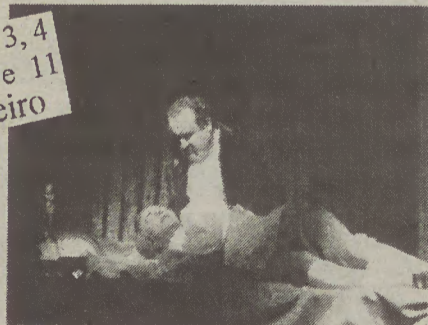
TEATRO MUNICIPAL S. LUIZ
Lisboa, R. Ant. Maria Cardoso. Tel. 3471279. A 6ª, sáb. e 2ª às 21.45, dom. às 17.00. **UMA COMÉDIA ÀS ESCURAS**, de Peter Shaffer, encenação de Mário Viegas, pela Companhia Teatral do Chiado.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II
Lisboa, Rossio. Tel. 3422210. *Sala Estúdi* - De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.30. **SHIRLEY VALENTINE**, de Willy Russell, encenação de Joaquim Benite.

TEATRO DA TRINDADE
Lisboa, Largo da Trindade. Tel. 3423200. De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. **WOYSECK**, de George Büchner, encenação de Rodolfo Garcia Vasquez, pelo grupo Os Satyros.

Companhia de Teatro de Almada

Dias 1, 2, 3, 4, 8, 9, 10 e 11 de Fevereiro



De 5ª a Sábado às 21h30 Domingo às 16 horas

Pushkin

Chozas e Salieri

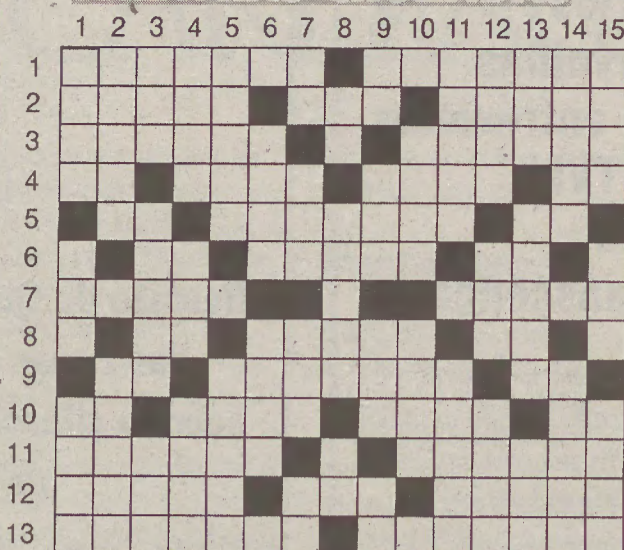
Dramaturgia e Encenação JOAQUIM BENITE

Interpretação

António Assunção - Luís Vicente
Teresa Gafeira - Bernardino Nascimento

com patrocínio da Secretaria de Estado da Cultura e Câmara Municipal de Almada

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 - País cuja capital é Dublin; moldura côncava que faz parte da base duma coluna; 2 - Rio nortenho; um cento; gracejaria; 3 - Aprecia-ria; espécie de pelourinho de cimo aguçado, onde se expunham as cabeças dos justicados; 4 - Pron. refl.; vulcão da Sicília; alimento abundante e barato (fig.); estás; 5 - Antiga cidade da Caldeia; publicara; art.; 6 - Campeão; alberga; outra coisa; 7 - Mercê; quadris; 8 - Art. espanhol; mercado na Grécia; cont. prep. e art.; 9 - 150 romanos; arremessada; aspecto; 10 - Rio italiano; caução de letra; acompanhante; Actínio (s.q.); 11 - Protótipo dos cavaleiros andantes caricaturado por cervante do D. Quixote; elegante; 12 - Desprezível; antigos soberanos da Pérsia; pouco espessas; 13 - Acarinhava; aguçara o lápis.

VERTICAIS: 1 - Partidas; lida; designa direcção; 2 - Enamorado de Julieta no drama de Shakespeare; ingerem alimentos; 3 - Satélite da Terra; compositor francês autor do «Bolero»; (séc. XIX-XX); acolá; 4 - Apre; claridade; cidade do lémen do Sul; 5 - Ecuridão; previne; 6 - Caminha; prendes; 7 - Antes de Cristo (abrev.); suspiros; nome de homem; metade de xale; 8 - A minha pessoa; possessão portuguesa na Indonésia; nota musical; 9 - Prep.; moléstia; batráquios; de boa saúde; 10 - Estado do Brasil; passa para outra ocasião; 11 - Pelo comprido e aspe-ro do pescoço e cauda do cavalo; procedera; 12 - Atenda; esposa de Luís XIII e filha de Felipe III de Espanha; lavar. 13 - Meia renda feita só com uma agulha; rio que se junta a partir de Alcoaça; panela; 14 - Encontram-se muitos na Mari-na de Vila Moura; nivelar; 15 - Membros das aves; empregue; habitação.

SOLUÇÃO DO Nº ANTERIOR

HORIZONTAIS: 1 - Tavira; távulas; 2 - Sara; caravela; 3 - Há; im; sã; oli-val; 4 - Até; apelo; anima; 5 - Vela; abala; otas; 6 - Eu; Ba.; emana; ar; 7 - Fa-ma; açor; 8 - Referida; al; já; 9 - me; onerava; apôr; 10 - Agá; acedera; ate; 11 - Taló; anes; Na.; ai; 12 - Atola; és; vira; 13 - Moreias; filiais.

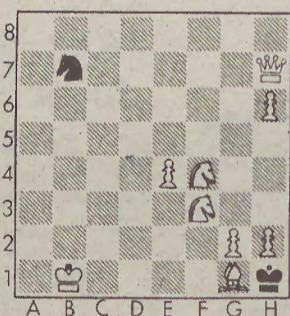
VERTICAIS: 1 - Chaves; matam; 2 - Ateu; regato; 3 - Às; el; fé; alor; 4 - Vai; abafo; olé; 5 - Irmã; amena; ai; 6 - Ra.; Pa.; areca; 7 - Sebe; Irenes; 8 - Calamidades; 9 - Tá; ola; aves; 10 - Aro; amã; ar; VI; 11 - Vala; açã; anil; 12 - ovino; ola; ara; 13 - Levitar; Pã; ai; 14 - Alamar; jota; 15 - Salas; tareia.

XADREZ

DXLVI - 25 DE JANEIRO DE 1996 PROPOSIÇÃO Nº 1996X005

Por: **SAMUEL LOYD (SAM LOYD)**
Wilke's Spirit of the Times, 4.1.1868

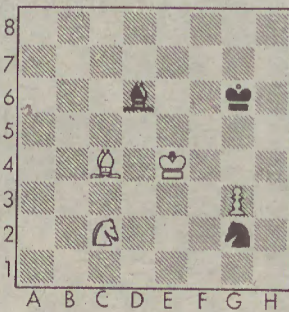
Pr.: [2]: C67-Rh1
Br.: [9]: Ps. e4, g2, h2, h6-Cs. f3, f4-Bg1-Dh7-Rb1



Mate em 3 lances

PROPOSIÇÃO Nº 1996X006
Por: **JINDRICH FRITZ**
Práce, 1953

Pr.: [3]: Cg2-Bd6-Rg6
Br.: [4]: Pg3-Cg2-Bc4-Rc4



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DXLVI

Nº 1996X005 [S. L.]: 1. Lc5!; Cc5 [Se: 1..., Cde; 2. Dd7]; 2. Da7-; 3. Dg1 #
Nº 1996X006 [J. F.]: 1. Rf3!; Ch4; 2. gh4, Rh5; 3. Ce3, Be7; 4. Cg2, B:h4; 5. Bf7+, Rg5; Be8 e g.

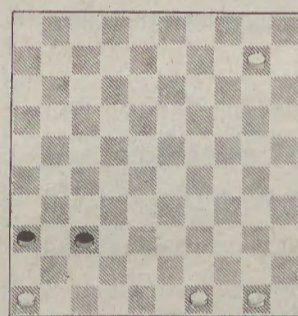
A. de M. M.

DAMAS

DXLVI - 25 DE JANEIRO DE 1996 PROPOSIÇÃO Nº 1996D005

Por: **HENRI CHILAND - França**, 1968

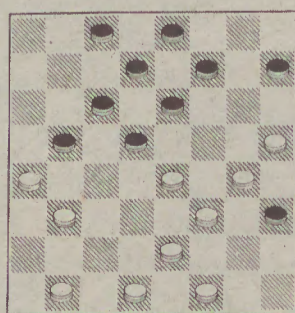
Pr.: [2]: 36-37
Br.: [4]: 10-46-49-50



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1996D006 GOLPE Nº 155
Por: **Dr. Orlando Augusto Lopes**
Lisboa, 1952

Fonte: *Enciclopédia Damista*, Fafe 1, 10-14, 23-19, 2, 14-23, 28-19, 3, 9-13, 32-28; 4, 12-16, 28-23; 5, 13-17, 21-18; 6, 5-10, 18-13; 7, 8-12, 13-9, 8, 1-5, 25-21; 9, 10-13, 21-18, 10, 5-10, 29-25; 11, 11-14, 18-11; 12, 7-14, 24-20 *Diagrama*
{Pr. [10]: 9-19-20-22-23-25-26-27-30-31; Br. [10]: 2-3-4-6-10-12-13-14-16-17 Br. }



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DXLVI

Nº 1996D005 [H. Ch.]: 1. 10-5-D!; (37-42) [Se (36-41); 5-32+; 2. 5-37, (42-31); 3. 49-43, (31-37); 4. 43-38, (36-41); 5. 38-32, (37x28); 6. 46x37, (28-33); 7. 50-44, 33-38; 8. 44-39 + Nº 1996D006 [Dr. O.A.L.]: 13, 13-18, 22-13, 14, 17-21, 25-11; 15. 6:29 = D +

A. de M. M.

FILMES

QUINTA, 25

Corações nas Trevas

«Hearts of Darkness: A Filmmaker's Apocalypse» (EUA/1991). Real.: Fax Bahr e George Hickenlooper. Documentário. Cor, 93 min. Ver *Destaque*. (22.50, TV2)

Aquela Noite

«That Night» (EUA/1992). Real.: Craig Bolotin. Int.: Juliette Lewis, C. Thomas Howell, Eliza Dushku, Helen Shaver, John Dossett. Cor, 86 min. *Drama/Romântico* (23.15, TV1)

Um Homem na Solidão

«Man in the Wilderness» (EUA/1971). Real.: Richard C. Serafin. Int.: Richard Harris, John Huston, Henry Wilcox, Percy Herbert. Cor, 101 min. Ver *Destaque*. (23.50, Canal 1)

SEXTA, 26

Ao Serviço de Sua Majestade

«Lassiter» (Gr.Br./1983). Real.: Roger Young. Int.: Tom Selleck, Jane Seymour, Lauren Hutton, Bob Hoskins, Joe Regalbuto. Cor, 95 min. *Aventuras/Espionagem*. (22.00, TV1)

A Mulher do Padeiro

«La Femme du Boulanger» (Fr./1938). Marcel Pagnol. Int.: Raimu, Ginette Leclerc, Charles Moulin, Fernand Charpin. P/B, 127 min. Ver *Destaque*. (23.45, TV 2)

Wiley, O Falsificador

«Framed» (EUA/1990). Real.: Dean Parisot. Int.: Jeff Goldblum, Kristin Scott Thomas, Todd Graff, Abdul Salaam El Razaac, Michael Lerner. Cor, 91 min. *Telefilme/Comédia*. (00.35, Canal 1)

A Lua Louca

«Crazy Moon» (Can./1986). Real.: Allan Eastman. Int.: Kiefer Sutherland, Vanessa Vaughan, Peter Spence, Ken Pogue, Eve Napier. Cor, 85 min. *Romântico*. (00.50, TV1)

Barricada

«Barricade» (EUA/1949). Real.: Peter Godfrey. Int.: Ruth Roman, Dane Clark, Raymond Massey, Robert Douglas, Morgan Farley. Cor, 73 min. «Western». (02.35, Canal 1)

SÁBADO, 27

A Águia Solitária

«The Spirit of St. Louis» (EUA/1957). Real.: Billy Wilder. Int.: James Stewart, Murray Hamilton, Patricia Smith, Bartlett Robinson. Cor, 129 min. Ver *Destaque*. (17.10, TV1)

Comando de Operações

«Police Story: The Watch Commander» (EUA/1988). Real.: Gary Nelson. Int.: Jack Warden, Bonnie Bartlett, Gregg Henry, John D'Aquino. Cor, 96 min. *Telefilme/Policial*. (20.15, TV1)

Mishima

«Mishima» (EUA/Japão/1985). Real.: Paul Schrader. Int.: Ken Ogata, Masayuki Shionoya, Junkichi Orimoto, Naoko Otani, Hisako Manda. Cor, 116 min. Ver *Destaque*. (00.50, TV 2)

A Corrupção do Poder

«All the King's Men» (EUA/1949). Real.: Robert Rossen. Int.: Broderick Crawford, John Ireland, Mercedes McCambridge, Joanne Dru, John Derek. P/B, 103 min. Ver *Destaque*. (01.05, TV1)

Vietname, Os Últimos Dias

«Vietnam War Story: The Last Days» (EUA/1989). Real.: Luis Soto, Sandy Smolan, David Burton Morris. Int.: Steve Antin, Will Gotay, Doan Chau Mau, Chris Mulkey, Haing S. Ngor, Tom Wright. Cor, 81 min. *Guerra/Drama*. (01.10, Canal 1)

Desenlaces

«Tidy Endings» (EUA/1988). Real.: Gavin Millar. Int.: Harvey Fierstein,

Stockard Channing, Nathaniel Moreau, Jean DeBaer. Cor, 55 min. *Telefilme/Melodrama*. (02.30, Canal 1)

DOMINGO, 28

Ives, O Temerário

«Monsieur St. Ives» (EUA/1976). Real.: J. Lee Thompson. Int.: Charles Bronson, Jacqueline Bisset, John Houseman, Maximilian Schell. Cor, 90 min. *Policial*. (17.40, TV1)

007, Operação Goldfinger

«Goldfinger» (Gr.Br./1964). Real.: Guy Hamilton. Int.: Sean Connery, Honor Blackman, Gert Frobe, Shirley Eaton, Tania Mallet. Cor, 106 min. *Aventuras/Ação*. (18.00, SIC)

Inferno em S. Francisco

«Hell on Frisco Bay» (EUA/1955). Real.: Frank Tuttle. Int.: Alan Ladd, Edward G. Robinson, Joanne Dru, William Demarest, Paul Stewart. Cor, 95 min. Ver *Destaque*. (19.30, TV 2)

Uma Mulher da Rua

«Boxcar Bertha» (EUA/1971). Real.: Martin Scorsese. Int.: Barbara Hershey, David Carradine, Barry Primus, Bernie Casey, John Carradine. Cor, 94 min. Ver *Destaque*. (22.50, SIC)

Rapsódia em Agosto

«Hachigatsu-No-Kyoshikyoku» (Jap./1991). Real.: Akira Kurosawa. Int.: Sachiko Murase, Richard Gere, Hisashi Igawa, Narumi Kayashima. Cor, 94 min. Ver *Destaque*. (00.30, TV 2)

SEGUNDA, 29

Vingança Acidental

«The Rape of Dr. Willis» (EUA). Real.: Lou Antonio. Int.: Jaclyn Smith, Lisa Jakub, Holland Taylor, Robin Thomas, Lonny Chapman. Cor, 97 min. *Drama*. (22.00, TV1)

007- Operação Relâmpago

«Thunderball» (Gr.Br./1965). Real.: Terence Young. Int.: Sean Connery, Claudine Auger, Adolfo Celi, Luciana Paluzzi. Cor, 125 min. *Aventuras/Ação*. (22.50, SIC)

Escuro no Cimo das Escadas

«The Dark at the Top of the Stairs» (EUA/1960). Real.: Delbert Mann. Int.: Robert Preston, Dorothy McGuire, Eve Arden, Angela Lansbury. Cor, 123 min. *Drama*. (01.30, Canal 1)

TERÇA, 30

Em Luta Até ao Fim

«Love, Lies and Lullabies» (EUA/1992). Real.: Rod Hardy. Int.: Susab Dey, Lorraine Toussaint, D. W. Moffett, Kathleen York. Cor, 89 min. *Drama*. (22.00, TV1)

Gallipoli

«Gallipoli» (Austrália/1981). Real.: Peter Weir. Int.: Mark Lee, Mel Gibson, Bill Kerr, Robert Grubb, David Argue, Tim McKenzie. Cor, 110 min. Ver *Destaque*. (22.15, Canal 1)

Violação de um Menor

(EUA/1990). Real.: Tom Popor. Int.: Keith Carradine, Blythe Danner, Jack Warden. Cor. *Drama*. (00.50, Canal 1)

QUARTA, 31

Estrada do Inferno

«Countdown» (EUA/1968). Real.: Robert Altman. Int.: Robert Duvall, James Caan, Charles Aidman, Joanna Moore, Steve Ihnat, Barbara Baxley. Cor, 100 min. Ver *Destaque*. (01.00, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

Por isto e por aquilo...



Um fotograma de «Mishima», um filme de Paul Schrader



Uma cena de «A Corrupção do Poder», de Robert Rossen, com Broderick Crawford

Corações nas Trevas (Quinta, 22.50, TV2)

A julgar pelas entusiásticas referências consultadas, este fascinante documentário (filmado durante a rodagem do filme «Apocalypse Now», de Francis Ford Coppola) encerra um interesse excepcional já que, acompanhando a par e passo o dramatismo, a intensidade e também as constantes contrariedades do próprio trabalho profissional de toda uma equipa de produção, nos faz contactar com aspectos dos bastidores raramente desvendados: planos que jamais foram usados, cenas que foram abandonadas, alterações entre o realizador e alguns dos actores e, mesmo, gravações de discussões entre Coppola e sua mulher durante a fase de maior desespero quanto ao êxito ou inêxito do gigantesco empreendimento. E, por entre entrevistas actuais com actores e técnicos então envolvidos - designadamente o próprio casal Coppola - o documentário fala-nos ainda de toda a espécie de problemas que, com maior ou menor dimensão, afectaram o bom desenrolar da rodagem e dos quais, só a título de exemplo, aqui se citam três: a exigência do ditador Ferdinando Marcos (então detentor do poder nas Filipinas, onde as filmagens se localizaram) de que lhes fossem cedidos alguns helicópteros para atacar forças de guerrilheiros rebeldes; o ataque de coração de Martin Sheen, que levou à interrupção das filmagens; ou os caprichos de Marlon Brando (pago a 1 milhão de dólares por semana), completamente à margem do *script* do filme e exigindo ser filmado na maior das penumbras... Uma curiosidade a não perder!

Um Homem na Solidão

(Quinta, 23.50, Canal 1)

Gravemente ferido e abandonado à morte pelos seus companheiros, por ordem do chefe da expedição, um caçador é forçado a bater-se contra a natureza e face às próprias recordações da sua vida passada, a fim de voltar a encontrar aqueles que o abandonaram. Embora demasiado longo, este filme aguenta-se pelas poderosas e belíssimas imagens (de Gerry Fisher) dos locais em que o drama foi filmado.

A Mulher do Padeiro

(Sexta, 23.45, TV 2)

O padeiro de uma pequena vila de província está casado com uma mulher jovem e bela que, um dia, farta de uma vida de rotina, resolve arranjar um amante e fugir de casa. É então que o padeiro, desesperado de não encontrar a mulher, se refugia na bebida, deixa de cozer o pão para toda a vila e ameaça mesmo suicidar-se. Mas toda a população o vai ajudar, encontrando a mulher e fazendo-a regressar; e o nosso padeiro acaba por se zangar, sobretudo, com a sua gata... que também abandonara o lar! E o pão volta a sair do forno! Um agradável filme de Marcel Pagnol que, à época do seu lançamento, obteve um êxito comparável ao da trilogia do mesmo autor que a TV 2 transmitiu recentemente.

A Águia Solitária (Sábado, 17.10, TV1)

Eis um filme em que todos os elementos essenciais do argumento e da *mise-en-scène* - como bem observa Guy Bellinger - são aparentemente o oposto do que sempre interessou o seu realizador, Billy Wilder, e nos surtem muito mais próximos de um Frank Capra, por exemplo. Já conhecido dos espectadores de televisão, *A Águia Solitária* é o filme que reproduz a saga de Charles Lindbergh, o aviador solitário que empreende a primeira travessia aérea sem escala do Atlântico, desde Long Island ao Le Bourget, em Paris. Se bem que necessariamente longo (traduzindo, a par e passo, essa travessia de trinta e duas horas realizada de 20 para 21 de Maio de 1927), o filme é de uma invenção impressionante, ao utilizar os *flash-backs* das memórias desta intrépida e histórica personagem impecavelmente servida por um James Stewart em grande forma.

Mishima (Sábado, 00.50, TV 2)

Baseado na vida de Yukio Mishima - polémico poeta, escritor, dramaturgo, actor e encenador japonês publicamente revelado no pós-guerra - este filme, de produção norte-americana, mas totalmente rodado no Japão com intensa participação de técnicos japoneses, foi realizado com enorme

brilhanço por Paul Schrader. O que poderia ser um filme de contornos meramente sensacionalistas, porque explorando sem princípios os aspectos mais insólitos e controversos da personalidade do escritor, designadamente o seu carácter militarista, parece ter resultado num filme extremamente sensível, em que os principais passos da sua vida nos são dados a preto-e-branco, a par das dramatizações (em esplendorosas cores) de algumas das suas obras. A fotografia é de John Bailey e a música de Philip Glass.

A Corrupção do Poder

(Sábado, 01.05, TV1)

Baseado num romance homónimo de Robert Penn Warren, *A Corrupção do Poder* conta-nos a ascensão e queda de um cidadão vindo das «classes baixas», cuja demagogia e capacidade oratória levam a ser eleito como senador - para depois serem os seus próprios actos de corrupção e compadrio a levá-lo à

desgraça. Poderosamente realizado por Robert Rossen, um pouco na linha de *Um Homem na Multidão* (de Elia Kazán), o filme é uma violenta sátira aos mecanismos típicos da vida política norte-americana. Assinale-se que a interpretação de Broderick Crawford é considerada a melhor da sua carreira.

Inferno em S. Francisco

(Domingo, 19.30, TV 2)

Embora filmado a cores e em *cinemascope* (espera-se que a TV 2 respeite o formato) *Inferno em S. Francisco* inspira-se claramente nos filmes de *gangsters* dos anos 30 ao contar-nos a história de vingança de um homem que, tendo estado preso vítima de uma traição, agora se vinga na pessoa do responsável por esse acto - um dos «patrões» mafiosos do porto de S. Francisco. Um filme que ainda

hoje se vê com agrado, sobretudo pelo desempenho do impecável elenco, com Edward G. Robinson, Allan Ladd e outros secundários em primeiro plano.

Uma Mulher da Rua (Domingo, 22.50, SIC)

Situada nos anos 30, da Grande Depressão, esta é a história de uns quantos desesperados - *Bertha Thompson*, querendo vingar-se da morte acidental do seu pai provocada por um patrão desumano, «*Big Bill*» Shel-

ley, um sindicalista revoltado, *Von Norton*, um negro que escapou ao ódio racista do patrão, e *Rake Brown*, um intelectual judeu desenraizado - cujas incidências da vida levam a formar um bando para atacar os interesses de uma companhia de caminhos-de-ferro, até que tudo acaba num banho de sangue. É, sem dúvida, a enésima versão da temática do clássico *Bonnie e Clyde* mas, desta vez, com a particular curiosidade de se tratar do segundo filme realizado por Martin Scorsese e ainda produzido por Roger Corman. Diz-se que o choque entre estas duas personalidades (com perspectivas nem sempre sintonizadas) provocaram as desigualdades de que o filme ainda padece - mas há quem considere que ele já faz adivinhar, sobretudo na violenta denúncia de uma sociedade crua e dura, a afirmação posterior das temáticas caras ao talento de Scorsese. A confirmar.

Rapsódia em Agosto (Domingo, 00.30, TV 2)

Filme já pertencente à fase descendente da carreira do grande cineasta japonês Akira Kurosawa (que tinha completado 81 anos de idade à data da sua rodagem), *Rapsódia em Agosto* representa, na sua filmografia, o confronto do realizador com as consequências trágicas do bombardeamento atómico de Hiroshima e Nagasaki, aqui vistos pelos olhos de uma mulher idosa, sobrevivente desses acontecimentos. Prejudicado por um início algo estático, e não podendo considerar-se como dos melhores filmes do realizador, esta obra não deixa mesmo assim de nos reconciliar com o toque grandioso da sua *mise-en-scène* e o inconfundível poder visual do seu cinema.

Gallipoli (Terça, 22.15, Canal 1)

«Filme de período» exemplar (a acção desenrola-se durante a I Guerra Mundial), dir-se-ia que o «academismo» que alguns críticos apontam ao seu realizador Peter Weir é justificado por outros por talvez ser esta a «única» maneira de contar o famoso episódio de contornos sinistros em que as tropas australianas destacadas para Gallipoli, na Turquia, sob o

comando paranóico dos oficiais britânicos, foram brutalmente chacinadas numa manobra para proteger as tropas inglesas. Boas interpretações de Mel Gibson e Mark Lee, num filme admiravelmente fotografado por Russell Boyd.

Estrada do Inferno

(Quarta, 01.00, Canal 1)

Um *thriller*, excelentemente escrito e realizado com a habitual desenvoltura por Robert Altman e centrado sobre os componentes do primeiro voo tripulado em direcção à Lua. Os intérpretes não poderiam ser melhores: Robert Duvall, James Caan, Joanna Moore ou Barbara Baxley.



«Rapsódia em Agosto», de Akira Kurosawa, com Richard Gere num dos principais papeis



Mel Gibson e Mark Lee, intérpretes principais de «Gallipoli», de Peter Weir

Vira o disco e toca o mesmo?

■ Francisco Costa

Quem assistiu, na sexta-feira da semana passada, ao último episódio da telenovela «A Próxima Vítima» que há longos meses a SIC vinha transmitindo - e no final se «surpreendeu» a indignar-se perante a falcatura que o seu epílogo representou -, só de si próprio se pode queixar quando mais uma vez acaba por chegar à conclusão de que, novela após novela, tudo se repete e é igual querendo fazer de contas que tudo é diferente e original. Na realidade, salvo o punhado de excepções que habitam a nossa memória quando nos queremos referir positivamente a determinados pontos altos do modelo («Gabriela», «Casarão», «O Bem Amado», «Kananga do Japão», «Roque Santeiro» ou «Pantanal»), a matriz da maioria desses intermináveis seriados é tão esquemática que pode resumir-se a meia dúzia de ingredientes, praticamente não divergindo de produto para produto:

- proliferação de personagens (isoladas ou em grupo, de preferência em família) que representem as diversas classes e camadas sociais existentes na sociedade;

- exacerbação e inflação de sentimentos (amor, ódio, ciúme, paixão, vingança, altruísmo, nojo, antipatia, inveja, honra, posse, dignidade, revolta) que se supõe caracterizem diversas sensibilidades dessas classes e camadas ou (tanto melhor!) as percorram transversalmente, se possível criando a ilusão de que se conjugam e entrecruzam no melhor dos mundos;

- estandarização de cenários, adereços e seu tratamento iconográfico, no sentido de atenuar a noção de «estranheza» por parte de tal ou tal sector da audiência face a um meio social que por experiência própria desconheça e assim, sem grande trabalho, passe a ser-lhe familiar;

- idem, quanto ao tratamento da linguagem utilizada e quanto aos mecanismos de representação por parte dos intérpretes, apurando, por um lado, a escrita dos diálogos e estimulando, por outro, a sua capacidade de improvisação, no sentido de reproduzir ao máximo a «credibilidade» e a «naturalidade» da linguagem de todos os dias, mais fácil de consumir;

- pulverização de canções e de temas musicais (quantas vezes criados por talentosos autores à revelia do próprio contexto!) que se destinam a ser repetidos até à exaustão - num arremedo de *Leimotive* que identifiquem as principais personagens ou se adequem a meia dúzia de situações-tipo mas que sejam suficientemente autónomos para que vivam por si e até, mais tarde, sejam editados em disco, numa clara perspectiva de «economia de escala»;

- criação de um genérico que, pelo efeitos visuais mais ou menos ousados e pela música mais ou menos insinuante, imediatamente agarre o espectador desde os primeiros episódios.

Claro que estes ingredientes, levados à letra e até à exaustão por hábeis profissionais e artesãos, com grande prática e tradição industrial na sua manipulação e tratamento, são sempre capazes de fazer regorgitar produtos em série que, mesmo assim, à superfície, possam conter algo de insólito ou singular que desperte a curiosidade do espectador mais viciado.

Mas é fora de dúvida tratar-se em geral de um modelo que, do ponto de vista dramático e pela ausência de qualquer noção de planificação ou montagem coerente que não seja a mera colagem estereotipada de planos e de sequências sempre intermutáveis consoante a conjuntura ou a oportunidade, se situa num nível extremamente rasteiro da chamada grande criação audiovisual. E quando as coisas vão ao ponto de a história poder ser manipulada para que, no Brasil de origem ou no Portugal de adopção, os finais possam ser diferentes - então é evidente que estamos perante um tipo de produto televisivo cuja construção e concepção jamais poderá ter sido coerente e que nem sequer se respeita a si próprio.

Isto não significa que seja admissível assistir-se (o que é frequente na SIC) à manipulação e subversão do próprio formato, por vezes através do prolongamento interminável de tal

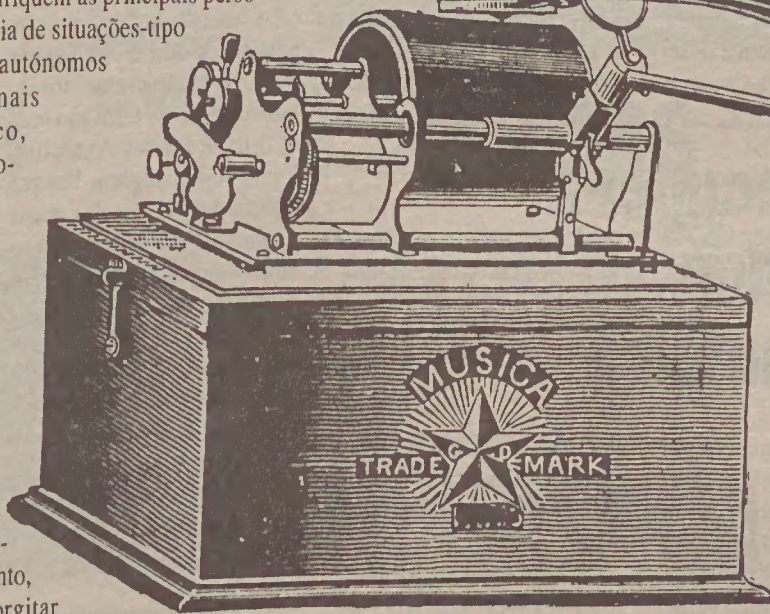
ou tal episódio para preencher o tempo da emissão de futebol no Canal 1 - como aconteceu no passado Domingo com os «conflitos de interesses» entre a «História de Amor» e o «Boavista-Sporting»!

Quando a emenda é pior que o soneto!

Mais grave é que este tipo de atropelo às boas regras de convivência entre parceiros (embora concorrentes) do mesmo ofício, se era já inadmissível mesmo quando maltratando produtos televisivos de segunda ordem, tem vindo a piorar com a escalada que atinge já a própria transmissão de filmes, não só sujeitos a constantes interrupções para intervalos de publicidade (ilegais na sua actual profusão, à luz das disposições vigentes) quanto mais amputados no seu «genérico final», na exclusiva intenção de imediatamente arrancar com o programa que se segue para que o espectador não mude entretanto de canal e passando por cima do justo crédito aos autores e restante equipa técnica do filme entretanto terminado.

Que este tipo de atentado à integridade de uma dada obra constitua uma achega mais para confirmar a postura sem princípios de um canal privado cujos interesses sejam exclusivamente comerciais, é uma coisa. Mas que este tipo de traficância cultural e de irresponsabilidade intelectual conheça os seus prolongamentos e ecos no chamado «serviço público de televisão», é um agravo que ainda mais intolerável se torna.

Vem isto a propósito dos atropelos a que tem estado sujeita a série britânica «Orgulho e Preconceito» produzida e realizada pela BBC em adaptação do célebre romance homónimo da escritora inglesa Jane Austen - um tema que me sinto à vontade a referir até porque, pessoalmente, como



aqui já brevemente notei em outra ocasião, não pertencem ao número daqueles que lhe encontram incondicionais e

superlativas qualidades. Estreada pelo Canal 1 com justo orgulho e inicial proveito há quase dois meses e meio, o seu horário de transmissão nunca foi respeitado e a cadência dos episódios jamais foi regular, acabando por ser definitivamente interrompida com a invocação do absurdo argumento de entretanto terem sido transmitidos «programas especiais» por alturas da época das Festas. Eis senão quando, esta semana, os novos responsáveis da RTP resolveram emendar a mão e retomar a transmissão desta série. Mas se bem o decidiram, pior o fizeram.

Todas as soluções que respeitassem escrupulosamente a integridade (em episódios) da obra seriam aceitáveis, justificáveis, preferíveis à monstruosidade que foi levada a cabo: o inaceitável encurtamento e condensação dos quatro primeiros episódios num único «compacto» (cerca de 200 minutos reduzidos a 2 x 23!) a que alegadamente se seguiu a apresentação do quinto episódio com a sobreposição da legenda 2ª Parte.

Mesmo admitindo que a remontagem desses quatro episódios tenha sido feita por um qualquer profissional na matéria, dificilmente poderíamos ter escapado a este resultado final: uma montagem tipo «cardápio de restaurante» - este é o pai idiota, aquela é a mãe histérica, ali tens a rapariga estouvada, aqui está o jovem reservado mas insinuante - que retirou toda e qualquer espessura à caracterização gradual das personagens correspondente e justificada pelo respeito por um dado tempo e duração; um aglomerado de cenas e de sequências dificilmente plausíveis na economia relativa de uma série dividida em episódios - dois a três bailes de seis em seis minutos, corropio de cenas em que vemos Lizzy e Darcy a mudar repentinamente o tom de uma representação correspondente a diferentes estados de espírito que se sucedem sem aparente motivação dramática; o irromper de súbitos dramas e tragédias dificilmente compreensíveis, na sua gravidade profunda, pela ignorância do carácter de algumas das personagens que os provocam, etc., etc., etc.

Todos estes são, entretanto, apenas problemas secundários em relação à questão essencial que aqui me traz: em termos de «serviço público», como é possível aceitar, do ponto de vista ético e deontológico, a irresponsabilidade e o atrevimento da manipulação de uma obra independentemente da vontade ou do conhecimento do seu autor, escritor, realizador ou qualquer outro interveniente artístico ou profissional e previsivelmente sem qualquer autorização prévia da produtora de origem?

Até quando?

A tradicional bonomia dos nossos «bons costumes» poderá até invocar que, no fundo, se tratou de um azar, que foi um comportamento desajeitado, tanto mais justificável quanto os novos responsáveis pela RTP têm ainda de lidar com insuspeitadas e intransponíveis incompetências e tropelias deixadas pelo lastro dos seus antecessores - e que, «não se podendo tudo fazer num dia», é natural que se sintam, ainda durante algum tempo, impossibilitados de mostrar todos os trunfos que as suas competência e seriedade

profissionais justificam e justamente foram salientadas pela generalidade dos observadores aquando da passagem de testemunho. Estaríamos, assim, também aqui em sintonia com o Governo da «Nova Maioria», perante o remoer dos velhos alibis do «estado de graça» ou do «benefício da dúvida».

Pois sim. Mas o pequeno exemplo de que muito brevemente aqui vos deixo nota, a terminar, não deixa de ser preocupante quanto à possibilidade de manutenção na televisão do Estado do espírito de «governamentalização», desculpabilização do partido do Governo e subversão do mais elementar pluralismo - agora no terreno bem mais sensível da Informação: no *Telejornal* do dia 17 de Janeiro último, na reportagem de cobertura da sessão da Assembleia da República, tendo sido referido durante a mesma o PCP apresentara o seu Projecto de Lei sobre a redução das 40 horas de trabalho, nem um só excerto da intervenção do líder parlamentar Octávio Teixeira justificando a sua apresentação foi transmitido, nenhum dos seus argumentos (arrasadores, perante a escandalosa incongruência do PS) foi ouvido - apenas se deu conta da intervenção do deputado do PSD Pedro Vinha da Costa e quase em exclusivo se salientou o protesto das galerias e a intervenção de Almeida Santos a pedir a sua evacuação.

Nem nos últimos tempos da «televisão cavaquista» a coragem foi tanta para um tal silenciamento de um partido sem dúvida incómodo!

E, no entanto, na Ficha Técnica do *Telejornal*, lá estavam os novos nomes dos seus responsáveis: Director Coordenador - Joaquim Furtado; Director-Adjunto - Cesário Borge...

Então, como é?

de FOICE Equívocos

Pensar que um governo socialista é por definição um governo de esquerda é não só um erro político grosseiro como, sobretudo, um perigoso equívoco que arrisca levar a graves consequências. O facto de durante as duas últimas campanhas eleitorais a direita ter insistido na tecla do "frentismo de esquerda" e agitado todos os papões comunistas dos tempos salazaristas, não significa, na verdade, que os seus autores acreditem minimamente nas próprias palavras. Por mais anticomunistas primários que sejam, os ideólogos da direita sabem - não podem deixar de saber -, que o que separa comunistas e socialistas não são meras questões de forma, de discurso, de declaração de intenções, mas sim diferenças de fundo quanto aos objectivos e aos caminhos a seguir para defender e servir os interesses do povo e do país. Sabem-no o PSD e o PP, como o sabe a direcção do PS, as associações patronais, os sindicatos e quantos comentadores políticos proliferam pelos meios de comunicação social. Por isso mesmo é que as ameaças veladas ou descaradas de que os comunistas não deixariam de apresentar a "factura" do seu voto nas presidenciais só não são destituídas de sentido porque deliberadamente perversas e mistificadoras.

Por isso mesmo é que os anúncios de que o PCP já começou a campanha de desacreditação do Governo só não é ridícula porque parte integrante de um pensamento distorcido, que vê maquiavélicas manobras na mais elementar coerência.

Para o «Expresso» da semana passada, por exemplo, o debate sobre as 40 horas de trabalho semanal, agendado pelo PCP na AR, é o ponto de partida da «ruptura anunciada» da pretensa "coligação de esquerda". O semanário reconhece que o anúncio do debate foi feito em Junho de 1995, quando o PCP prometeu que exerceria o seu primeiro direito de agendamento, na VII Legislatura, justamente sobre essa matéria; confirma a pertinência do tema revelando o elevado número de trabalhadores portugueses que continuam a trabalhar muito para além das 40 horas, ao contrário da tendência europeia; não esquece sequer que os socialistas, quando oposição, tinham feito da semana de 40 horas um cavalo de batalha; recorda até que «a concertação social de cariz cavaquista prometera essa carga horária até finais de 1995». Pois apesar de tudo isto a iniciativa legislativa do PCP é classificada de «operação de um evidente maquiavelismo» para o tal início da «ruptura anunciada».

Que o PCP tenha defendido reiteradamente, nas legislativas, a necessidade de reforçar a sua representação na Assembleia e derrotar a direita é, para tais analistas, irrelevante; que o PCP tenha definido como objectivo nas presidenciais derrotar Cavaco é, para os mesmos, de somenos; que o PCP afirme, sem tibiezas, que a esquerda não está no Poder é, para tais cabeças, um disfarce; que o PCP cumpra as suas promessas ao eleitorado é, em tão retorcidos raciocínios, pura jogada política.

Ao Governo do PS conviria um PCP rendido às suas teses neoliberais. Ao país, nem tanto. E o fim do "estado de graça" não precisa de mais maquiavelismo do que o das medidas que se anunciam. Para provar que a sua política pode ser um manancial de desilusões o PS não precisa da ajuda de ninguém.

■ AF

CDU desconfia de ilegalidades Alterações ao PDM de Sintra exigem nova discussão pública

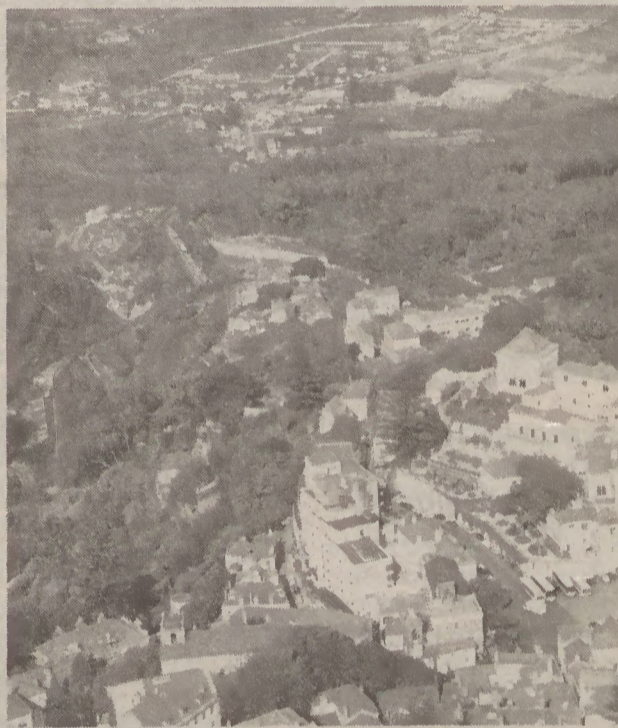
A Coligação Democrática Unitária (CDU) em Sintra defende a necessidade de uma nova apresentação e discussão pública do Plano Director Municipal (PDM) do concelho e posterior aprovação nos órgãos autárquicos do município, depois das alterações que foram introduzidas ao longo de 1994 e de 1995 pelo actual executivo camarário, nomeadamente a presidente da Câmara, chefia e gabinetes técnicos do PDM, e quer saber como foi possível a edilidade aprovar processos na área da urbanização cuja apresentação só seria possível caso os seus promotores soubessem antecipadamente dessas alterações.

Em conferência de imprensa promovida terça-feira pelos vereadores da CDU em Sintra criticaram esta última versão do PDM em aspectos como os referentes aos centros urbanos de maior densidade e do parqueamento automóvel, a alteração à versão anterior que aponta para a industrialização do perímetro urbano de S. Marcos.

Para a coligação, «mesmo este PDM medíocre é melhor que a situação actual» em que o crescimento do concelho não está sujeito a um conjunto de regras necessárias pelo que contribuirá «para a transparência e celeridade do processo», pelo que não quer que a nova discussão pública «venha a produzir alterações, para além de algumas de mera correcção técnica, nos perímetros urbanos».

Entre as propostas de alteração da CDU contam-se a despenalização dos perímetros urbanizáveis de Agualva-Cacém e

Queluz, a baixa dos índices de construção em Massamá, impe-



dir o crescimento sob critérios de especulação imobiliária estabelecendo um limite de oito

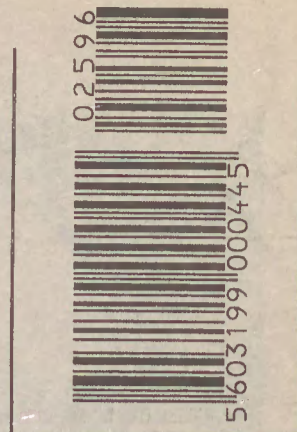
pisos por prédio, obrigar todas as novas construções a terem lugares para estacionamento.

O PDM de Sintra, «depois de um longo arrastar de estudos, propostas e indefinições quase permanentes» apareceu numa primeira versão em 1994, considerada medíocre pela CDU, mas que foi votada favoravelmente pela coligação pois, no seu entender, resultariam maiores prejuízos caso se tivesse de reiniciar todo o processo de novo.

«Este PDM/94 acrescia à sua mediocridade o facto de ainda

estar dependente da publicação, com força de Lei, de alguns importantes instrumentos do ordenamento do território concelhio: Reserva Agrícola, Reserva Ecológica, Parque Natural Sintra-Cascais», relata o comunicado distribuído na conferência de imprensa dos vereadores da CDU.

Acusando o PSD de «eleicoarismo» ao tentar fazer deste PDM uma arma eleitoral, e o Governo do mesmo partido de tentar aproveitar este PDM de «faz de conta» para garantir apresentação de candidaturas a diversos fundos comunitários, a



CDU de Sintra pensa ter estado esse partido na base da aprovação dessa versão do PDM, lançando apressadamente a discussão pública e a votação nos órgãos municipais.

Ilegalidade?

Entretanto, depois de eleita a nova gestão autárquica, foram produzidas novas alterações que motivam a exigência de nova discussão pública.

Entre as alterações conta-se as que resultam de imposição legal e que têm a ver com a Reserva Agrícola, Reserva Ecológica e Cartas do Ordenamento do Parque Natural Sintra-Cascais. Por outro lado foram feitas outras por imposição de organismos oficiais presentes na Comissão Técnica de Acompanhamento e, finalmente, as produzidas pela presidente da Câmara, Edite Estrela, e técnicos do gabinete que elaborou o projecto.

«Para a CDU é de extrema gravidade o facto de as alterações introduzidas na versão do PDM/94 terem servido para informar processos e possibilitar aprovações da área do Urbanismo, que não seriam possíveis face ao PDM já aprovado», lê-se na nota da coligação que acrescenta: «há processos aprovados, há direitos adquiridos, com base em "documentos de ordenamento" que, apenas, seriam do conhecimento do Pelouro (ou seja de Edite Estrela), chefia e técnicos do Gabinete do PDM... e do promotor...».

Os vereadores exigem o levantamento «exaustivo» de todos esses processos e que sejam enviados à Inspeção Geral da Administração do Território a fim de se apurar da eventual ilegalidade processual existente.

CDU recupera vereador em Albufeira

A CDU - Coligação Democrática Unitária - recuperou ao fim de 10 anos o lugar de um vereador na Câmara Municipal de Albufeira depois das eleições intercalares realizadas no passado domingo para aquela autarquia.

O PS venceu as eleições de 317 votos sobre o PSD, perdendo a maioria absoluta que detinha há 16 anos. No conjunto das três freguesias o PS obteve um total de 3718 votos contra 3401 do PSD, enquanto o PP conseguiu 1218 votos e a CDU 1150.

A CDU sobe assim 467 votos, apesar do elevado nível de abstenção, correspondendo este aumento de votação a um crescimento de 68,4 por cento.

O PS baixa 926 votos, correspondentes a uma perda de 20 por cento, e o PSD baixa 528, numa perda de 13,4 por cento. O CDS/PP obteve uma subida de

800 votos em relação às últimas eleições autárquicas no concelho e elegeu também um vereador.

Perante estes resultados, Arsénio Catuna, do PS, é o novo presidente da Câmara, substituindo nessas funções o socialista Xavier Xufre que pediu a renúncia de mandato por alegadas irregularidades na gestão autárquica.

Em termos de repartição de mandatos, o PS obteve três lugares no executivo, o PSD dois e o PP e a CDU um cada.

Dos 18.112 eleitores inscritos, votaram 9.648, sendo esta uma das eleições com maior taxa de abstenção em Albufeira. A freguesia da Guia, terra da naturalidade de Arsénio Catuna foi decisiva na vitória do PS que aqui obteve cerca de 600 votos a mais que o PSD, que ganhou as freguesias de Paderne e Albufeira.

Sargentos comemoram o seu dia

A Associação Nacional de Sargentos (ANS) promove hoje, na Voz do Operário, a sessão comemorativa 31 de Janeiro - Dia Nacional do Sargento - aproveitando a ocasião para, no mesmo local, colocar a funcionar a assembleia eleitoral para escolher os órgãos sociais da ANS para o biénio 96/97.

Estas comemorações decor-

rem num período em que a ANS se manifesta preocupada com alguns aspectos da vida militar, nomeadamente no que diz respeito a missões militares realizadas fora do território nacional, o sistema retributivo, suplemento de residência, a alteração ao artigo 31º da LDNFA e a nacionalização do Cofre de Previdência das forças armadas.